



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“ALI NÃO ERA O MEU LUGAR”:
O DOI E A AUTO HISTÓRIA NA MONOGRAFIA DE FREDDIE
PERDIGÃO PEREIRA (1978)**

ARNALDO CESAR DE CASTRO ROCHA

BRASÍLIA

2018

ARNALDO CESAR DE CASTRO ROCHA

**“ALI NÃO ERA O MEU LUGAR”:
O DOI E A AUTO HISTÓRIA NA MONOGRAFIA DE FREDDIE
PERDIGÃO PEREIRA (1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para a defesa de mestrado.

Linha de Pesquisa: Ideias, Teoria e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa de Faria

BRASÍLIA

2018

RESUMO

A proposta deste trabalho é, a partir da monografia de Freddie Perdigão Pereira “(DOI) - Histórico Papel no Combate à Subversão - Situação Atual e Perspectivas”, apresentada à Escola de Comando e Estado Maior do Exército, entender como se configurou a construção do discurso do regime militar brasileiro em uma perspectiva de legitimação oficial da ditadura militar. A fonte foi escolhida por conter elementos concretos de uma narrativa que pretende elevar a si mesma à categoria de história oficial, à medida em que a intenção final desse conjunto ideário e memorialístico é a própria escrita da história. Para tanto, essa pesquisa se apoiará em análises baseadas, principalmente, na história das ideias, utilizando também o conceito de auto história, ou seja, a manipulação documental e discursiva que pretende elevar o agente histórico à categoria de historiador de si mesmo, elencando o relato (ou memória) à condição de verdade histórica, em um cálculo premeditado de produção de uma história válida para o futuro.

Palavras-chaves: Ditadura. História das Ideias. Memória. História Oficial. Repressão.

ABSTRACT

The purpose of this work is, through Freddie Perdigão Pereira's monography “(DOI) - Histórico Papel no Combate à Subversão - Situação Atual e Perspectivas”, presented to School of Command and Greater State Army (Escola de Comando e Estado Maior do Exército) understand how the discourse of Brazilian military regime was initiated, at a official legitimization of the military dictatorship perspective. The source was selected due to its concrete elements of a narrative that intend to elevate itself to category of official history, whereas/since the final intention of this ideary and memorialistic ensemble is the very writing of history. Therefore, this research will rely on based analysis, mostly on the history of ideas, also utilizing the concept of autohistory, that is, the documentary and discursive manipulation which intent to elevate the historical agent to self-historian, considering the story (or memory) as historical truth, premeditating the making of future-wise valid history.

Keywords: Dictatorship. History of Ideas. Memory. Official History. Repression

SUMÁRIO

1	Introdução	9
2	Diálogos ou disputas? A formulação do discurso oficial e o lugar do DOI na história da repressão	20
2.1	Descrição das atividades: um modelo discursivo	20
2.2	Condições de produção e reaparição	21
2.3	O profissional do terror	28
2.4	Personalidade e violência	38
2.5	O DOI: uma descrição, uma auto-história	42
2.5.1	Necessidade histórica	45
2.5.2	Eficiência enquanto instantaneidade	50
2.5.3	Resultados: a letalidade do sistema	60
2.5.3.1	A carta de um militante	61
2.5.3.2	O DOI em números	63
3	O Sistema DOI-CODI: da experiência ao desprestígio	68
3.1	Ideologias diversas e poderes marginais	68
3.2	1968: ano decisivo para a repressão brasileira	71
3.2.1	O Castelismo: a insuficiência contrarrevolucionária, uma barreira superada	74
3.3	Operação Bandeirantes	76
3.4	O binômio DOI-CODI	82
3.4.1	Do nome à fama	83
3.4.2	CODI – Centro De Operações De Defesa Interna	85
3.4.3	DOI – Destacamento De Operações E Informações	87
3.4.4	Efeitos das diferenças ideológicas para a comunidade de informações	89
3.4.4.1	Descompressão autoritária: A defesa da autoimagem	89
4	Conclusões	101
4.1	Um pouco do percurso	101
4.2	Fundamentos da necessidade histórica e seus desdobramentos	105
	Bibliografia	109

ABREVIACES

ACE – Alto Comando do Exército

ADI – rea de Defesa Interna

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AI-05 – Ato Institucional Número 5

ALN – Ao Libertadora Nacional

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

AP – Ao Popular

ARJ-SNI – Agência do Rio de Janeiro

BPE – Batalhão de Polícia do Exército

CANSI – Comissão de Alto Nível de Segurança Interna

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEP – Centro de Estudos de Pessoal

CEV-RJ – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

CONDI – Conselho de Defesa Interna CNV – Comissão nacional da Verdade

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI – Destacamento de Operações e Informações

DOI/CODI/ExII – Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do Segundo Exército

DOPS – Departamento de Ordem Político e Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EB – Exército Brasileiro

ECEME – Escola de Comando e Estado Maior do Exército

EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

ESG – Escola Superior de Guerra

EsNI – Escola Nacional de Informações

EUA – Estados Unidos da América

FA – Forças Armadas

FAB – Força Aérea Brasileira

FECOMERCIO SP – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GR – Guerra Revolucionária

IEB/USP – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

IPM – Inquérito Policial Militar

LSN – Lei de Segurança Nacional

MR-8 – Movimento revolucionário dia Oito de Outubro

OBAN – Operação Bandeirante

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PE – Polícia do Exército

PF – Polícia Federal

PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

R Rec Mec – Regimento de Reconhecimento Mecanizado

SADI – Sub Área de Defesa Interna

SNI – Sistema Nacional de Informações

STM – Superior Tribunal Militar

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

ZDI – Zona de Defesa Interna

1 INTRODUÇÃO

O período da ditadura militar no Brasil (formalmente demarcado do golpe de 31 de março até a promulgação da Constituição de 1988) é um momento que ainda suscita diversas discussões acadêmicas em busca da construção de respostas mais esclarecedoras sobre as diretrizes (conceitos, estratégias e ideologias) que subsidiaram a atuação das Forças Armadas (FA) no plano da política governamental.

Alguns problemas para o estudo deste período foram evidenciados na vasta literatura sobre o tema¹. Embora muito investigado, há ainda alguns pontos de difícil acesso em função da manipulação dos arquivos (destruição, classificação sigilosa, ocultamento e negação institucional da existência de tais referências). Em geral, a grande motivação para a busca de uma possível verdade histórica é, em boa medida, o conflito com a interferência da ditadura em sua própria memória e os desdobramentos que o governo militar deixou de herança para as gerações posteriores.

Com a recuperação do tema, de maneira institucional, sobretudo, pela ação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), muitos novos indícios se tornaram cruciais para esclarecer aspectos do sistema autoritário brasileiro. Com características próprias, a ditadura no Brasil se impôs, energicamente, na vida pública e privada do cotidiano brasileiro regulando as liberdades individuais, a produção artística, cultural e intelectual. Neste contexto, é importante aprofundar os estudos sobre os aparatos técnicos que possibilitaram a implementação e sustentação de um regime, sabidamente, ilegítimo.

Enfrentando alguns obstáculos e limitações a CNV colaborou na apuração de fatos e esclarecimento público dos graves delitos cometidos pelo Estado brasileiro. As investigações, diligências, entrevistas, acareações e tantos outros métodos investigativos contribuíram para que acadêmicos e apreciadores aprofundassem suas pesquisas e dessem outras contribuições ao tema.²

¹ Entre tantas pesquisas, duas orbitaram nossa análise: 1 - Os estudos pioneiros de René Armand Dreyfuss em *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* de 1981 contribuem, dramaticamente, para entender os diversos interesses econômicos e como instituições civis se beneficiaram e forneceram apoio para que os dirigentes do Estado tomassem e se mantivessem no poder a partir do golpe de abril de 1964. E 2- Nina Schneider em seu livro “Brazilian Propaganda Legitimizing an Authoritarian Regime” de 2014, traz ao centro da discussão um questionamento ilustrativo do grau de controle do Estado em função de sua manutenção. A historiadora alemã não acredita que somente a força repressiva do Estado (controlado pelas Forças Armadas) era capaz de manter um regime autoritário e severo contra os direitos humanos por 21 anos. A partir desse pressuposto, investiga a produção da propaganda em meios públicos e privados que ajudaram na longa manutenção de um sistema altamente repressivo, que além de ferramentas discursivas contava com torturas, assassinatos, sequestros, desaparecimentos e perseguições a funcionários públicos civis e militares.

² Nina Schneider analisou a questão das dificuldades que circundaram a criação da CNV demonstrando o laço indissociável entre o passado e o presente. Enquanto alguns países tiveram no seio de suas Comissões da Verdade

Podemos perceber que em seu conjunto, em ideário montado sob o pretexto de defesa da segurança nacional, o pensamento militar concentrava-se em exterminar, sobretudo, o que se considerava o maior inimigo da democracia ocidental, o comunismo³. Acreditamos que um conjunto muito diverso de ações conseguiu dar longa vida à ditadura brasileira. Evidente, por exemplo, que a força das armas e o sistema educacional de amplo alcance associados a um mecanismo de comunicação que conciliava meios públicos e privados tiveram grande impacto na longa durabilidade do regime. No entanto, a formulação do discurso é algo que ainda merece maior atenção. É importante então, pensar o discurso oficial como prática política. Se por um lado os meios de comunicação auxiliavam a manutenção do sistema, devemos pensar em que medida e qual discurso era reproduzido e propagado. É também na palavra dos militares que encontraremos esse conjunto de informações confusas, incompletas e manipuladas.

Em meio às profundas investigações, interpôs-se ao longo do tempo uma possibilidade cada vez mais explorada pelos historiadores: entender o sistema autoritário brasileiro a partir da visão dos militares. Algumas tentativas da própria caserna ocorreram desde meados dos anos de 1970 na tentativa de mostrar o outro lado da moeda. Podemos destacar nesse período o livro de Hernani D'Aguiar "*A Revolução por Dentro*" de 1976, esse pode ser considerado um dos primeiros livros publicados com intenção de apresentar ao leitor uma versão histórica dos fatos decorrentes do golpe de 1964 na visão dos militares.

"Foi tentativa de fazer história" (D'AGUIAR, 1976: 13). O próprio autor – de maneira muito lúcida – manifesta sua compreensão acerca da verdade histórica "Sabemos que os dicionários não apresentam a história como sinônimo de verdade" (D'AGUIAR, 1976: 13) e prossegue "A verdade absoluta, integral, não existe... Sei que estarei sempre apresentando a minha compreensão dos eventos" (D'AGUIAR, 1976: 13).

Alude ainda D'Aguiar que sua análise pautada na busca pela verdade não parte do pressuposto de que "o que importa não é o fato, mas sim a versão" (D'AGUIAR, 1976: 13). Apesar do entendimento da não existência de uma verdade histórica absoluta ele rejeita por completo a manipulação dos fatos enquanto produto aceitável para uma historiografia que se pretenda bem elaborada. Há de se questionar, no entanto, não seu firme posicionamento em relação à verdade, mas os métodos para alcançá-la. Alega o autor que no decorrer da obra

o caráter deliberativo (sendo o caso mais icônico o argentino), no Brasil a CNV instaurou-se como um órgão consultivo, sem poderes para elevar as discussões de uma prática meramente historiográfica para processos judiciais com julgamentos e condenações aos graves delitos aos direitos humanos. (SCHNEIDER, 2013)

³ Para Nina Schneider o conceito de democracia dos militares é distante da ideia de democracia liberal e se traveste em uma caça anticomunista, e "No contexto da Guerra Fria, a ESG refinou a DSN (Doutrina de Segurança Nacional); A principal inovação era que agora insistia na ameaça constante dos "inimigos internos", que lançava as bases de um sistema arbitrário de poder e repressão". (SCHNEIDER, 2014)

procuraria confrontar os fatos com depoimentos e testemunhos e que buscou “ativar lembranças e recordações, de minhas próprias experiências, em diversas posições de hierarquia administrativa nacional” (D’AGUIAR, 1976: 13).

Estando aí posta (nesses argumentos) a problemática levantada por esta dissertação. Há, evidentemente, um conflito latente entre memória e história. O debate não é inédito e é inesgotável, mas há de se perceber que a intencionalidade proposta por D’Aguiar (instruir uma leitura a partir da memória depurada e institucionalmente ordenada, tomando como história um discurso memorialístico) é uma característica profundamente enraizada nos discursos militares que buscaram a partir de suas próprias vivências, crenças e ideologias definirem seu lugar nessa história projetando tal discurso como verdade às gerações futuras.

Jacques Le Goff enfrenta o problema da memória/história elencando a historiadores o papel de mediação desse conflito, sendo então responsáveis por construir uma “*história da história*” que para o autor é “o estudo da manipulação da memória coletiva de um fenômeno histórico que só a história tradicional tinha até então estudado” (LE GOFF, 2013: 434). Tendo consciência da importância da memória sobre a ditadura para o futuro das Forças Armadas, de imediato os militares promoveram ações que pretendiam afirmar sua legitimidade moral e sua necessidade histórica. Le Goff afirma que a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva” (LE GOFF, 2013: 435), no caso em questão, buscaram elaborar uma memória coletiva reafirmada pelo exaustivo trabalho institucional de auto-história das Forças Armadas.

Ainda sobre a memória, Le Goff ressalta com ênfase aquilo que essa pesquisa tem por linhas gerais “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2013: 435). Essa última razão, tão ética quanto epistemológica faz da pesquisa um importante passo para a consolidação de um ambiente fértil para o florescimento de uma sociedade mais justa, cabendo:

“aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.” (LE GOFF, 2013: 435).

O ambiente de disputa pela memória deu ao regime militar essa característica relevante. Para a compreensão do momento devemos nos atentar à manipulação da opinião pública exercida pelos militares através do discurso. Para analisar criticamente a lógica discursiva dessa construção de memória que nessa dissertação se optou pelo conceito que Marcelo Moreschi

definiu como auto-história, em sua tese *A façanha auto-historiográfica do modernismo brasileiro* de 2010.

Paul Ricoeur assinala que “a história não para de nascer do distanciamento em que consiste o recurso à exterioridade arquivar”. O arquivo (subproduto da memória) tem seu lugar específico nas concepções de Ricoeur. Ele divide a operação historiográfica de maneira tripartite, sendo a primeira delas a fase documental “aquela que vai da declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos e que acolhe como seu programa epistemológico o estabelecimento da prova documental” (RICOEUR, 2010: 146). É na segunda parte desta operação que “a autonomia da história relativamente à memória se afirma mais fortemente no plano epistemológico” (RICOEUR, 2010: 193), num movimento sincrônico de explicação/compreensão a análise documental se distancia da memória, no sentido em que o historiador opera uma mediação entre o relato das fontes e explicação/compreensão das mesmas, dando sentido ao emaranhado documental da primeira fase em uma relação conjunta entre a indagação (estranhamento e questionamento) os porquês e seus remates (respostas, diretrizes ou conclusões). A terceira fase dá-se na forma em que se apresenta a história, ou melhor, sua escrita. Nesse momento a história cumpre (ou tenta cumprir) seu papel:

“justamente nessa terceira fase que as principais aporias da memória retornam com força ao prosaetrio, a da representação de uma coisa ausente sobrevinda anteriormente, e a de uma prática voltada à recordação ativa do passado e que a história eleva ao nível de uma reconstrução” (RICOEUR, 2010: 147)

Ricoeur nos ajuda a pensar a memória enquanto campo de conflito para a historiografia, no entanto, delimita categoricamente o espaço de produção historiográfica. Não se confunde o fazer história com o que chamamos aqui de auto-história. A memória, conflitante como é de sua natureza, tem um espaço específico e não se contempla enquanto história. A operação historiográfica produz a reconstrução (tensionada sempre pelos vínculos mnemônicos) utilizando como acesso à memória o arquivo, a partir disso apresenta conclusões possíveis na forma de discurso. O caminho da auto-história entrelaça a fase documental à fase do discurso.

Sendo assim, o agente histórico (de seu presente) desejava elevar-se à condição de historiador de si mesmo, criando uma suposta narrativa oficial (para o futuro), transformando o relato (memória) em discurso oficial (História). Essa empreitada auto-histórica pode ser reconhecida na forma em que o discurso oficial das Forças Armadas se instaurou enquanto verdade para a posteridade ainda durante o período da ditadura militar. A reafirmação constante

da necessidade histórica e da legitimidade do golpe (insistentemente autointitulado como revolução) mostram como a prática se dava no campo do discurso e do manuseio da memória.

Tal prática pode ser evidenciada não somente na obra de Hernani D'Aguiar, mas também nos livros de Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio* de 1987 e o Projeto *Orvil* lançado oficialmente em 2007, mas gestado em meados dos anos de 1980 (FIGUEIREDO, 2011). Em 2006, Ustra lança ainda *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, com intenção semelhante ao seu primeiro livro. É importante ressaltar que Ustra era um conhecido torturador no período mais violento do regime militar, na condição de Comandante do Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do Segundo Exército (DOI-CODI Ex.II) no período de 1970 a 1974, perpetrou sevícias relatadas por diversas fontes e é citado pelo projeto Brasil Nunca Mais em sua lista de elementos envolvidos em tortura.

Cabe lembrar que no interior do trabalho repressivo e em parte das ações da chamada comunidade de informações concentrava-se o nefasto ofício da tortura. Vale notar que a sistematização do aparelho repressivo contava com a informalidade (mesmo que as instâncias superiores fossem no mínimo omissas para ainda não afirmar sua conivência e participação), uma vez que o registro formal das práticas repressivas foi rigidamente pensado à vista de esconder a totalidade de suas atividades. A luta antissubversiva tinha gradações de atuação, da detenção à prisão formal até o julgamento encontravam-se muitas peculiaridades, a exemplo do interrogatório preliminar, esse conteúdo do aparato repressivo foi profundamente investigado por Mariana Joffily em sua tese *No Centro da Engrenagem: Os Interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)* de 2008.

Joffily nos adverte que “o interrogatório preliminar não constituía o único procedimento efetuado por esses órgãos e talvez seja precipitado considerá-lo mais importante” (JOFFILY, 2008: 18), no entanto, teve participação decisiva nos trabalhos da comunidade de informação dos aparelhos repressivos do Estado. Para além de sua função inquiridora, a tortura (no contexto da investigação no interrogatório preliminar) é vista como mecanismo de poder:

“Defendo a tese de que a coleta de informações era apenas um dos objetivos do interrogatório preliminar. A tortura, supostamente utilizada como instrumento para obter essas informações, era a peça chave de transformação do interrogatório preliminar em uma poderosa máquina de sujeição, de normalização e de imposição da autoridade representada pelo governo militar.” (JOFFILY, 2008: 19)

Esse posicionamento de Mariana Joffily em relação ao uso da tortura é princípio norteador da presente pesquisa. Entender as sevícias como prática que vai além da obtenção de informação traz à tona outras possibilidades para o uso sistemático da violência no contexto analisado.

Dos diversos locais de fala, um ainda permanece obscuro, o posicionamento do torturador. Muitos relatos evidenciaram a prática da tortura como ferramenta sistêmica, não apenas distorções (moralmente condenáveis) como o Ex ditador Ernesto Geisel concluiu em sua auditoria realizada em quatro estados brasileiros já em 1964⁴. Hoje, a discussão não deve se concentrar tão somente em provar a existência de tal (des) serviço, pois, os diversos indícios (orais, iconográficos, memórias e entrevistas de ex militares à CNV) não deixam dúvida que a prática da tortura era generalizada. O relatório final da CNV, formalmente apresentado no dia 10 de dezembro de 2014, conclui em sua quinta parte - Conclusões e Recomendações - que os crimes perpetrados no período da ditadura militar

“Foram o resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro. Na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares. Operacionalizada através de cadeias de comando que, partindo dessas instâncias dirigentes, alcançaram os órgãos responsáveis pelas instalações e pelos procedimentos diretamente implicados na atividade repressiva, essa política de Estado mobilizou agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e tortura, que se abateu sobre milhares de brasileiros, e para o cometimento de desaparecimentos forçados, execuções e ocultação de cadáveres” (CNV, 2014: 963)

Investigar o corpo de oficiais que exercia a atividade repressiva a partir de seus próprios relatos não é uma atividade inovadora, tampouco suficiente para esgotar o tema. A exemplo de pesquisas preocupadas em compreender as ações das Forças Armadas a partir de uma visão endógena à caserna podemos citar a coleção *A Volta aos quartéis* organizada por Glaucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D’Araújo e Celso de Castro. Essa coletânea produziu importantes

⁴ Um dos casos que motivou a auditoria de Geisel foi o evento do dia 2 de abril de 1964, quando “o dirigente comunista Gregório Bezerra foi amarrado seminu à traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares da cidade. No fim da viagem, foi espancado por um oficial do Exército, com uma barra de ferro, em praça pública. Machucado e sentado no chão do pátio do quartel da Companhia de Motomecanização, no Bairro da Casa Forte, Gregório Bezerra foi visto na noite de 2 de abril pelos espectadores da tv Jornal do Comércio, que o filmara” (GASPARI, 2002: 132). Ao final de seu relatório, Geisel considerou que tais eventos que ocorreram nesse período foram apenas distorções e não um comportamento frequente e institucionalizado das Forças Armadas. A transcrição de seu relatório está entre os documentos liberados ao jornalista Elio Gaspari sob o título “Explicação pessoal do general Ernesto Geisel sobre a missão para averiguação de denúncias de tortura (transcrição)”, disponibilizou tais arquivos através do sítio <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/explicacao-pessoal-general-ernesto-geisel>> acesso in:22/01/2018.

entrevistas com diversas personalidades que protagonizaram eventos relevantes para a política dos quartéis no período da Ditadura Militar Brasileira.

No entanto, o foco dessa investigação acaba por reforçar a ideia de uma política exercida quase exclusivamente pelo alto oficialato militar. O que pretendemos é reconstruir os caminhos do autoritarismo para além dos gabinetes e dissidências ideológicas do generalato demonstrando que o corpo de oficiais de patentes menores exerceu forte influência no desenrolar dessa trama. Se excluirmos essa dimensão da política dos quartéis, dificilmente compreenderemos a comunidade de informações e suas técnicas para esconder sua participação violenta, tal silenciamento dos agentes que estiveram no centro da engrenagem parece até mesmo intencional e fortalece a construção da auto-história militar.

Em função disso, como dorso dessa dissertação, a principal fonte escolhida foi a monografia do Coronel Freddie Perdigão Pereira (que aqui será utilizada a referência PERDIGÃO,1978 para se referir à produção “O Destacamento de Operações e informações (DOI) no EB – histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas”). Esse documento foi crucial para elucidar os parâmetros da auto-história que compõem a investigação presente. A busca se dirige em tentar compreender até que ponto a memorialística institucional das Forças Armadas se comportou como uma empreitada de auto-historiografia e em que lugar se encontra a produção de Perdigão nessa disputa discursiva.

Esta fonte foi produzida para a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), como requisito final para a conclusão de curso de formação pelo período de dois anos e, conseqüentemente, a promoção à patente de Tenente-Coronel na hierarquia do oficialato superior do Exército Brasileiro. Perdigão ingressou à ECEME em 1976 e apresentou sua monografia em 1978 já classificada em caráter sigiloso. O acesso a esse documento foi possível a partir do ano 2000, quando o Encarregado pelo Inquérito Policial Militar (IPM) de 10 de setembro de 1999, General de Divisão Sérgio Ernesto Alves Conforto, requereu tal monografia para compor o processo que visava esclarecer os eventos do atentado à bomba do Riocentro.

Ainda que analisando tema totalmente diferente, Marcelo Moreschi elaborou um conceito que pode ser de grande utilidade para a ampliação dos debates sobre as relações entre memória, história e produções discursivas de militares sobre a ditadura. Forjado para estudar a complexa formação cultural do modernismo brasileiro, o conceito de auto-história foi importante para que Moreschi discutisse a forma com que Mário de Andrade tentou garantir o seu lugar e relevância na história desse movimento artístico e cultural. A análise da aplicação em si dessa ferramenta na obra de Moreschi não é o interesse da nossa pesquisa, entretanto, entender sua proposição possibilitou redimensionar o olhar frente aos eventos que

possibilitaram a criação e manutenção do discurso oficial das Forças Armadas. Em sua tese, Moreschi investiga em que medida a memória do movimento modernista é fruto do que chamou de auto-historiografia, gerada por uma autodocumentação em um modelo discursivo que torna o agente histórico, como propriamente o historiador de si mesmo.

A grandeza do trabalho acima citado é demonstrar em que medida a intenção final é o controle sobre a própria escrita da história. Tomando por exemplo Mário de Andrade, a auto-historiografia proposta por Moreschi fica mais clara. Entende o autor a existência de um:

“Mário de Andrade historiador de si mesmo, aquele que incansavelmente procura documentar sua atuação e insistentemente se esforça em estabelecer não apenas uma literatura ou uma cultura nacional mas o seu próprio lugar relevante nessa literatura ou cultura.” (MORESCHI, 2010: 111)

A seleção documental que o próprio modernista fazia indicava o caminho de uma determinada história desejada e projetada para gerações futuras, pois, “as cartas já eram imaginadas como documentos de relevância futura e teriam como destinatário o próprio arquivo que conservaria a cultura nacional e que potencializaria, no futuro, a sua síntese.” (MORESCHI, 2010: 116), Além disso:

“Os documentos só teriam força enunciativa e potencial historiográfico se também tiverem uma certa capacidade de gerar ou influenciar discursos e ações. Na produção auto-historiográfica de Mário, o documento (ou o texto que depois de preservado o será segundo um cálculo já presente na sua gênese) deve operar uma intervenção simultânea em duas dimensões temporais, no presente (no caso das cartas, por exemplo, no “amigo”-destinatário) e no futuro (generalizadamente, realizando “a revelação futura”). ” (MORESCHI,2010: 122)

Ou seja, de acordo com Moreschi a história do modernismo, tal como reproduzida pela crítica e historiografia literária, é fruto de uma operação em que o seu protagonista (Mário de Andrade) produziu os textos que viriam ser os documentos canônicos, organizou os documentos em um arquivo (em que a guarda e manutenção estão sob os cuidados do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo IEB/USP, protegido por força de lei)⁵, estabelecendo,

⁵ “De fato, em 1995, o acervo Mário de Andrade (que contém, dentre outros documentos, os milhares de itens da correspondência do escritor), do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, foi tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e hoje é oficialmente patrimônio histórico e artístico nacional, bem tão importante que, por lei, deve ser preservado pelo Estado. O tombamento do acervo pode ser entendido de forma simbólica como o coroamento do projeto auto-historiográfico modernista. O primeiro projeto para a criação de um órgão nacional de patrimônio (chamado então de SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi feito justamente por Mário de Andrade, que, posteriormente, dedicou vários anos de trabalho ao órgão. A

portanto, a própria lógica deste arquivo e elaborou a narrativa-mestra que se tornou a própria explicação histórica do significado do modernismo na cultura brasileira.⁶

A contribuição de Moreschi ao criar esse conceito de auto-historiografia cabe bem à presente investigação, pois, pode satisfazer algumas indagações acerca do regime militar brasileiro em suas nuances, disputas e tensões políticas. Sabemos que os arquivos referentes ao período analisado passaram por um processo de depuração (destruição ou ocultamento, mas também o regime de abertura de algumas fontes, como o caso dos documentos de Geisel repassados ao jornalista e historiador Elio Gaspari) com o objetivo específico de reduzir as chances de encontrar alguma inconsistência no discurso oficial das Forças Armadas.

Lucas Figueiredo, em seu livro *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura* de 2015, problematiza essa depuração e encontra elementos substanciais que nos levam a acreditar que essa documentação ainda exista:

“Havia informações suficientes para recompor, com nome e patente, toda a cadeia de comando responsável por crimes como sequestro, tortura, assassinato e ocultação de cadáver. Lá estavam também nomes de militares que tinham acobertado tais delitos ou que, tendo tomado conhecimento oficial das atrocidades nada fizeram” (FIGUEIREDO, 2015: 48)

Mas as políticas de silenciamento tão rígidas fizeram até mesmo que governantes, vítimas em alguma instância do regime ditatorial (ex presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff), não agissem de forma enérgica para que tais documentos fossem abertos.

Essa fase da construção auto-histórica é crucial para o desenvolvimento e manutenção de sua condição de verdade, além de preservar o sentimento de impunidade, afinal, o acervo alegado em seu livro continha “provas que no futuro poderiam inclusive ser usadas contra homens e mulheres que compunham o aparato repressivo, desde simples soldados até ministros de Estado ou generais-presidentes” (FIGUEIREDO, 2015: 28).

transformação, no entanto, das cartas de Mário em documentos relevantes de um patrimônio nacional oficial não deve ser entendida apenas como uma homenagem póstuma a quem com tanto afincou procurou planejar e inventar tal patrimônio, mas como o reconhecimento do esforço de Mário em tornar-se a si próprio um patrimônio de uma literatura ou de uma cultura madura” (MORESCHI,2010: 116)

⁶ Para Moreschi, existe uma crítica literária que propagou três características do movimento modernista brasileiro e que por uma operação (façanha) auto-historiográfica garantiu a reprodução dessas características na maioria dos manuais que contam sua história, “o primeiro deles é aquele que afirma o “modernismo brasileiro” como marco importantíssimo da história literária do país. O segundo diz respeito à originalidade desse “modernismo” relativamente aos movimentos que lhe serviram de matrizes. Por fim, o terceiro lugar comum é aquele constituído pela idéia de que “modernismo brasileiro” deve ser entendido como algo maior do que um movimento artístico ou literário, um marco da cultura brasileira em geral” (MORESCHI,2010: 3).

Houve uma prática sistemática e coordenada para fazer crer o desaparecimento dos arquivos referentes ao combate às guerrilhas e à subversão no Brasil. O otimismo ao considerar ainda existentes tais documentações (especificamente do CIE - Centro de Inteligência do Exército, CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica e Centro de Inteligência da Marinha – CENIMAR) advém da importância estratégica e militar desses documentos para efeitos de Segurança Interna.

Lucas Figueiredo lança sólida argumentação em favor de suas suspeitas: um arquivo de inteligência militar, em alguma hipótese, seria capaz de destruir todo registro sobre combates importantes de um modelo de guerra que se apresentava como novidade no Brasil como a Guerra Revolucionária? Faz sentido crer que a maior campanha militar desde a Segunda Guerra Mundial (contra a Guerrilha do Araguaia) era sim desprezível aos arquivos militares? É mais provável que esse segredo seja guardado a sete chaves e quando elencado à condição de mito, sirva muito bem à justificativa auto-histórica. Parece essa situação mais crível que a destruição de acervo tão importante para a memória institucional das Forças Armadas.

Quando da condição de um arquivo controlado e as poucas referências nos levam a um caminho tortuoso, tudo parece inconstante e inconclusivo. Ainda hoje os pesquisadores, ao duvidarem do potencial de alguns métodos historiográficos, parecem esperar o descortinar de uma nova documentação que garanta a veracidade dos fatos advindos de outras modalidades de fontes que não entrevistas com agentes da repressão ou memórias de presos políticos. A auto-história da ditadura militar é produtora e beneficiária dessas lacunas, proposital e artificialmente criadas para garantir a negação institucional por mais frágil que pareça a versão oficial.

Se nos atentarmos à produção do discurso e buscarmos eliminar as incongruências, seremos sim capazes de recompor os fatos de maneira mais lúcida possível afim de satisfazer o desejo da verdade. Aos poucos, com o distanciamento temporal e o falecimento de importantes personalidades daquele momento, muita coisa já se torna mais tangível. Seria excelente, mas não precisamos hoje de declarações oficiais para esclarecer, metodologicamente, aquilo que por décadas foi denunciado. A documentação existente já deixa rastros e indícios para que possamos trabalhar seguramente e expor a violência do Estado brasileiro nos anos da ditadura militar.

Exatamente por isso a monografia de Perdígão se mostra como um importante documento a ser analisado. Não somente o que, mas como, quando e por que o autor escreve pode demonstrar os interesses, tensões, arranjos e disputas em torno da organização do Estado Brasileiro na vigência de uma ditadura menos coesa e harmônica que costumamos imaginar.

Dentro deste complexo emaranhado jogo de forças e ideologias uma versão muito limitada se propagou e ganhou certo status de verdade.

A partir do ano de 2016 ficou evidente que o tema não se esgotou e permanece latente em parte do imaginário brasileiro. A instabilidade política do presente – ainda a ser explicada no futuro – muitas vezes tem produzido personagens que oferecem soluções muito próximas aos argumentos que alavancaram o golpe de abril de 1964, contudo, sabendo da irreprodutibilidade dos fatos históricos não podemos acreditar que veremos mais uma ditadura tal qual a anterior, mas podemos garantir que o autoritarismo e o sentimento antidemocrático são traços marcantes hoje e outrora em parte da sociedade brasileira.

Sendo assim, essa dissertação buscará compreender o lugar da monografia de Perdigão na produção da auto-história da ditadura. Objetivando esse fim, a pesquisa será dividida em duas partes: Capítulo 1 - *Diálogos ou Disputas? A formulação do discurso oficial e o lugar do DOI na história da repressão* e Capítulo 2 - *O Sistema DOI-CODI: da experiência ao desprestígio*. O primeiro capítulo buscará compreender o lugar da produção monográfica de Freddie Perdigão Pereira nessa disputa intensa pela auto-imagem que a ditadura tentou erguer para si, a partir de sua monografia “(DOI) - Histórico Papel no Combate à Subversão - Situação Atual e Perspectivas” discutiremos a comunidade de informações buscando entender a lógica interna dos argumentos de Perdigão e confrontando suas afirmações à realidade brasileira da década de 1970, tanto nos métodos de atuação da repressão, quanto a articulação dessas ações repressivas com o discurso oficial da ditadura militar.

O segundo capítulo tentará fornecer ao leitor uma imersão aos conceitos levantados para o entendimento do sistema repressivo brasileiro e como a auto-história da ditadura foi capaz de articular a sobrevivência do discurso oficial por vinte e um anos, ainda que dentro da estrutura militar e fora dela muitas contestações tenham atingido a narrativa desenvolvida.

2 DIÁLOGOS OU DISPUTAS? A FORMULAÇÃO DO DISCURSO OFICIAL E O LUGAR DO DOI NA HISTÓRIA DA REPRESSÃO

2.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES: UM MODELO DISCURSIVO

Ao longo dessa pesquisa um questionamento atravessou toda a sua construção: qual era o público alvo de Freddie Perdigão ao escrever sua monografia? É difícil crer que ela foi produzida para compor um acervo bibliográfico nas prateleiras escuras e não visitadas da ECEME. O que dá ainda menos credibilidade a essa hipótese é o conteúdo e, sobretudo, a forma da narrativa. Sobre o conteúdo destinaremos algumas páginas a mais para desenvolver a ideia, mas enquanto forma uma ressalva é necessária desde já.

Essa monografia, na forma em que foi apresentada, em muito se assemelha a um relatório de atividades mais que propriamente um trabalho acadêmico. A ECEME era, naquele momento, um espaço de formação de oficiais superiores que produziam e reproduziam as diretrizes para a execução da política interna e a experiência de um membro ativo da comunidade de informações poderia dar grande contribuição no entendimento dos procedimentos, cadeia de comando, modo de atuação, resultados e avaliar qual a margem de riscos que as atividades da esfera operacional da comunidade de informações ofereciam ao projeto de construção da auto-imagem que a ditadura ao longo de duas décadas empenhou grandes esforços para difundir.

As referências utilizadas por ele não eram acessíveis a consultas públicas, dessa forma, na gênese de sua produção os limites documentais já se impunham, são transcrições de material apreendido, diretrizes ministeriais secretas, organização hierárquica e informações que mesclavam fontes e experiência pessoal. Tentaremos ao longo dessa análise mais restrita da fonte evidenciar a quem interessava o argumento de Perdigão e como suas avaliações compõem ou destoam da auto-história da ditadura militar.

Ao percebermos essa estrutura da investigação de Perdigão, apreendemos que sua contribuição ora se aproxima, ora se distancia das argumentações centrais de defesa do regime ditatorial. Isso é bem explícito quando se refere à cadeia hierárquica, que se contrapõe à versão oficial do governo Geisel de que um poder paralelo se instalara desde a centralização das atividades da comunidade de informações, para Maud Chirio a tensão enfrentada por Geisel passava por essas vias:

“O problema colocado pelo CIE à administração, dentro do aparelho do Estado, é primeiramente organizacional e disciplinar, antes de ser político. No sistema de informações, são os órgãos dos ministérios os mais autônomos com relação aos procedimentos legais e regulamentares, à cadeia de comando e ao controle presidencial” (CHIRIO, 2012)

Mas longe de aceitar essa dimensão do discurso de Geisel, o Coronel Perdigão afirma a tese de que a comunidade de informações obedecia a uma cadeia de comando muito clara, porém diferente da organização que as Forças Armadas foram acostumadas a seguir. Essa hierarquia mais fluida foi, especialmente, criada para isolar atos ilegais. Ao longo do tempo essa condição específica da comunidade de informações foi questionada e seus críticos deixaram transparecer que todo abuso do poder de administrar a violência era fruto exclusivo das escolhas e corrupção dos próprios órgãos e agentes da inteligência.

Para isso dividiremos esse capítulo em três eixos principais: necessidade histórica, composição e atuação do Destacamento de Operações e Informações (DOI) e resultados ao longo de sua trajetória, mas inicialmente, faremos uma breve introdução sobre as condições de produção e a reparação da monografia de Perdigão, além disso, buscaremos traçar seu perfil profissional e apresentar em que medida essa prosopografia se encontra com a categoria de perpetradores de violência visando mostrar onde ele se enquadra a partir das análises de Martha Huggins.

Para entendermos o lugar da monografia de Perdigão   importante conhecer sua forma o e como se deu sua entrada nas atividades de inteligência e informa o. A modelagem (preparo, forma o e amadurecimento) desse operário da violência   explícita na forma com que desenvolveu suas técnicas e a profissionaliza o de suas atividades dentro de um contexto de defesa da segurança interna em um regime autoritário. A passagem do jovem cadete da AMAN ao temido Dr. Roberto mostra o porquê de suas escolhas. Levando uma vida profissional de violência empreendida nos centros de tortura e extermínio acabou submergindo a uma ideologia profundamente radical, mas sobretudo essa prosopografia vai auxiliar na compreensão de como ele desenvolveu a justificativa para a institucionaliza o do DOI em sua monografia, órgão fundamentado no uso da violência sistemática.

2.2 CONDI OES DE PRODU O E REPARI O

A publicidade para além da caserna dada   monografia de Perdigão aconteceu vinte dois anos depois de sua produ o. No dia 24 de novembro de 1999, a Diretora de Secretaria do Superior Tribunal Militar Sandra M rcia de Mesquita Tanaka assinou a autua o de inquérito

desse tribunal que designou como Ministro Relator o General de Divisão Sérgio Ernesto Alves Conforto.

O Inquérito Policial Militar nº 28/81 referia-se ao famoso e inconcluso caso de duas bombas de fabricação caseira que explodiram próximo a um gerador de energia, e uma segunda dentro do carro Puma de placa do Rio de Janeiro OT 0297 de propriedade do então Capitão Wilson Luiz Chaves Machado no dia 30 de abril de 1981, cerca de 21 horas no centro de convenções e eventos Riocentro, que acabou vitimando o ex 2º Sargento Guilherme Pereira do Rosário.

A primeira menção oficial sobre o caso aconteceu na mesma data do ocorrido, cerca de 23 horas e 30 minutos. O chefe da Polícia do I Exército, Coronel Waldir José de Mello Barbosa, afirmara que o Oficial de dia do 1º Batalhão da Polícia do Exército (BPE) Tenente França, havia o “comunicado de um acidente no Riocentro (explosão de bomba)” (STM, 1999: 10)⁷. É difícil acreditar que a menção de um acidente tenha sido fruto de um equívoco ou limitação da linguagem. Em outras situações, explosões a bomba seriam prontamente tratadas como terrorismo e atreladas, imediatamente, a ação de grupos de esquerda.

Em seu depoimento, na tentativa de dar fé à conspiração contra os movimentos sociais e políticos de orientação ideológica próximas ao socialismo, o Capitão Wilson Machado declarou que o 2º Sargento Guilherme do Rosário, de codinome Agente Wagner, afastou-se do carro minutos antes da explosão para encontrar alguns amigos e ele (Capitão Wilson) para urinar. Nesse meio tempo, afirma o Cap. Wilson, é possível que na ausência de ambos, alguém tenha colocado o artefato explosivo no interior do automóvel (STM, 1999: 185)⁸.

Mais uma grave lacuna no depoimento. Mesmo ignorando o fato de que a luta armada da esquerda no Brasil foi aniquilada até meados do ano de 1974 e que o aparato de inteligência do governo era bem equipado e preparado, não podemos acreditar que em uma missão comandada por um centro de inteligência, por negligência, os agentes em questão tenham abandonado seu posto de maneira irresponsável, deixando sua posição estratégica por motivos tão superficiais e nesse ínterim, não tenham observado alguém se aproximar e adicionar algum pacote suspeito no interior do Puma.

Por depoimentos tão duvidosos e profundos indícios de mentira no decorrer das investigações empreendidas por jornalistas e outros pesquisadores, mas sobretudo pela força dos depoimentos de ex-militares, o caso foi reaberto no ano de 1999 depois de muita pressão

⁷ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM). Representação Criminal 2000.01.000004-0 1º Volume. De 24 de novembro de 1999.

⁸ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM). Representação Criminal 2000.01.000004-0. 2º Volume. De 24 de novembro de 1999

dos meios de comunicação. Mas em que medida esse caso se liga a uma produção acadêmica militar de 1978? Nas investigações de José Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato que deram origem ao livro *Direita Explosiva no Brasil: A história do grupo secreto que aterrorizou o País com suas ações, atentados e conspirações* de 1996 há uma pista.

Sugere o livro a existência de um determinado “Grupo Secreto” que aterrorizou o Brasil no final da década de 1970 e o começo dos anos de 1980. Um grupo de militares radicais que eram contra o processo de abertura democrática iniciado no governo Geisel e concluído em 1985, quando foi eleito indiretamente o primeiro presidente civil e ainda que no decorrer desse processo muitos entraves tenham dificultado a instauração de um sistema político baseado na representatividade alcançada através do voto direto, essa composição do cenário político de 1985 teve como resultado a promulgação da constituição de 1988.

Afirma o livro que esse “Grupo Secreto” era composto por diversos militares insatisfeitos com os rumos que a política tomara e procuravam criar tensões de todas as formas (críticas públicas, indisciplinas, conspirações e em último caso ataques a bomba) para desestabilizar seus desafetos políticos e com intenção de paralisar o processo de abertura que se desenhava. As ações terroristas por parte de radicais militares ocorriam muito antes dos eventos do Riocentro⁹.

Moniz Bandeira em nota de apresentação do mesmo livro nos adverte sobre a interferência da CIA nessas questões e esclarece que:

“A CIA, não só no Brasil como em outros países da América Latina, fomentou o terrorismo, com o objetivo de desestabilizar os governos que divergiam das diretrizes estratégicas dos EUA na questão de Cuba”. (ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO, 1996: 11)

Esse grupo radical de militares influenciados por uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN) autoritária e antidemocrática, formulada nos bancos da Escola Superior de Guerra (ESG) e com ampla influência e interesse dos Estados Unidos da América (EUA) se perpetuou até o fim do regime e sua expressão mais perversa (o terrorismo) ficou explícita com o caso Riocentro.

⁹ As contribuições dessa investigação são profundas, no entanto, é preciso esclarecer que o livro reforça a ideia de um grupo totalmente autônomo, obscuro e até mesmo um círculo fechado com hierarquia própria muito bem definida. Uma estrutura como a sugerida no livro corrobora o discurso de Geisel sobre a comunidade de informações, sua autonomia e a quebra de hierarquia. Nossa pesquisa não entende que essa autonomia excessiva, quase um Estado paralelo de fato existia. O “Grupo Secreto” foi um nome dado à dimensão alcançada por aquela pesquisa, e não uma formulação dos integrantes do grupo. Apesar de toda a tensão posterior gerada por ações de militares terroristas, suas atuações estiveram sempre bem próximas de uma cadeia formal de comando respondendo a anseios e ideologias, assim participando das disputas entre os militares e suas diversas facções.

Ao que tudo indica, Freddie Perdigão Pereira era um dos integrantes desse grupo e ainda que a natureza (secreta e terrorista) das operações dessa facção mais radical tenha protegido as identidades dos membros, indícios aqui e ali (memórias de ex militares como Alberto Fortunato ao livro *Direita Explosiva no Brasil: A história do grupo secreto que aterrorizou o País com suas ações, atentados e conspirações*, de Paulo Malhões na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, de Policias Civis a exemplo de Cláudio Guerra e outras fontes como a relação de telefones na agenda de Guilherme do Rosário encontrada nos escombros juntos ao Puma) deixam claro que existia alguma cadeia de comando motivada ideologicamente nessas ações. Sabidamente um dos mais brutais torturadores ligados ao sistema repressivo brasileiro, Perdigão mantinha fortes relações com esse grupo e seu número de telefone era o quarto que constava na lista de contatos do 2º sargento espocado.

Quando houve a reabertura do Caso Riocentro em 1999, surgiu o nome de Perdigão em uma lista de pedidos de fichas funcionais pelo Ministro Relator Sérgio Conforto, que além de tantos outros despachos, também requereu vinte e oito inquéritos envolvendo ataques e desarmes de bombas entre os anos de 1979 e 1981 (STM, 1999: 32)¹⁰. O depoimento do General Newton Cruz, no sétimo volume do caso, colocou Perdigão como o elo entre o alto comando do exército e as ações informais do DOI, em especial do I e II Exército; seria ele o porta voz dos gabinetes e escritórios das altas patentes militares ao “centro da engrenagem” (JOFFILY, 2008).

No dia 10 de setembro de 1999 o encarregado do IPM 28/81 solicitou “cópia de monografia (...) com a máxima urgência possível” (STM, 1999: 147)¹¹ através do ofício nº 123 encaminhado à Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Sem especificar as intenções, contudo a fim de esclarecer alguma dúvida. Sérgio Conforto tirou do limbo intelectual brasileiro uma produção acadêmica militar produzida em 1977 e datada de 1978, até então não mencionada nos sete volumes anteriores do processo.

As razões e motivações que levaram o General de Divisão a requerer tal cópia permanecem não esclarecidas. É importante frisar que Sérgio Ernesto Alves Conforto foi integrante dos quadros da ECEME nos mesmos anos que Freddie Perdigão Pereira, isso sugere que Conforto poderia orientar sua compreensão sobre a cadeia informal de comando – e constatar se era de fato informal – das ações terroristas a partir dos estudos de Perdigão, que

¹⁰ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM). Representação Criminal 2000.01.000004-0. 5º Volume. De 24 de novembro de 1999

¹¹ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM). Representação Criminal 2000.01.000004-0. 8º Volume. De 24 de novembro de 1999

sem dúvida é o principal material de apoio para entender o funcionamento dos DOI e por conseguinte, em alguma instância, da chamada Comunidade de Informações.

Esta fonte foi produzida para a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), como requisito final para a conclusão de curso de formação pelo período de dois anos e, conseqüentemente, a promoção à patente de Tenente-Coronel na hierarquia do oficialato superior do Exército Brasileiro. Perdigão ingressou na ECEME em 1976 e apresentou sua monografia em 1978, já então classificada de caráter sigiloso.

Apesar da restrita documentação sobre a vida pessoal de Freddie Perdigão, sabemos que ele fazia parte de um distinto grupo de militares que consolidou a vigência do regime através da perseguição e violência. Foi citado em muitos depoimentos à Comissão Nacional da Verdade como o principal articulador entre DOI-CODI e a Casa da Morte de Petrópolis.

Dentre as testemunhas mais relevantes podemos citar Inês Etienne Romeu (única sobrevivente da Casa da Morte), Cláudio Guerra (Delegado do Departamento de Ordem Político e Social - DOPS e membro do complexo grupo de extermínio chefiado por Ênio Pimentel Silveira) e Paulo Malhões (Capitão do Exército e membro do grupo responsável pela Casa da Morte de Petrópolis), esse último, em depoimento à CNV, se declarou responsável pela organização e funcionamento da Casa da Morte. Um resumo funcional da vida de Freddie Perdigão foi disponibilizado no Relatório final apresentado pela CNV:

(1936-1996) Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), vinculado aos gabinetes dos ministros do Exército Lyra Tavares e Orlando Geisel, de julho de 1968 a março de 1972. Sob o codinome “doutor Roberto”, atuou no centro clandestino conhecido como Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Entre fevereiro de 1973 e janeiro de 1975, serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, sob o comando de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Maciel. Esteve na agência do SNI no Rio de Janeiro de novembro de 1974 a fevereiro de 1977. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1970. Vítimas e casos relacionados: Rubens Beyrodt Paiva, Walter Ribeiro Novaes, Heleny Ferreira Telles Guariba e Paulo de Tarso Celestino da Silva (1971); Joaquim Pires Cerveira (1973); Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva (1974); Nestor Vera (1985); Zuzu Angel (1976); e atentado no Riocentro, no Rio de Janeiro (1981).¹² (CNV, 2014: 894)

Ainda que seja necessária uma prosopografia mais adequada, podemos perceber que a situação de Perdigão dentro do regime o colocava como importante personagem, pois ele fazia

¹² BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

parte de uma categoria intermediária na hierarquia das ações repressivas cotidianas, sendo integrante do grupo de perpetradores diretos e facilitadores, ou seja, era executor de diversas violências (como torturas e assassinatos) e produzia as condições para que outras personagens perpetrassem atrocidades impunemente (HUGGINS: 2006). Para evidenciar essa questão é importante ressaltar os espaços em que caminhava Perdigão.

Por exemplo, ser integrante dos gabinetes de Lira Tavares¹³ e Orlando Geisel coloca Perdigão em contato direto com o alto escalão das Forças Armadas que se consolidou enquanto poder dirigente do Estado brasileiro. Lira Tavares foi sem dúvida um dos pilares do regime ditatorial e Orlando Geisel era irmão do ditador Ernesto Geisel que sucedeu a Emílio Médici. A monografia de Perdigão foi escrita durante a gestão Geisel, momento também em que graves denúncias foram a público exigindo do governo algum posicionamento frente a tais acusações.

Huggins constata a existência de um profundo ressentimento de parte de seus entrevistados por não terem o reconhecimento que julgavam merecer. Diferentemente, Perdigão, àquela altura era um oficial em ascensão. Muito bem relacionado com o generalato, procurava a progressão de carreira (como o caso da formação na ECEME) e desfrutava de prestígio entre os subordinados por sua coragem e determinação (demonstrado no evento da troca de tiros em que foi alvejado na perna, o que lhe garantiu a Medalha do Pacificador com Palma), grande entusiasta da Doutrina de Segurança Nacional – homem de linha de frente e de bastidores – articulador e elo do aparato repressivo pelo menos no eixo Rio-São Paulo.

Considerando essas circunstâncias e sua participação em eventos decisivos na política de segurança nacional, podemos enxergá-lo como uma peça fundamental na transposição das ideias e pressupostos de guerra antissubversiva (previstas em manuais e instruções das academias militares) para a prática repressiva do Estado. A Casa da Morte, a informalidade das ações dos DOI/CODI, os interrogatórios preliminares, ocultamento de cadáveres,

¹³. Aurélio de Lira Tavares foi o primeiro Ministro do Exército Brasileiro, assim que o Ministério da Guerra ganhou esse novo nome. Foi “Chefe da 4a Seção do Estado-Maior das Forças Armadas entre 1952 e 1955, neste último ano foi nomeado chefe de gabinete do Estado-Maior do Exército (EME). Diretor de Comunicações do Exército (1958-1960) e chefe do Estado-Maior do I Exército (1960-1961), afastou-se desta função em setembro de 1961, no início do governo de João Goulart (1961-1964). Diretor de Ensino e Formação do Exército (1961) e comandante da 2ª RM, sediada em São Paulo (1962-1963), em março de 1963 foi nomeado primeiro subchefe do EME, então sob a chefia do general Humberto Castelo Branco. Ainda nesse ano exerceu interinamente a chefia do Gabinete Militar, reassumindo em seguida seu cargo no EME. Nesse período, o EME era o centro da conspiração que resultou no golpe militar de 31 de março de 1964, que derrubou Goulart. Em outubro de 1964, já no governo do general Castelo Branco, tornou-se comandante do IV Exército, sediado em Recife. Comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), entre setembro de 1966 e março de 1967, nesse mês assumiu o ministério do Exército, a convite do presidente da República, general Artur da Costa e Silva, que então iniciava seu mandato. Na crise de sucessão de Costa e Silva, Lira Tavares fez parte da junta governativa das três armas que acompanhou a transição que levou o general Ernesto Garrastazu Médici ao poder. CPDOC/ FGV – Verbete: Aurélio de Lira Tavares. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/lira_tavares > Acesso em: 01/04/2018.

desaparecimentos, assassinatos, torturas e o atentado do Riocentro expõem a centralidade de Perdigão no cotidiano repressivo da ditadura brasileira e como tais práticas se manifestaram como poderoso elemento de se fazer política no Brasil ditatorial.

A história de Perdigão é diferente da amostra entrevistada por Huggins, por isso é preciso estabelecer sua ligação vital com o “centro da engrenagem” (JOFFILY, 2008). Perdigão, a esta altura, galgava importantes posições dentro da estrutura política dos militares governistas. Por isso executava a difícil tarefa de ser a ligação entre os gabinetes ministeriais (altas patentes do oficialato militar) ao *locus* do operário da violência. Ao passo que mantinha boas relações com generais e ministros militares, estava diretamente envolvido em casos de graves violações aos direitos humanos.

Mesmo com toda propagada ideia de quebra de hierarquia, os centros de violência recebiam suas ordens do alto escalão militar, apenas a maneira como tal ligação era exercida que ainda suscita dúvidas. Em seu depoimento, Paulo Malhães afirma que recebia ordens diretas de Médici¹⁴. É possível que transmitir e executar as ordens que vinham da mais alta hierarquia tenha sido o principal papel dos oficiais intermediários diretamente ligados aos centros de tortura e extermínio. No caso de Perdigão e seu gerenciamento das ações da Casa da Morte, percebemos que as tensões geradas por conflitos entre os diversos órgãos de segurança passaram a ser mediadas através de duas dimensões: formal e informal.

Dentro da formalidade foram centralizadas as ações contrarrevolucionárias nos comandantes do Exército de uma determinada área. Houve, de acordo com ele, a modernização no combate proposta na “Diretriz Para a Política de Segurança Interna” (PERDIGÃO, 1978: 6) expedida diretamente pelo gabinete presidencial em julho de 1969 e executada pelos órgãos de segurança nos anos seguintes, já que as “próprias Forças Armadas [...] não estavam preparadas para enfrentar, com os meios disponíveis e as técnicas usadas, até o momento, a Guerrilha Urbana” (PERDIGÃO, 1978: 4).

Na informalidade, a mediação entre os interesses pessoais e investigativos em uma determinada ação se dava pelo intermédio de oficiais (como Freddie Perdigão e Paulo Malhães)

¹⁴ GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos Comissão da Verdade do Rio. *Memórias do Terror. depoimento de Paulo Malhães*. <http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo15/Nota%2052,%2059-Depoimento%20Paulo%20Malhaes_CEV-RIO_Arquivo%20CNV_00092.0027602014-83.pdf> “Teve um presidente da República que era muito amigo meu. Se tornou por coincidência. Eu fui segurança quando foram escolher ele para presidente. Eu fui segurança dele, não sei o que, pê, pê, pê...Aí voltei, ele se tornou íntimo comigo, eu tomava conta da casa em que ele ficou, que foi do ministro da Aeronáutica no Rio de Janeiro. Aí ai passei a jogar, ele viu eu jogando buraco com o meu pessoal, ele disse ‘adoro jogar isto. Você vai jogar contra eu e minha mulher. Trás o seu parceiro aí, vamos jogar’. Médici. Então o Médici, acontecia problemas, o Médici mandava me chamar. Eu ia lá no palácio. Já almocei do lado dele. Ele perguntava, ‘e aí?’. Eu dizia, ‘O senhor quer que eu resolva? Eu resolvo’. ‘Então está, Malhães, resolve’”.

que tinham os objetivos orientados pelo alto escalão, mas conheciam as especificidades da atuação do centro da engrenagem, lidando com diversos interesses e personalidades.

O próprio Perdigão, em função de uma troca de tiros com membros da Aliança Libertadora Nacional (ALN), foi alvejado e tinha sua sede pessoal de vingança. De acordo com o ex-sargento Marival Chaves em depoimento à CNV:

“Antônio Carlos Bicalho Lana, por exemplo, ele no confronto à bala, no Rio de Janeiro, ele acabou aleijando a perna do Perdigão. No episódio da Mooca, onde três ou quatro militantes da ALN morreram, ele rompeu o cerco à bala e conseguiu fugir. Então, havia quase que uma ganância em relação a prendê-lo. Prendê-lo não, ele era um sujeito marcado para morrer. Tanto é que foi preso vivo, e foi morto por conta das circunstâncias que eu falei.” (CNV, 2014: 809)

Esse tipo de mediação dentro da informalidade do sistema exigia sujeitos considerados como de confiança para o alto escalão, mas que não estivessem ocupando cargos políticos do governo propriamente ditos (façamos observação necessária: o comando e participação no combate contrarrevolucionário são claramente escolhas por motivação política). A suposta quebra de hierarquia ou hipertrofia dos DOI-CODI advém, precisamente, dessa mediação de interesses particulares (econômicos, jogo do bicho, vingança, esquadrões da morte) e sistêmica (eficiência contrarrevolucionária), um poder informal de vida e morte nas mãos de uma pequena elite militar que oficialmente nunca existiu.

Sendo assim, à medida que é um operário da violência (perpetrador direto de violência), intrinsecamente ligado ao centro da engrenagem (fase de interrogatório preliminar), Perdigão também fazia parte dos círculos decisórios, ainda que tangencialmente, do governo militar. Pode ter sido para o governo Geisel, por exemplo, um dos homens da informação que participaram ativamente da construção de discursos que possibilitou a proliferação de narrativas que buscavam legitimar a ditadura militar, sua monografia, nesse sentido, tem grande valor, pois oferece no campo discursivos elementos para se posicionar frente às acusações que já orbitavam os DOI-CODI em meados da década de 1970.

2.3 O PROFISSIONAL DO TERROR

Como personagem tão central para a comunidade de informações foi protegido pelo anonimato até recentemente? Ao contrário de muitos de seus companheiros da Comunidade de Informações, Perdigão manteve, sempre, em sua vida pessoal, profissional e militar exaustiva discrição. Raras são suas fotos e apenas uma entrevista foi dada ao longo da vida. No caso da

entrevista ao livro *Direita Explosiva no Brasil: A história do grupo secreto que aterrorizou o País com suas ações, atentados e conspirações*, novamente, podemos constatar o cuidado precioso que Perdigão dedicou para evitar exposições pessoais:

“Houve um momento relativamente longo, durante a entrevista, e, que – por exigência do coronel – o gravador foi mantido desligado. Os assuntos em questão: as operações do Grupo, e em especial, Hilário José Corrales. Somente quando cessou (para ele) a “margem de risco”, o equipamento pôde ser religado” (ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO, 1996: 247)

Em um segundo momento, os entrevistadores reconhecem a mesma manobra que ele utilizou para assim evitar “comentários sobre missões que desempenhou após a fragmentação do Grupo Secreto. Resumiu, em seguida, a sua trajetória de vida até 1987” (ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO, 1996: 249).

Quem era então o Doutor Roberto? Para responder essa pergunta, tentaremos reconstituir a vida profissional de Perdigão a partir de sua ficha funcional que foi anexada ao processo do caso Riocentro, a pedido do Ministro Relator Sérgio Conforto. Consta no Anexo A do volume 3.

Freddie Perdigão Pereira nasceu no dia cinco de dezembro de 1936, no antigo Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), filho do casal João Perdigão Pereira e Alahyra Nunes Perdigão. Ao entrar para o Exército Brasileiro era um jovem vigoroso, dotado de boa saúde, alto para sua época, com 1,83m. Sua pele branca contrastava com seus cabelos e olhos castanhos escuros. Ingressou à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) aos dezessete anos de idade, em 19 de dezembro de 1953 foi incluído no corpo de alunos da AMAN e ali se formou em 28 de fevereiro de 1956.

Sua passagem pela AMAN lhe rendeu muitos elogios tanto por sua dedicação ao Exército, quanto pelo seu espírito esportivo. Destacou-se na montaria e provas de hipismo, concorrendo em junho de 1955 na modalidade com desigualdade de condições, visto que seu equipamento era inferior ao de seus adversários. Foi também homenageado por sua destreza com o equipamento de guerra, o que lhe conferiu bastante aptidão para a arma de Cavalaria. No desfile de 7 de setembro apresentou-se de maneira exemplar. Dentro da instituição, o respeito às armas, além da demonstração de excelência nas instruções de tiro são traços marcantes na vida funcional.

Apesar de seu senso de responsabilidade e compromisso com as atividades do colégio Perdigão foi repreendido três vezes no ano de 1954 por pequenas faltas. Em uma delas se ausentou da aula sem autorização de seu superior, isso lhe rendeu dois dias de detenção. Em

outra ocasião não se apresentou em sua subunidade e foi advertido por escrito. Ainda assim, àquela altura, não era possível conceder-lhe o título de indisciplinado.

Em primeiro de março de 1956 entrou para o quadro efetivo da AMAN na condição de cadete. Sua fraqueza fora demonstrada em sua reprovação em física, que recuperou na condição de dependente no ano seguinte. Seu desligamento da AMAN foi no dia 19 de dezembro de 1958, quando foi declarado como aspirante a oficial da Arma de Cavalaria.

No período de sua formação na AMAN, Perdigão sofreu um acidente na montaria que fraturou seu quadril. Em 15 de maio de 1959 sofreu outro acidente em instrução de educação física, no III Exército em que fora arregimentado na Guarnição de São Gabriel no Esquadrão de Patrulha P, quebrou o dedo médio da mão esquerda. Suas fraturas nos indicam a astúcia e dedicação que perdigão destinava aos exercícios físicos, os elogios quanto a seu preparo físico são recorrentes. Tais elogios e seus serviços o levaram à sua promoção a 2º Tenente em 25 de agosto de 1959.

Perdigão sofreu mais uma repreensão. Consta que no dia 6 de novembro de 1959 havia o Segundo Tenente de Cavalaria dançado armado no Clube Comercial e efetuado disparos com sua arma no meio da rua sem motivo ou causa aparente. Essa atitude de Perdigão, junto com outras pequenas indisciplinas ao longo de sua passagem pela AMAN já nos indica a formação de uma personalidade propensa à insubmissão e insubordinação desde seus primeiros anos de serviço e formação militar. Ainda assim, diversos elogios se seguem em sua ficha funcional, imediatamente após relatada sua indisciplina, na fala de seu comandante da Patrulha P “Só tem dado motivo de satisfação”.

Em fevereiro de 1960 foi para a 2º Divisão de Cavalaria, 7º Regimento de Cavalaria em Livramento (RS). Naquele ano também nasceu sua filha Nyede Salles Perdigão. No Regimento deu o Curso de Formação de Cabos que terminou no ano de 1961 e naquele ano sofreu nova repreensão por ter participado de uma incursão do Balneário Santa Rita, nessa ocasião foi acusado também de envolver nomes de oficiais em um segundo depoimento com a intenção de se inocentar. Não foi suficiente, essa atitude lhe rendeu mais 5 dias de detenção em Livramento.

Em 29 de Junho de 1961 teve sua transferência para o I Exército na divisão de Blindados, Regimento de Reconhecimento Mecanizado (R ReC MEC), finalmente, já com uma filha, voltava a seu estado. Nesse regimento recebeu singular elogio que mostra seu engajamento ao projeto político dos militares. Em 1º de janeiro de 1965, o Coronel Comandante Plínio Pitaluga, herói da Segunda Guerra Mundial, manifesta:

“O Tenente Perdigão, como subalterno do Esquadrão de Carros de Combate (Esqd Cheque). A atuação do [ilegível] PERDIGÃO nos acontecimentos de março-abril, de 1964, foi particularmente destacada e decisiva para o desfecho da Revolução no Estado da Guanabara. Destacado com seu pelotão, pelo comando do R Rec Mec, para o Palácio da Guanabara, o Tenente PERDIGÃO que se opunha ao governo subversivo e corrupto de então, não aceitando aquelas determinações por contrariar as suas convicções e responsabilidades, manteve-se fiel as mesmas, o que acarretou, praticamente, com a presença de seus carros nas laranjeiras a eliminação, digo eliminação das ações previstas por forças a serviço do governo deposto, contra o governo do estado da Guanabara. Agindo com firmeza, convicção e oportunidade, o Tenente PERDIGÃO muito cooperou para o desfecho rápido do Movimento.” (Elogio de Plínio Pitaluga em 1º de janeiro de 1965).

Na entrevista que concedeu a Luiz Alberto Fortunato e José Argolo, Perdigão relata esse evento e demonstra, que apesar da formação política e suas convicções serem bem anteriores, naquela noite apreciada por seu comandante, Perdigão submerge de fato aos ideais do radicalismo militar. Alguns dias antes, ele declarou a seu chefe Tenente Heitor de Aquino Ferreira que “não estava propenso a enfrentar problemas de disciplina e hierarquia, mas que, sendo anticomunista, dela tomaria parte”. (ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO, 1996: 245)

Ainda sob o comando do Coronel Plínio Pitaluga, em 26 de fevereiro de 1965 ingressa ao Curso de Observador Aéreo oferecido pela Escola de Instrução Especializada em Realengo. Dali então, suas características foram sendo cada vez mais moldadas e aproveitadas para o ingresso à vida na área da inteligência militar.

O Curso de Observador Aéreo teve fundamental importância em sua trajetória e depois desse período de formação, ao final do ano de 1965, recebeu grande elogio do Coronel Comandante Tasso Villar de Aquino, evidenciando, precisamente, importantes qualidades que o empurrariam para sua carreira de informações nos anos a seguir:

1º Tem Freddie Perdigão Pereira – Dificilmente altera sua estabilidade emocional. Executa com acerto seus deveres e tem boa noção de responsabilidade. É educado, é objetivo na análise de qualquer situação. Possui elevado espírito de observação. Organiza corretamente os trabalhos a seu cargo. Expressa-se com facilidade, clareza e precisão. Possui muito boa capacidade de memorização. Possui muito boa qualidade de utilização do que foi aprendido. Tem muito boa capacidade de apreensão. Faltou raramente. Nunca chegou atrasado. Possui boa aptidão para instrutor. Possui espírito de equipe. Demonstra entusiasmo pela profissão. Mantém muito boa capacidade de trabalho, apesar de submetido a intensos esforços mentais. Possui boa constituição física. CLASSIFICAÇÃO FINAL: 4 – MUITO BOM.”

Em 12 de agosto de 1965, após intenso treinamento, concluiu o curso de Observador Aéreo, que além de dar boa condição de comando dentro da artilharia, por fornecer apoio tático

aéreo no planejamento de operações, também coloca o oficial do Exército Brasileiro (EB) em contato com oficiais da Aeronáutica constantemente. Essa condição exigia não apenas perícia, mas também conhecimento das outras armas e, sobretudo, boa capacidade de relacionamento.

Em 28 de dezembro de 1965, o último Ministro da Guerra, Marechal Ademar Queirós, assinou a portaria que classificou Perdigão à patente de Capitão de Exército. A partir de então o Capitão de Cavalaria do I Exército da Divisão R Rec Mec se torna também coordenador de observação aérea, em contato constante com a Força Aérea Brasileira (FAB).

Em 1966 recebe seu primeiro elogio ligado a operações de informação dentro do R Rec Mec:

“O capitão Freddie Perdigão Pereira, pela dedicação e espírito de renúncia nas missões recebidas como componente da equipe de informações do regimento. Excepcionalmente interessado pela profissão, fazendo mais do que lhe é exigido. O Cap Perdigão merece absoluta confiança quanto a atitudes de reserva e discrição por parte de chefes e subordinados.” Elogio assinado pelo Coronel Comandante do quartel de Campinho, José Magalhães da Silveira em 2 de janeiro de 1967

No primeiro semestre de 1967 fez o curso de Cavalaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) na guarnição da Vila Militar e se classificou em 24º em uma turma de 42 alunos. Desde sua entrada na AMAN Perdigão não demonstrava excelência nos estudos e não se destacava nas atividades intelectuais, mas sempre recebia elogios e menções por seu amor ao trabalho, dedicação, mas sobretudo, por seu porte físico e seu espírito esportivo.

Em 16 de Julho de 1968 o Ministro do Exército Aurélio de Lira Tavares resolveu nomeá-lo Adjunto do Centro de Informações do Exército (CIE) em seu gabinete, naquele mesmo ano foi participante do curso de Informações Categoria “B” do Centro de Estudos de Pessoal (CEP). O comandante do CEP Coronel Otávio Pereira da Costa entrega seu conceito final:

“Em sua passagem pelo CEP, caracterizou seu valor intelectual por sua marcante curiosidade intelectual, seu valor humano, pela sua lealdade e espírito de colaboração, e seu valor profissional, pelo grande interesse nos assuntos referentes a informação. Está em boas condições de desempenhar as funções para que se especializou, principalmente como auxiliar de informações. Poderá produzir ainda mais do que atualmente já produz, na medida em que se mostre emocionalmente mais amadurecido”. (11 de julho de 1968, Coronel Comandante Otávio Pereira da Costa do CEP)

Esse curso não é detalhado, mas sua especialização na área de informações coincide com o ano de endurecimento do regime militar no Brasil. Em novembro daquele ano, Perdigão

foi exonerado do gabinete do Ministro do Exército, mas não por muito tempo. Suas relações políticas já haviam sido efetuadas com sucesso nos meses em que se manteve no cargo de adjunto do CIE no gabinete ministerial. É por esses serviços prestados ao ministro em nome do CIE, que lhe coube mais um controverso elogio, mas que o traz de volta para o ministério do Exército no ano de 1969:

“Por todos os títulos e experiência já adquirida é um auxiliar que pode ser considerado imprescindível ao CIE, onde, como oficial, elemento especializado em informações e homem de equipe, vem demonstrando possuir, brilhantemente, no trato das missões que lhe são confiadas, os aspectos essenciais de disciplina, lealdade, organização, vigor físico, capacidade profissional, coragem pessoal e moral, persistência e serenidade. É eficiente, competente, habilidoso e inteiramente dedicado a profissão. Louvo e agradeço a este excelente oficial” (Elogio do Chefe do CIE Adyr Fiuza de Castro)

Esse elogio do chefe do CIE, Adyr Fiuza de Castro, um dos mais radicais membros da comunidade de informações que se formava, deu força para que Perdigão permanecesse no quadro de pessoal do ministério do Exército no ano de 1969. Suas funções a essa altura já estavam dedicadas à inteligência e suas habilidades pessoais pareciam condizer com as práticas da comunidade de informações. Os anos de 1968 e 1969 foram marcantes na vida profissional de Perdigão não somente pelos eventos que se seguiam desde o golpe de 1964, mas precisamente, por que no final de 1968 e início de 1969 o caráter final do Capitão Perdigão a serviço da comunidade de informações fora forjado. De sua entrada na AMAN até seu curso de Observador Aéreo temos um jovem oficial a procura de um lugar nas armas, com esse curso, se aproximou das atividades de inteligência e informação, mas foi na experiência ministerial que se aproximou do CIE e fez o curso de informações “B”, o que lhe conferiu bastante permeabilidade entre os radicais instalados no ministério do Exército naqueles anos.

É importante observar que Perdigão fez parte da gestão de Lira Tavares, mas mesmo com a mudança na condução da pasta, na crise de sucessão de Costa e Silva, em 1969, ele permaneceu membro do gabinete e fez parte também da gestão do ministro Orlando Geisel, esse que só aceitou a condução do ministério caso lhe fosse concedida liberdade para estabelecer uma política de segurança interna, configurando-se assim no homem da linha de frente da institucionalização do poder da comunidade de informações. Perdigão acompanhou, de dentro do Ministério, o desenvolvimento de uma política de segurança interna que mudaria, radicalmente, a forma de executar a repressão no Brasil.

Em sua ficha funcional foi relatado mais um evento que teve impacto profundo sobre a vida de Perdigão e refletiu nas suas atuações enquanto agente de informações. O boletim reservado de 21 de janeiro de 1970 descreve a situação:

“ACIDENTE COM OFICIAL – TRANSCRIÇÃO DE PARTE [...] Participo- vos que hoje, dia 20 de jan de 1970, em cumprimento de missão de operações, a equipe chefiada pelo Cap Cav LG 866.701 FREDDIE PERDIGÃO PEREIRA e constituída pelos 3ºsargentos LG 564.075 JAIRO DE CANAAN CONY LG 514.379 IRAGY PEDRO INTERAMINENSE CORREA, avistou um carro Aero-Willys , placa GB-173660, ano de 1962, cor cinza escuro, ao qual se deslocava no sentido da Lagoa Rodrigo de Freitas para Copacabana, sendo ocupado por três elementos. Observou o cap Perdigão que o vidro traseiro do referido carro apresentava uma perfuração a bala. Determinou então que o carro parasse, o que de fato ocorreu e ao se aproximar para proceder a identificação, foi recebido a bala, sendo ferido na altura do ombro direito e na perna esquerda. Os sargentos Canaan e Iracy e o próprio cap Perdigão trocaram tiros com os elementos do carro Aero-Willys, parecendo aos sargentos que pelo menos dois dos ocupantes do citado carro devem ter sofrido ferimentos. Em meio a troca de tiros, o referido veículo conseguiu arrancar, atravessou um canteiro e ao passar pela Agência Lagoa Veículos S/A atiraram para seu interior em direção ao vigia da mesma, rumando a seguir na direção do Túnel Rebouças. Os sargentos componentes da equipe deixaram de perseguir o carro, face a necessidade de socorrer o Cap Perdigão, cuja a perda de sangue era bastante grande, conduzindo-o para o hospital do INPS, em Ipanema, onde se encontra hospitalizado e será submetido a uma intervenção cirúrgica.” (Boletim assinado pelo Coronel José França Subchefe do Gabinete do Ministro do Exército)

Essa troca de tiros resultou na característica física que Perdigão levava consigo até o resto de sua vida, claudicante da perna esquerda. A soma de suas experiências pessoais, mas sobretudo a mudança da orientação política do Estado brasileiro – que se manifestou como enrijecimento do regime – terminou de moldar sua personalidade violenta e garantiu ainda mais embrutecimento nas suas ações contra a guerrilha e a “subversão”. O general de Brigada Milton Tavares de Souza fez também uma menção elogiosa a Perdigão em função da troca de tiros em que o capitão estivera envolvido:

“No desempenho de suas arriscadas funções e em cumprimento a uma missão de busca, viu-se envolvido em ação de rua com grupo de terroristas, o qual enfrentou com coragem pessoal, determinação e espírito de iniciativa, sobremodo exemplares, tendo sido gravemente atingido por dois disparos. Seu sacrifício, por todos nós lamentado, comprova a obstinação dos inimigos do regime e o grau de radicalização a que chegaram, que aviltam o espírito cristão e pacífico do povo brasileiro. Serve também de alerta aos ingênuos e desavisados, quanto a real periculosidade da ameaça comunista.” (Elogio do general de Brigada Milton Tavares de Souza)

Em função desse evento, no dia 27 de abril de 1970 Perdigão foi condecorado com a Medalha do Pacificador com Palma. Essa condecoração seria concedida a partir de então a muitos dos mais violentos membros da comunidade de informações. Algo que se mostra muito interessante nesse enredo é que Perdigão a esta altura não estava lotado em um DOI, mas sim no gabinete do Ministro Orlando Geisel, evidenciando que as operações de informação e inteligência partiam diretamente do Ministério. No dia 4 de fevereiro de 1972 Perdigão foi exonerado do Ministério do Exército, mas ficou ainda a serviço do CIE até 30 de junho na condição de adido como se efetivo fosse do gabinete ministerial, retornou à guarnição da Guanabara no segundo semestre de 1972.

Os anos de 1971, 1972 e 1973 foram muito importantes na carreira de Perdigão, pois deram a ele a possibilidade de conhecer a realidade da atividade contrarrevolucionária por quase todo o Brasil. Na condição de Observador Aéreo, muitas missões de reconhecimento foram feitas por ele ao longo desses anos, o que lhe conferiu bastante articulação e conhecimento em âmbito nacional das atividades repressivas. O ano de 1972, em especial, tem um significado muito intenso em sua carreira também por essa alocação de suas funções de maneira muito vaga: exonerado do Ministério do Exército ainda permaneceu como adido como se efetivo fosse do CIE, executando diversas incursões, operações de observação e repressão. Estava lotado no Ministério do Exército, mas essa sua condição possibilitava que transitasse entre os DOI (enquanto membro do CIE), Guarnição da Guanabara (na condição de capitão de cavalaria) e Ministério do Exército (o homem do centro da engrenagem em contato com Orlando Geisel).

Reconhecidas suas qualidades, sua coragem e sua eficiência, em 1973 foi transferido para do II exército em São Paulo. Ali foi incorporado na condição de oficial Suplementar da Segunda Seção do Exército.

Depois de quatro anos exercendo funções de inteligência, é no ano de 1973 que Perdigão vai ser institucionalmente ligado à Segunda Seção do II Exército, mais precisamente ao DOI/CODI/II Ex, mas sem perder sua conexão com a Guanabara. Esse trânsito constante no Eixo Rio de Janeiro-São Paulo gerou uma aproximação entre as atividades de Inteligência do I e II exército, facilitando também as operações informais como a execução de presos políticos nas casas da morte.

Em 20 de novembro de 1974 foi excluído do quadro do II Exército para prestar serviço à presidência da República na Agência do SNI do Rio de Janeiro (ARJ-SNI). Nesse ano, há seu primeiro contato com a ECEME. Iria prestar os exames para admissão na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, mas devido à sua carga de atividades preferiu postergar para o ano

seguinte seu curso de formação de Estado Maior. Em dezembro foi promovido por merecimento à patente de Major de Cavalaria.

Sua passagem pela ARJ-SNI e pelo DOI/CODI/ II Ex. lhe concedeu dois elogios que merecem atenção. O primeiro concedido por seu chefe na ARJ-SNI Emundo Adolpho Murgel:

“Pelo interesse e grande tirocínio em todas as tarefas desempenhadas, lealdade, inteligência e equilíbrio, com parcela ponderável para que a ARJ se mantivesse em alto nível, produzisse informações de grande valia e por tais razões, se destacasse como parcela de grande operosidade na comunidade de informações.” (Elogio de Emundo Adolpho Murgel)

O segundo elogio veio do comandante do DOI/CODI/ExII:

“Ao ser desligado do comando do II Ex, louvo o Maj Freddie Perdigão Pereira, que durante 1 ano e 11 meses prestou serviço no DOI/CODI/ ExII, chefiando a seção de investigação e posteriormente a seção de Busca e Apreensão. Sua dedicação ao trabalho de grande valor profissional, seu destemor, sua coragem, sua lealdade, sua correção de atitudes, marcaram-no como um exemplo a ser seguido por todos que aqui labutam. Seu afastamento deixará uma lacuna difícil de ser preenchida, mas não criará obstáculo à continuidade do trabalho devido a orientação que imprimiu às equipes de busca que, seguindo as diretrizes traçadas continuarão cumprindo o melhor possível sua missão. Sua grande capacidade de trabalho e seu esforço em produzir cada vez melhor foram elementos motivadores do êxito incontestado alcançado pelo DOI/CODI/ExII, na manutenção da ordem interna, êxito este reconhecido em todo país onde nossa organização é considerada modelo de eficácia e trabalho até mesmo para países estrangeiros. Agradeço ao Major Perdigão a colaboração prestada desejando êxito na nova função”.

Depois de 20 anos de serviços militares Perdigão era reconhecido por seus pares por ter ajudado a construir um modelo de comunidade de informações de tal forma eficiente, que seu trabalho foi reproduzido largamente por todo o Brasil. Com sua saída para o SNI a comunidade de informações perdeu um dos principais homens de operação no DOI/CODI/ExII.

Em 1974 o presidente já era Ernesto Geisel e a passagem de Perdigão do DOI para o SNI pode ser visto como um dos procedimentos de Geisel para desarticular a comunidade de informações. É provável que a recusa de Perdigão em ingressar à ECEME no ano de 1975 tenha sido, particularmente, por suas intensas atividades de trabalho no centro da engrenagem, o que lhe impedia de dedicar-se ao curso preparatório de formação de Estado Maior. Ainda que tenha prorrogado seu afastamento do DOI por um ano, isso não foi suficiente para mantê-lo no coração da Comunidade de Informações, sendo assim, foi transferido para a Agência do SNI no Rio de Janeiro no ano de 1974.

O ano de 1975 foi marcado na carreira de Perdigão por sua preparação para o concurso para admissão aos Cursos de Altos Estudos Militares da ECEME. Sua atuação no ARJ-SNI foi interrompida ao longo de todo ano em função do curso preparatório e testes admissionais, em 9 de outubro por exemplo consta dispensa para uma viagem de 30 dias com o objetivo de concluir os exames físicos.

O ano de 1976 é o primeiro de sua formação no Curso de Estado Maior da ECEME e em 12 de maio de 1977 foi decidido o tema de sua monografia. Existia um grande interesse da ECEME para que Perdigão produzisse trabalho monográfico com aquele conteúdo. O General de Brigada Ivan de Souza Mendes, na condição de comandante da ECEME, assinou sua folha de alterações que constava o aceite do tema escolhido para sua monografia, lá foi definido que Perdigão “fica encarregado de elaborar monografia sobre os tópicos O Destacamento de Operações e Informações (DOI) – Histórico papel no combate à subversão. Situação atual e perspectivas”. Ao final do curso além de apresentar sua monografia, a título de estágio assume o comando da 23ª Brigada em Marabá no estado do Pará, em que permaneceu até 1979, no ano seguinte foi elevado à patente de Tenente-Coronel. Em 1982 é computada sua passagem para reserva e aceitou entrar para o quadro de pessoal da Agência do SNI no Rio de Janeiro.

Devemos destacar que o ano de 1981 também teve grande impacto sobre a vida de Perdigão, já que foi naquela data que ocorreu o famoso caso das explosões a bomba do Riocentro, em que ele estava diretamente envolvido. Esse ano divisor de águas para Perdigão também é marcado pela interrupção de sua ascensão militar. Para adquirir a patente de Coronel, era necessário que Perdigão aceitasse o comando de uma tropa. A ele foi oferecido tal comando distante de seu estado. De acordo com o próprio Perdigão, ele recusou essa oferta, pois àquela altura já não estava motivado a se distanciar de sua família, em suas palavras, em talvez, a única entrevista que tenha dado:

“Quando concluí o curso de Estado-Maior, fui para Marabá (Pará). Foi um período muito ruim e não pude levar minha família. Daí eu prometi que, quando retornasse, não sairia mais do Rio de Janeiro. Estava classificado no SNI quando chegou a minha vez de comandar e ser promovido a general. Veio a relação de unidades mas somente existiam postos fora do Rio. O lugar mais próximo era Pirassununga (SP). Havia, também, um em Alegrete (RS). Disse aos meus superiores que não ia. ‘Mas você tem que fazê-lo’, contra-argumentaram. Como já estava com tempo de serviço, pedi passagem para a reserva. “(ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO, 1996: 249)

O final de sua ascensão na carreira coincide com o fim da atuação central da comunidade de informações na vida política brasileira:

“Fui contratado (regime CLT) para continuar no SNI. Como eu tinha a alternativa de exercer as mesmas atividades, trabalhar do mesmo jeito, a passagem para a reserva representou apenas um papel escrito. Fiquei na Agência Rio (na Seção de Operações) até 1987, quando começaram as mudanças na política. Então resolveram – com certa razão – que eu e outros mais éramos desnecessários ali. Daí, saímos todos.” (ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO, 1996: 249)

É difícil acreditar que apenas pelo distanciamento físico de sua cidade e de sua família Perdigão recusou essa posição de comando. Pirassununga, ainda que para um homem cansado, em fim de carreira, não representava distância suficiente para impedir sua possível ascensão ao generalato. É mais crível que Perdigão não quisesse se afastar das atividades da comunidade de informações, que nesse último suspiro, tentava resistir a todas as forças que anunciavam seu fim e que os quartéis que lhe foram oferecidos estavam em menor condição de prestígio e distantes como forma de castigo pelo atentado ao RIOCENTRO. É na política que se explica a opção de Perdigão, sempre tão leal e fiel, em primeiro lugar à comunidade de informações e sua ideologia radical, não poderia abandonar esse projeto que esteve diretamente atrelado por décadas. Acreditava que seu prestígio enquanto membro da comunidade de informações seria garantido com sua passagem para reserva e a contratação pela ARJ-SNI.

2.4 PERSONALIDADE E VIOLÊNCIA

Ao longo da carreira de Perdigão a violência é traço fundamental de sua atuação. Como personagem central da comunidade de informações, não apenas esteve envolvido no planejamento da segurança interna, mas também executor dessa doutrina. Sua relação com a Casa da Morte e enquanto chefe das seções de investigação e de busca e apreensão no DOI de São Paulo foi diversas vezes citado como alguém extremamente violento e impiedoso. Entre todas as denúncias em que estivera relacionado, uma chama bastante atenção, o relato de Paulo Malhães sobre Perdigão.

Em seu depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, Malhães atesta a afirmação sobre a personalidade violenta de Perdigão:

“CEV-RJ - Infiltrado do Paim Sampaio, que era um Grego, Papadeo, que ao chegar lá ele falou para o Paim Sampaio, ‘olha, este cara está em crise de esquizofrenia. Tão cedo o senhor não vai poder contar com ele’. E que ai o Paim Sampaio deu um tiro, na cabeça do rapaz, na frente dele, na varanda da casa. Pode ser? O Paim Sampaio era desses arrojados?”

Malhães – Que eu saiba, também não. Não quero dizer que o Paim Sampaio era santo, nem estou dizendo que eu era santo. Ninguém é santo lá. Mas, há os mais intempestivos e há os menos. Perdigão, por exemplo, era a intempestividade em pessoa.

CEV-RJ - Era estourado.

CEV-RJ - Se esta historia fosse com o Perdigão o senhor acreditaria?

Malhães – Não teria dúvida.”

Vale ressaltar que esse fragmento do depoimento de Malhães elucidava muito sobre Freddie Perdigão, precisamente pelo fato de que Malhães era parte do grupo operacional que dispunha de profunda violência contra opositores do regime. Sendo ele integrante do grupo ligado à Casa da Morte de Petrópolis, inclusive atribuindo para si a responsabilidade pela criação daquele centro de extermínio, é muito perturbador imaginar que entre torturadores que utilizavam de métodos desumanos para obtenção de informações e assassinavam friamente os opositores, ele conseguia identificar dentro dessa estrutura os mais violentos. E nesse momento ele não deixa dúvida: mesmo entre os brutais torturadores e executores, Perdigão se destacava pelo seu grau de agressividade.

Entretanto, pelas poucas declarações feitas por Perdigão sobre seu papel na repressão brasileira, sua atuação no grupo secreto, bem como sobre sua vida pessoal, é difícil identificar sua personalidade. Isso será possível tão somente pelos relatos de fontes como Malhães, mas sobretudo nos comentários de sua ficha funcional.

Tentaremos enquadrá-lo em uma das categorias que Martha Huggins construiu em seus estudos sobre perpetradores de violência no Brasil que estiveram atuando em momento semelhante ao de Perdigão. Suas amostras constam de policiais assassinos e torturadores, o qual ela chamou de Operários da Violência, entre sua amostra, constam policiais que estiveram em atividade desde o final da década de 1950 até os mais recentes na década de 1980.

Algumas peculiaridades precisam ser expostas frente a análise de Huggins. A primeira delas é que Perdigão não era policial, e sim membro do quadro de oficiais superiores do Exército Brasileiro. Esse caminho profissional muito o diferencia, no sentido de que sua atuação profissional esteve diretamente ligada à ideologia militar numa condição em que se entendia em guerra. Acreditava na ideologia dos generais e ajudou a formular a política de segurança interna, circulou nos gabinetes do alto escalão da política brasileira com a mesma intensidade que o fizera nos centros de tortura e extermínio. Não recebia ordens em listas frias, com nomes a serem executados entregues por um desconhecido, ao contrário, era próximo das pessoas que encaminhavam as diretrizes de combate à “subversão”.

Outra questão interessante é que a amostra de Huggins conta com a participação dos agentes envolvidos em crimes (alguns condenados), enquanto no caso de Perdigão somente poderemos reconstruir os fatos a partir das declarações de terceiros, afinal, ele se empenhara ao longo da vida para não deixar que tais rastros ficassem evidentes para o futuro, deixou de si tão pouco (uma monografia e uma entrevista) que foi capaz de se ocultar nas sombras do esquecimento durante longas décadas.

Devemos também lembrar que as categorias de “Perpetrador direto de atrocidades” e “Facilitador de atrocidades” (HUGGINS, FATOUROS e ZIMBARDO 2006:93-94) se aplicam à figura do Coronel, essa é uma das características que instiga o estudo sobre essa categoria de Operário da Violência. Perdigão foi daqueles casos em que não se contentava com a tranquilidade das salas bem acomodadas dos gabinetes ministeriais, frequentava, ao contrário, os locais mais macabros, em que se executavam as atividades mais sujas da repressão brasileira: delegacias, celas e sessões de interrogatórios. Esse trânsito é incomum nas amostras de Huggins, apenas um de seus entrevistados mostrava tamanha permeabilidade política, ainda assim, era um delegado ligado, tão somente, ao governador de um estado.

O último ponto é que seu lugar na estrutura repressiva beneficiou o ocultamento de suas atividades, já que fica claro que seus crimes tinham um escalão superior por trás. A suposta ação descentralizada da comunidade de informações, em alguns momentos, de fato, pode ser constatada, mas em sua grande maioria as atrocidades cometidas por ele estavam diretamente subordinadas a uma linha hierárquica bem definida e diretamente ligada ao gabinete presidencial de dois governos militares.

Apesar de todas as diferenças entre a amostra de Martha Huggins e da vida pessoal e profissional de Perdigão é possível compreender sua personalidade dentro da categoria que ela definiu como personalidade de masculinidade mista, em que “a característica central do policial de masculinidade mista é a facilidade com que se desloca entre o sistema formal e informal” (HUGGINS, FATOUROS e ZIMBARDO 2006:227). A masculinidade mista é um quadro de oscilação que confere mobilidade ao perpetrador de violências para executar suas atrocidades em nome de uma burocracia ou por convicções pessoais e motivações próprias.

O que nos fica evidente sobre Freddie Perdigão é que aparentemente, sua racionalidade burocratizante o coloca como um funcionário institucional, no entanto, sobretudo depois do evento da troca de tiros em que foi alvejado e nos momentos finais da comunidade de informações, Perdigão demonstra o traço personalista de suas atividades. A junção dessas duas características gera essa nova categoria descrita por Huggins:

“No processo de levar a cabo esse “samba” de desempenhos de identidades incongruentes, o policial de masculinidade mista apresenta explicações para a violência que se afastam de uma divisão claramente compartimentalizada de sua identidade em um ego que comete violência como parte de seu papel profissional e um ego pessoal e positivo – marido, pai, homem de família – que é não violento” (HUGGINS, FATOUROS e ZIMBARDO 2006: 242-243).

Esse quadro de oscilações de personalidade também modela como e quem vai se envolver nas atividades diretas de tortura, assassinato ou ambos. Muitas vezes, nas pesquisas de Huggins, essas duas dimensões, apesar de fazerem parte do mesmo sistema, aparecem em separado. Violências distintas apresentam grupos de perpetradores muitas vezes diferentes, pois:

“nessa dinâmica de atrocidade, o trabalho do torturador é relativamente lento e metódico, enquanto o do assassino frequentemente é rápido e espontâneo. O trabalho de torturador nunca se completa, enquanto o do assassino está temporariamente cumprido cada vez que alguém é assassinado. Os assassinos devem aprender a ver as vítimas potenciais como um perigoso agregado de “outros” sem rostos a ser eliminados “por reflexo”, sem pensar nada pessoal, apenas negócios. As vítimas são encaradas como nada mais tendo a oferecer ao sistema de controle social: mata-las é o término necessário e o resultado adequado do trabalho assassino. Indicando a natureza parcial e sempre incompleta da tarefa do torturador, em comparação com a finalidade do trabalho e o fechamento da do assassino, um torturador brasileiro – que não é um de nossos entrevistados – afirmou que não é ‘como o assassino que faz uma marca em seu revólver cada vez que mata alguém’.” (HUGGINS, 2006: 270)

Perdigão era torturador e assassino. Entre os entrevistados de Huggins apenas dois “se sabia ter praticado ambos os tipos de violência” (HUGGINS, 2006: 271), ou seja, a personalidade violenta de Perdigão era bem incomum dentro da linha de montagem da violência das polícias brasileiras: “É seguro supor que tipos diferentes de atrocidade exigem atitudes, habilidades e preparos diferentes” (HUGGINS, 2006: 269), Perdigão possuía preparo para ambas atividades, isso fica evidente ao ver que ele foi chefe da Seção de informações, precisamente o centro da tortura e dos maus tratos no DOI e também da Seção de Busca e Apreensão, o grupo de “quebra” do mesmo destacamento.

Os elogios desferidos a Perdigão em sua ficha funcional nos indicam algo nesse caminho. À luz de suas ações, todo seu histórico de violência está diretamente ligado à suas características de funcionário institucional. Poderia ele se entender como parte de um sistema que dividia sua doutrina de segurança nacional em compartimentos tão bem definidos que seria possível fragmentar a violência ao passo que ninguém pudesse realmente ser culpabilizado. Por outro lado, sua preocupação desde os tempos de cadete em demonstrar sua excelência nos

esportes, seu bom preparo para artilharia e manifestar algumas indisciplinas que transbordam comportamentos violentos em função de sua afirmação masculina fazem parte de uma estrutura personalista do operário da violência. Essa definição emprega bem a condição e atuação de Perdigão dentro das Forças Armadas ao longo de sua carreira.

2.5 O DOI: UMA DESCRIÇÃO, UMA AUTO-HISTÓRIA

“Ali não era o meu lugar”¹⁵, o título dessa dissertação foi retirado da entrevista que Perdigão concedera em 24 de outubro de 1994. Em sua trajetória violenta, assassina e obscura, a impressão que quis preservar era que não pertencera a lugar nenhum. De que lugar estava então falando no momento da entrevista? Na defesa dos ideais democráticos? Na aceitação da condução do Estado por um presidente visto por ele como comunista? Seu lugar era no DOI? Na casa da morte? SNI? Caso sim, por que suas ações parecem sempre estar deslocadas de si mesmo, ainda que as instituições tenham sido dramaticamente marcadas por sua atuação? Em função da própria atividade de informações? Nem a tortura, nem o assassinato a sangue frio iam contra seus princípios? Se ali, no cumprimento de suas funções, na defesa do legítimo mandato presidencial na virada do dia 31 de março para o dia 1º de abril de 1964 Perdigão constatara que não estava disposto a executar ordens, pois, ali não era o seu lugar, o grande questionamento que resta então é: qual era o seu lugar?

Essa pergunta dificilmente será respondida. O que podemos fazer é tentar entender a partir de sua monografia o lugar que estivera envolvido por muito tempo, a comunidade de informações, em especial, o DOI. Como indicara um de seus elogios, o DOI, ao longo do tempo, foi dotado de uma característica que mantinha viva sua estrutura repressiva, essa instituição era capaz de se reorganizar, se remodelar de acordo com suas necessidades operacionais.

Durante os 23 meses em que esteve comandando as seções de informações e a de busca e apreensão, o modelo de atuação foi, particularmente, definido por ele. Precisamente por isso, se quisermos responder qual era o seu lugar é de extrema importância que entendamos sua produção, pois, é a descrição de um órgão centrado na atividade da tortura, escrita por um agente da repressão que dotou aquela instituição de muitos de seus princípios e *Modus Operandi*.

¹⁵ Citação completa: “Na madrugada de 31 de março para 1º de abril recebi ordens para deslocar um dos meus pelotões para o Palácio das Laranjeiras, de modo a proteger as instalações do conjunto e o presidente João Goulart. As instruções me foram dadas por um Oficial de Cavalaria muito ligado ao chefe do governo: major Caparelli. Ele disse que eu deveria cercar as entradas. Foi neste momento que eu constatei que ali não era o meu lugar e fazia uma coisa contra os meus princípios” (ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO, 1996: 244).

A fase mais radical do combate à “subversão” aconteceu nos anos em que Perdigão esteve diretamente envolvido com as atividades de inteligência e lotado naquele órgão. De 1969 a 1974 Perdigão fazia parte da máquina repressiva que ficou conhecida como comunidade de informações, essa, responsável pelos principais eventos que evidenciam o terrorismo de Estado no Brasil ditatorial, lembrando que sua atuação violenta foi construída a partir de cursos e instruções ao longo de sua carreira e que no auge de sua experiência levou para o DOI e somou aos esforços e experiências de outros brutais agentes do Estado.

Em sua monografia destacamos a articulação dos argumentos pronta a oferecer uma versão da atuação, em particular, dois DOI. Se apresenta, mas não se comporta apenas como uma análise, mas sim como a elaboração de um discurso. E esse modelo discursivo é o que temos chamado de auto-história, a construção de uma autoimagem a partir da seleção, depuração, interpretação e produção de documentações com vista a dizer de si (pessoa, ou instituição) aquilo que o próprio autor entende que deve ser considerado como história no futuro. A monografia de Perdigão não representa a auto-história do DOI e tampouco corresponde a toda essa estrutura discursiva deixada pela ditadura, ao contrário, em alguns pontos destoa e até nega a versão oficial, mas complementa e orienta a narrativa geral.

Para entendermos essa disputa pela auto-história dentro dessa tensão entre a abertura mediada pelos militares e a negação dela pelo radicalismo da comunidade de informações, vamos dividir a monografia em três eixos centrais: Necessidade Histórica, Eficiência enquanto instantaneidade e por fim os Resultados, a estrutura dos DOI e sua letalidade dentro de uma cadeia de comando bem definida a serviço do projeto político central.

A primeira parte vai se concentrar nos aspectos históricos do combate à “subversão” e os argumentos fatalistas que colocam na comunidade de informações a possibilidade única e última de superar a principal ameaça aos pressupostos de segurança interna, a ação “subversivo-terrorista” dos grupos de esquerda. A segunda evidencia a mudança, implementação e aplicação de um novo modelo de segurança interna possibilitado pela ascensão dos radicais ao poder e a concessão do poder discricionário, não apenas, mas principalmente à comunidade de informações. E por fim, vamos nos concentrar nos resultados obtidos, o que para Perdigão advoga a necessidade de manutenção desse aparato repressivo. A estrutura do discurso já acumula em si a dimensão tri temporal: passado, presente e futuro.

Uma distinção que procuramos fazer em nossa análise é em função da suposição da própria monografia e a bibliografia analisada nos dá margem também para essa interpretação: o centro da argumentação de Perdigão é o funcionamento do DOI, precisamente, por esse motivo, buscaremos evidenciar que o DOI era um órgão interno do CODI, mas isso não os

coloca em condição de igualdade, nem institucional, nem operacional. São institucionalmente hierarquizados e promovem diferentes objetivos dentro de uma lógica de segurança interna. Sua experiência no comando de seções do DOI coloca sua monografia como componente de uma análise fruto da experiência vívida de um comandante daquele órgão, e pelo seu “lugar social” (CERTEAU, 2008: 66) lhe conferiu muita credibilidade. É por essa razão que o DOI é por ele analisado em separado, mas sempre dentro de um contexto geral que envolve outros órgãos, patentes, hierarquias, discursos e experiências.

Antes de iniciarmos é preciso ressaltar que a estrutura de *O Destacamento de Operações e informações (DOI) no EB – histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas* se dá ao longo de 31 páginas. O documento foi entregue à ECEME em regime sigiloso, na sua página inicial há duas considerações de “Sigiloso” e “Confidencial” e mais duas de “reservado” e ao longo de todas as outras páginas, no topo e no pé da página encontramos a palavra confidencial. É preciso pesquisarmos entre outras monografias do período se o curso de Altos Estudos Militares da ECEME produzia tão somente arquivos sigilosos ou se isso é uma característica menos geral. A ECEME não disponibiliza acervo datado dessa época em seu compêndio digital e mesmo mediante pedidos por e-mail e contatos telefônicos não conseguimos adquirir outros exemplares dessa instituição, por isso não foi possível averiguar essa situação, entretanto, é evidente o interesse da ECEME na monografia pelo seu caráter operacional e histórico.

A seguir Perdígão nos apresenta 2 capítulos e anexo; No capítulo 1 “ANTECEDENTES QUE LEVARAM À INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CODI E DOI” é exposto o contexto histórico em que foram criados e institucionalizados esses órgãos centrais da estrutura repressiva. O capítulo 2 “DIRETRIZ PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNA” é mais minucioso quanto à estrutura organizacional dos DOI-CODI e tem como objeto analisado o CODI-DOI Ex II, de São Paulo. O segundo capítulo foi dividido nos seguintes sub itens: 1- parte que se destina a discutir a hierarquia da organização para o combate à “subversão e ao terrorismo”, 2- Estratégia e 3- Estrutura. O item 3 é mais extenso, pois, tenta ao longo das próximas páginas expor toda a cadeia de comando do combate sistemático à subversão. Ali está dissecada a estrutura das FA para essa finalidade: a. Comissão de Alto Nível de Segurança Interna (CANSI), b. Conselho de Defesa Interna (CONDI), c. Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e d. Destacamento de Operações e Informação.

Entre os anexos encontram-se: página 17- Elementos constitutivos do CODI; página 19 – Detalhamento de como era estabelecida a comunicação (rádio ou telefone); página 28 – resultados obtidos e valores apreendidos (Cr\$ 415315.60 – atualizados para R\$ 553754.13, em dólar US\$

78555,00 atualizados para US\$145.525,64) até 19 de maio de 1977; página 29 – tabela com a quantidade de subversivos no Brasil e as “quedas” impostas pela execução do trabalho dos órgãos de repressão de 23 de janeiro de 1969 até junho de 1972 e página 30 – Tabela comparativa entre os demais órgãos de repressão e o DOI-CODI Ex II entre 1969 e 1972.

2.5.1 NECESSIDADE HISTÓRICA

Ainda que possamos considerar a monografia de Perdigão uma peça do quebra cabeça (o emaranhado documental da ditadura militar), precisamos entender como foi desenvolvida a racionalidade de seus excertos e como ela é sustentada em sua argumentação interna. Não é suficiente aqui mostrar tão somente as incongruências de suas proposições, mas sim evidenciar que o conteúdo exposto tenta justificar as ações da comunidade de informações pautado pela própria leitura do autor referente àquele momento político.

Temos boas razões para crer que ele, formado nos principais redutos de irradiação da política dos quartéis, de fato acreditava nas propostas ideológicas da caserna, em especial, a ala mais radical, tanto sim, que mantém sua participação ativa nos assuntos da comunidade de informações até os momentos finais de sua carreira.

Ultraradical, torturador, assassino e terrorista enxerga a história da ditadura militar não como prática política de grupos e interesses, mas uma resposta ao quadro de agitações que se instalara no Brasil fruto da aproximação da esquerda brasileira ao comunismo internacional por intermédio de Cuba e que “ditaram uma nova estratégia de luta para as esquerdas” (PERDIGÃO, 1978: 1). Nesse trecho é interessante notar que a flexibilização de número “as esquerdas” nos sugere que Perdigão compreendia que um campo bem além da luta armada participava das atividades por ele consideradas subversivas, mas sua estratégia para abarcar todos na sua percepção de segurança interna vem a seguir:

“As organizações subversivo-terroristas começam a surgir, cada qual com a sua liderança, porém todas com o mesmo objetivo final, qual seja, a derrubada do governo e a mudança do regime, através do que se convencionou chamar luta armada “(PERDIGÃO, 1978: 1)

Sua primeira hipótese, para justificar a necessidade histórica da criação dos DOI, é a presença da ideologia comunista nos anos de 1967 e 1968 diferente daquela que até então o Brasil conhecia e para esse fim, buscando adesão a esse projeto político, haveria por parte das organizações de esquerda um “aliciamento para a arregimentação de novos adeptos”

(PERDIGÃO, 1978: 2). Por estratégia de discurso ignora que na trajetória política brasileira não foi a primeira vez que algum setor mais radical da esquerda pensasse na possibilidade de investir na luta armada enquanto método revolucionário e após a experiência, o mais antigo partido brasileiro não era adepto dessa proposta revolucionária.

Ao mesmo tempo acreditava que os meios de comunicação estavam trabalhando, conjuntamente para esse fim revolucionário socialista, afinal, o “aliciamento”, em sua percepção, seria alcançado através de “violenta campanha de catequização (imprensa, rádio, teatro, panfletos, boletins e etc.).” (PERDIGÃO, 1978: 1). Sua mensagem é clara: a guerra era total. Buscava por isso executar uma operação de limpeza ideológica completa, utilizando dos métodos coercitivos que fosse possível para alcançar esse fim. Essa sua postura diante do avanço das ideologias de esquerda (ainda que por meios não violentos) foi mantida até sua morte. Profissionalmente, deixa muito claro seu posicionamento, visto a inconformidade frente ao avanço da distensão de Geisel e a continuidade do projeto de abertura pelo governo Figueiredo.

O movimento estudantil e a organização sindical de operários também são alvos de seus protestos. E é impressionante a centralidade desses dois grupos em suas análises, ainda que os movimentos de rua estivessem pouco a pouco recrudescendo, para as conclusões de seu argumento enfatiza que os eventos ocorridos no meio estudantil não apenas estavam ligados a esse conluio internacionalista, mas que eram crescentes. O poder de permeabilidade da ideologia comunista se mostrava tão eficiente que nos meios estudantis tivera a capacidade de ativar um movimento organizado de esquerda “O meio estudantil é sensibilizado e o ano de 1968 é marcado pela subversão, praticada, principalmente, pelos estudantes de nível superior” (PERDIGÃO, 1978: 2).

Cita para demonstrar a coerência de sua tese o evento da ocupação do CRUSP, porém, sem destacar que por muitas vezes houve conflito entre a faculdade Mackenzie e estudantes da USP, aqueles identificados e apoiadores da ditadura militar:

“Nesse ano [1968] é ativado o movimento estudantil. Sucedem-se as passeatas, os comícios relâmpagos, a ocupação das faculdades, e transformação do Conjunto Residencial das Universidades de São Paulo (CRUSP) em verdadeira ‘praça de guerra’, as greves estudantis e as tomadas das faculdades pelos universitários em todo O BRASIL.” (PERDIGÃO, 1978: 2)

No tocante à capacidade de arregimentação dessa juventude universitária para o ingresso à luta armada, Perdigão faz uma observação que lança questionamentos sobre o método de obtenção de novos participantes para a luta armada. Citando o caso do congresso de Ibiúna,

induz o leitor a acreditar que aquele congresso fora feito naquelas condições, precisamente para que a repressão intervisse e empurrasse estudantes direto para a clandestinidade, fazendo com que a necessidade de proteção levasse tais estudantes a ingressarem à luta armada:

“Em 1968 realizou-se na pequena cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo, o XXX Congresso Nacional dos Estudantes. Desde 1964 os locais para a realização destes congressos eram, sempre, bem escolhidos. Realizavam-se na mais perfeita clandestinidade e as normas de segurança, utilizadas pelos participantes, eram levadas a sério. Só os líderes e os elementos eleitos para participar é que compareciam. Entretanto o XXX congresso, quanto a esses aspectos, foi inteiramente diferente dos anteriores. Compareceram mais de 700 pessoas. As dificuldades logísticas para atender a tão grande número de pessoas numa pequenina cidade, logo se fizeram sentir e a polícia, imediatamente, tomou conhecimento. Todos os participantes do XXX congresso foram presos e processados. Muitos elementos com receio de serem posteriormente condenados e outros ao se verem fichados pelos órgãos de segurança, passam à clandestinidade e a integrar os quadros das organizações terroristas. Era justamente isto o que desejavam os líderes dessas organizações”. (PERDIGÃO, 1978: 2)

Essa investida de Perdigão contra o congresso de Ibiúna não pode ser lida de maneira isolada. Ainda que possa não estar equivocado é importante ressaltar que a clandestinidade era produto da ação autoritária do Estado brasileiro, não podendo assim, atribuir culpa ao uso de tal técnica de arregimentação aos grupos de esquerda. Essa inversão de responsabilidades é corriqueira nas atividades repressivas, Martha Huggins, por exemplo, reconhece esse tipo de justificativa na fala de torturadores que culpabilizam a vítima por seu comportamento violento (HUGGINS, 2006).

Além disso, o movimento estudantil em maio de 1968 viu contra si intensas atividades violentas partindo das autoridades policiais bem antes da suposta técnica utilizada pelas organizações armadas de esquerda. A culminância dessas atividades violentas se deu no massacre de pelo menos 36 pessoas nos protestos que ocorreram em frente à embaixada dos Estados Unidos da América em 1968.

Orientados pelos treinamentos policiais norte-americanos, a polícia brasileira acabou por posicionar diversos atiradores de elite para que assim, tivessem maior chance de conter os famosos “comícios-relâmpagos”, ao contrário do pretendido, essa atitude provocou uma generalização de protestos nas ruas cariocas e ao morrer um policial militar vítima de um objeto que fora intencionalmente jogado da janela de algum apartamento, esses policiais começaram a atirar contra os manifestantes (HUGGINS, 1998: 166).

O que podemos perceber na observação de Perdigão é precisamente a contextualização da atividade estudantil enquanto subproduto da atividade terrorista, artifício largamente usado por ele ao longo de sua monografia. Estratégia semelhante é utilizada para se referir a outro, do conjunto de “setores, habitualmente sensíveis à prática da subversão” (PERDIGÃO, 1978: 2), os operários. Ainda que com o evento da “sexta feira sangrenta”, Perdigão atribuiu a adesão de diversos estudantes e trabalhadores à “falta de repressão” pelos atos ilegais que se seguiram ao longo do ano de 1968:

“A subversão intensificou-se, também, no meio operário, resultando na greve ilegal de Osasco/SP, em julho de 1968, na qual tiveram papel preponderante operários e estudantes, numa união incomum na História do Brasil.” (PERDIGÃO, 1978: 3)

Além dos operários, um terceiro grupo foi identificado como partícipe fundamental das atividades de Guerra Revolucionária (GR), que no argumento de Perdigão demonstra uma evolução constante:

“Os meios de divulgação, bem como os panfletos e as pichações, lançam ataques grosseiros e injuriosos ao governo e às Forças Armadas, visando sua desmoralização e sua incompatibilização com a opinião pública. Os teatros pregam ostensiva, acintosa e audaciosamente a subversão, objetivando a destruição das estruturas mais caras e tradicionais do povo brasileiro, através do tratamento desrespeitoso, grosseiro e insidioso dispensado à Família, ao Governo, às Forças Armadas e à Religião.” (PERDIGÃO, 1978: 3)

E além da manifestação de artistas, havia convivência e participação de deputados opositores do regime:

“Membros do poder Legislativo participavam ativa e ostensivamente das atividades subversivas, quer tomando parte em reuniões das forças de desordem, quer como agentes de inoculação de conceitos e ideias prejudiciais à segurança Nacional” (PERDIGÃO, 1978: 3)

Dadas as condições sociais apresentadas, o embrutecimento ditatorial se fez necessário, (na análise de Perdigão), pois, em 1968 já executadas a primeira e a segunda fase da Guerra Revolucionária pelos grupos considerados “subversivo-terroristas”, as atividades revolucionárias adentravam em sua terceira e quarta fase, em uma ascensão revolucionária rápida e fulminante. Toda a expectativa de GR fora executada a partir de 1967 até o final do ano de 1968, desde a agitação até os combates diretos:

“Após o êxito obtido nas passeatas, passaram, os agitadores, para as depredações e quebra-quebras. Viaturas policiais eram incendiadas durante as passeatas. Com a prática dos primeiros atos de vandalismo iniciou-se o emprego da tropa da Polícia Militar, para contê-las. Reprimidas que foram, posteriormente, as passeatas, as organizações terroristas, agora com suas fileiras já engrossadas por um grande número de estudantes, partiram para os atos mais afoitos que foram os de sabotagem (terrorismo?). Bombas explodiam em diversos locais, sendo a mais significativa a que destruiu, parcialmente, o QG/II Exército, em S. Paulo, em novembro de 1968, matando o jovem soldado Mario Kozel Filho.” (PERDIGÃO, 1978: 3)

Após sua breve digressão histórica, revela ao leitor que “a situação em dezembro de 1968 tornara-se insustentável, com a subversão ganhando terreno dia a dia” (PERDIGÃO, 1978: 4) e chegando ao seu ponto máximo, promovendo assassinatos como o do Capitão Charles Rodney Chandler em outubro de 1968. Excluindo todas as possibilidades para o acometimento de tantas violências e sempre elencando as atividades subversivas armadas como força motriz das agitações que o país passava ele descreve seu prognóstico:

“Por que isto acontecia? Por que as nossas polícias, acostumadas até então a enfrentar, somente, a subversão praticada pelo PCB, PC do B e AP, foram surpreendidas e não estavam preparadas para um novo tipo de luta que surgia, a Guerrilha Urbana. Até dentro das Forças Armadas sentiu-se que elas não estavam preparadas para enfrentar, com os meios disponíveis e as técnicas usadas, até o momento, a Guerrilha Urbana.” (PERDIGÃO, 1978: 4)

Essa sugerida debilidade das forças policiais para enfrentar a escalada dos grupos armados é exemplificada com o caso Lamarca. Perdigão, sem citar diretamente, aponta que o grau de agressividade em que se encontravam as forças revolucionárias eram oriundas da insuficiência repressiva. É evidente que sua percepção aponta tal despreparo como fruto da política repressiva branda que fora executada até o governo de Costa e Silva, não coincidentemente, mostra que as medidas de enrijecimento do governo do segundo general deram capacidade de organização, preparo e execução de uma política de segurança interna suficientemente treinada para conter o avanço das atividades da Guerrilha Urbana.

Podemos inferir que sua crítica ao modelo repressivo que possibilitara a escalada da GR não foi intensa, pois, seu público alvo (e via como seu interlocutor último Ernesto Geisel) era identificado com o modelo de gestão da violência de Castelo Branco. Ainda que Geisel e Castelo Branco fossem bem diferentes, em suas gestões a comunidade de informações não alcançara o patamar que desejou.

A fatalidade histórica é a chave do argumento dessa monografia. Caso prosseguissem as atividades repressivas até então aplicadas ao Brasil, Perdigão dava como certa a vitória da Guerra Revolucionária. Além de pontuar esse item, elenca o papel quase predestinado de salvador à comunidade de informações, dando a ela um caráter messiânico, em que sua vinda foi responsável por resguardar (salvar) o espírito do povo brasileiro, democrático e cristão contra a subversão comunista.

Como acentuamos acima, ignorar as múltiplas possibilidades que não a violência repressiva, elencar à vítima a condição de culpado pela violência e usar de um fatalismo histórico irreversível é o que aparenta justificar a instauração, institucionalização e manutenção da comunidade de informações, que, posteriormente, se apresentou como o coração das atividades repressivas. Entretanto, o perigo de reorganização era constante, por isso, a permanência semiperpétua de um aparato de violência como os DOI era fundamental para o combate à subversão.

O que vemos a partir de então na auto-história da repressão brasileira projetada por Perdigão é que no discurso em defesa da comunidade de informações haverá constantemente a ameaça subversiva. Esse espectro incômodo e imortal não poderia ser subestimado, ao contrário, merece atenção e acompanhamento, quando ousar manifestar-se novamente, ali estaria a postos e preparada a comunidade de informações, único órgão sensível e atento para identificar e liquidar as investidas de qualquer intento de Guerra Revolucionária. Não se poderia cometer novamente os erros que outrora Castelo Branco havia cometido. Em função de sua gestão, entendida por ele como pouco repressiva, abriu-se espaço e margem de atuação para grupos “subversivos” colocarem em prática o caminho da Guerra Revolucionária, esse era um erro que jamais deveria se repetir.

2.5.2 EFICIÊNCIA ENQUANTO INSTANTANEIDADE

Se Castelo Branco havia errado por não promover a repressão desejada pelos radicais da primeira linha dura, Ernesto Geisel seria o coveiro dos propósitos da “Revolução de 1964” caso não mantivesse ativas e preparadas as forças repressivas do Estado. Para evidenciar essa afirmação implícita, Freddie Perdigão tenta mostrar onde encontravam-se as deficiências da política repressiva de Castelo Branco e o esgotamento da questão será apelado, exclusivamente, pela capacidade de operar informações contrarrevolucionárias no menor espaço de tempo possível.

Essa lógica de eficiência foi profundamente enraizada na comunidade de informações e em nome da instantaneidade valia tudo. Perdigão, citando o caso da operação de Lamarca, deixa evidente que o maior erro cometido naquela circunstância foi o despreparo da Polícia do Exército em obter de seus prisioneiros as informações no mais curto espaço de tempo possível para assim ter precisão das intenções de Lamarca e evitar o bem-sucedido roubo das armas do Quartel de Quitaúna.

Mas não apenas nesse caso Perdigão demonstra que a centralidade da política de segurança interna estava na dedicação à obtenção de informações possibilitada pela liberdade concedida pelo alto escalão. Ao longo de sua monografia tentou deixar claro que a atividade de informações não alcançou tais patamares de excelência tão somente por boa vontade e abertura para maior dinamismo das atividades repressivas. Não seria possível os resultados obtidos caso não houvesse uma profunda racionalidade orientadora das atividades repressivas. Essa racionalidade se manifestava enquanto organização e treinamento.

A organização é a construção formal de um aparato repressivo como outrora a comunidade de informações foi. Um quase ministério, oculto, discreto e supralegal/discricionário, uma quase Arma em órbita e distante do gabinete presidencial, mas em constante sintonia com a Doutrina de Segurança Nacional. O que aproximava os gabinetes e os centros de tortura e extermínio era a necessidade de um pelo outro.

Se por um lado a cadeia hierárquica precisava dar aval para as ações mais violentas, por outro, essas ações eram de substancial importância para a manutenção do regime autoritário. O presidente era o primeiro beneficiário direto das atrocidades cometidas nos DOI e o DOI só podia executá-las pela liberdade concedida por sua cadeia de comando e dependia expressamente da autorização presidencial. Nas palavras de Perdigão:

“Estabeleceu, assim, o Governo Brasileiro, uma estratégia específica em âmbito nacional que assegurasse a consecução de determinados objetivos fundamentais para a sobrevivência do país dentro dos postulados democráticos. Como não poderia deixar de acontecer, essa estratégia elegeu como um dos objetivos fundamentais para a segurança do país, o aperfeiçoamento do dispositivo responsável pela garantia dessa segurança. Para isso foi construído um Sistema de Segurança Interna, abrangendo todos os meios disponíveis, destinado e capacitado à coordenação geral das ações e a exercer a centralização dessas ações quando isso se fizesse necessário.” (PERDIGÃO, 1978: 6)

O perigo da expressão “quando isso se fizesse necessário” é acabar justificando para os escalões superiores o extensivo uso de violências para alcançar os resultados prometidos. Em se tratando da legitimidade do uso da violência, ainda que não se referindo à tortura de presos

políticos, Perdigão enfatiza que pertence ao Estado essa prerrogativa e somente do poder executivo poderia partir essa possibilidade:

“Esse sistema foi incumbido de assegurar o maior grau de garantia da Segurança Interna, pela aplicação do Poder Nacional, sob todas as formas de expressões, de maneira sistemática, permanente e gradual, abrangendo desde as ações preventivas que devem ser desenvolvidas em caráter permanente e com o máximo de intensidade, até o emprego preponderante da expressão militar, eminentemente episódico, porém visando sempre assegurar efeitos decisivos.” (PERDIGÃO, 1978: 6-7)

A estratégia era a centralização de todo o aparato de repressão do país, diretamente subordinada ao Presidente da República. Para garantir a segurança e proteger o suposto espírito democrático das instituições brasileiras foram acionados todos os meios e órgãos disponíveis, foi a partir de então que, institucionalmente, se alastrou o poder de capilarização da atividade militar no cotidiano brasileiro. Dentro desse projeto de segurança interna havia previsão de uma intervenção permanente para neutralizar de forma preventiva e com o máximo de intensidade a atuação de grupos de esquerda, uma clara intenção de justificar a radicalização do sistema em nome de uma guerra, sobretudo, psicossocial, que também contava com a possibilidade de empreender medidas de combate direto visando o enfrentamento quando necessário com ações bélicas.

A estrutura desse Sistema de Segurança Interna obedecia a uma hierarquia centralizadora, que não deixava escapar do Alto Comando as diretrizes para a consecução da defesa interna, logo, no entendimento de Perdigão, dentro da estrutura predefinida o argumento da quebra de hierarquia e do poder paralelo da comunidade de informações não se sustenta.

Sendo o DOI o componente final dessa estrutura, não poderia ele sozinho decidir seu método de atuação e seus possíveis alvos, ainda que em alguns momentos tenha desenvolvido operações dessa natureza, grande parte da repressão brasileira tem suas atividades prescritas por uma cadeia de comando muito bem definida. É difícil crer, por exemplo, que uma ação policial como da “sexta feira sangrenta” tenha partido do descontrole dos próprios policiais militares que ali estavam. Na mesma época foi denunciada a ordem do Brigadeiro Burnier que instigava que seus Para-Sar fizessem, rigorosamente, o que a polícia militar tinha feito no Rio de Janeiro.

Essa cadeia de comando a qual se refere foi detalhada em sua monografia, que consta como primeiro espaço de decisão e planejamento, um círculo muito restrito de oficiais gerais próximos ao presidente da República.

Essas comissões e conselhos atuavam em âmbito nacional e tinham clareza da natureza das operações contrarrevolucionárias. Para efeitos de hierarquia constavam nesse Ministério da Repressão o CANSI – Comissão de Alto Nível de Segurança Interna: Criado diretamente pelo presidente e tinha como membros: Ministro da Justiça, Ministros Militares, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Chefe do Serviço Nacional de Informações, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional e demais ministros quando convocados. CONDI – Conselho de Defesa Interna: Órgão não institucionalizado, mas ativo em várias regiões naquele momento. Esse conselho era formado por diversas personalidades políticas responsáveis por fazer a ponte entre as operações militares e a cooperação para sua execução no âmbito institucional, civil e militar em uma Zona de Defesa Interna (ZDI). O CONDI era formado por Governadores, Comandantes de Área das 3 armas, superintendente da PF, Secretários de Segurança Pública, Chefes de Agências Regionais do SNI, chefes e diretores de outros órgãos quando convocados;

E não menos importante, o CODI - Centro de Operações de Defesa Interna: Criado pelo Ministro do Exército no ano de 1969 pela Diretriz ministerial de segurança interna/69. Essa não foi alterada nem em 1970 pela Diretriz de Defesa Interna de 1970 nem pela Diretriz de Planejamento do Emprego de Força Terrestre de 1972. A existência dos CODI não passou despercebida, na verdade, a centralização das atividades repressivas dependia de um grupo coeso que fosse capaz de comandar as ações violentas da repressão e responder diretamente ao Alto Comando.

O CODI era a base da centralização da comunidade de informações e que garantia ao Ministro do exército conhecimento das ações executadas em cada ZDI, ADI e SADI. A grande finalidade do CODI era precisamente ser o elo entre as Forças Armadas e os agentes de segurança pública, ou seja, é ali que se exerce o diálogo entre Exército, Marinha e Aeronáutica e as Polícias estaduais civis e militares, Polícia Federal e SNI. É importante perceber que o nível hierárquico de cada CODI dependia basicamente de onde foi estabelecido, sua proliferação dependia da necessidade do sistema repressivo, por isso, os CODI poderiam ter maior ou menor influência e recursos, além de alguns membros de alguns CODI terem mais permeabilidade política entre o generalato que outros.

O DOI era o braço operacional da máquina repressiva, um destacamento criado para dar suporte às atividades da Central de Informações do CODI. “os Comandantes militares de cada área baixaram normas centralizando as informações de caráter subversivo”, mas disso, também determinaram “que todas as operações de informações fossem realizadas através de um único órgão e, sob um comando único, que é o Comandante do DOI” (PERDIGÃO, 1978: 13).

A centralização do projeto repressivo teve então duas dimensões, bastante distintas, porém igualmente importantes. Por um lado, o planejamento e coordenação, seriam elementos de responsabilidade dos CODI, orientados pelos interesses e diretrizes que se manifestavam a partir das decisões do CANSI. Sendo suas atividades possibilitadas pelo apoio civil e financeiro negociados pelo CONDI, esse conselho agia como uma dimensão de informalidade que permitia a adesão de setores da sociedade que movidos por anticomunismo exacerbado, contribuíam financeiramente com a repressão, como o caso das famosas caixinhas de contribuição de empresários relatadas por Antônio Carlos Fon “Antes mesmo da morte de Boilesen, entretanto, já havia outros grupos recolhendo dinheiro para financiar as atividades dos órgãos de segurança” (FON, 1979: 55).

Por outro lado, a operacionalização das atividades repressivas estava assegurada ao comandante do DOI. No período em que esteve lotado no DOI do II Ex, esse comandante era Carlos Alberto Brilhante Ustra, alguém que mantinha grande apreço por Perdigão. Em sua entrevista, bem como sua monografia não há nenhuma menção ao nome de Ustra, mas a radiografia da estrutura do DOI que ele vai propor é daquele órgão comandado por Ustra durante muitos anos. Ainda dentro da argumentação de necessidade histórica, Perdigão nos indica como o trabalho, outrora não centralizado, contribuía para o avanço da atividade “subversiva”:

“Anteriormente cada órgão de informação realizava suas operações, independentemente, de qualquer instrução de planejamento global. Em consequência, um órgão de informações prejudicava as operações de outro. Enquanto um [...] estava realizando [...] vigilância sobre determinados elementos, o outro, sem saber da ação do primeiro, prendia dois ou três elementos que estavam sob vigilância (PERDIGÃO, 1978: 13)

Ainda que essa harmonia entre os órgãos de segurança fosse o que desejavam os proponentes do método de centralização das informações, ao longo de toda a atuação dos radicais houve tensões em função das ações descentralizadas¹⁶ e a tese de Perdigão se esvazia em função do não seguimento dessa rígida estrutura montada para esse fim “Só a centralização das informações e das operações poderia conduzir a resultados positivos” (PERDIGÃO, 1978:

¹⁶ Antônio Carlos Fon exemplifica essa questão quando observa o relacionamento do DOI de Ustra com o DOPS de Sérgio Paranhos Fleury. Fon nos indica que ainda com toda sugerida centralização das operações, motivado pela repercussão e fama, ou pelo ódio e anticomunismo, até mesmo, talvez, pelos benefícios financeiros que pudesse receber Fleury muitas vezes em aliança com o CENIMAR (o mais discreto, porém, não menos violento dos órgãos da comunidade de informações) tomara decisões operacionais sem obedecer a essa estrutura centralizada que Perdigão advogava. O caso mais evidente em que esse descontrole foi observado por Fon foi o caso da emboscada que vitimou Carlos Marighela. (FON, 1979: 165).

13). Martha Huggins constata que esse poder informal assentado no uso da tortura e da morte acabou por gerar, ao contrário do que se pretendia, a descentralização das atividades violentas:

“Assim, finalmente, o sistema de segurança interna que se estrutura para coordenar e eliminar a competição e o conflito entre as forças de segurança [...] acabou na verdade por exacerbar velhos conflitos e criar outros novos, levando, nesse processo, à desintegração do controle centralizado sobre a violência.” (HUGGINS, 1998: 207-208)

É a partir do momento em que começa a esboçar a estrutura do DOI que Perdigão coloca a si mesmo enquanto parte central do aparato repressivo:

“Quando o CODI necessita empregar o DOI em outra área [...] o S2 do II Ex, que é o Chefe da Central de Informações, entra em contato com a mais alta autoridade militar da área, e, participa a hora e o dia em que o DOI executará uma missão naquela cidade. Caso necessite do apoio dos elementos daquela cidade, nesta oportunidade, solicita o apoio desejado. Por medida de segurança, das informações, não se participa, o local e a natureza das operações” (PERDIGÃO, 1978: 14)

Esse trecho da monografia evidencia três aspectos da atuação da central de informações, o primeiro é que a dimensão das atividades de um DOI não se restringia à sua área, detonando possibilidade de interlocução generalizada dos DOI para fins de segurança nacional. Segundo que a articulação entre as atividades repressivas fora concentrada em uma comunidade que, ainda com o comando das informações sendo exercido por um oficial de patente inferior seu trânsito se daria ultrapassando as vias formais de hierarquia e terceiro que dependeria de alguém muito bem articulado e com capacidade de mobilidade e com treinamento específico.

Essas características expõem particularmente a própria formação militar de Freddie Perdigão Pereira. A central de informações do DOI/ CODI/ Ex II tinha como fundamento de atuação a lógica repressiva que Perdigão adquirira ao longo de sua experiência. Essa característica da central de informações daquele órgão marca seu próprio lugar na história do combate à “subversão”.

Outra questão é que o DOI, quando fora de sua ZDI, deveria entrar em contato diretamente com o CIE, nessas circunstâncias, o CIE produziria as condições de uma operação, ou autorizaria a execução da operação por aquele DOI, nesses casos, nitidamente, percebemos que o chefe da central de informações precisaria ter um contato direto e constante com o CIE, também essa situação do DOI de São Paulo era possível pelas ligações anteriores de Perdigão com o CIE, na sua longa atividade dentro do gabinete do Ministério do Exército.

As normas de funcionamento do CODI de São Paulo foram transcritas por Perdigão para assim justificar a concentração da repressão na Central de Informações. Esse documento formulado pelo CODI Ex II a partir de amplas reuniões entre a Central de Informações, Central de Operações e Central de Assuntos Cíveis, buscou redimensionar as ações do grupo integrado por perdigão, já que “as operações de buscas de informes, inclusive combate contra subversivos e terroristas [...] serão consideradas pelo mesmo, através do Chefe da Central de Informações” (PERDIGÃO, 1978: 17), nas mesmas instruções, a atuação de outros órgãos de segurança pública, como o DOPS, PF, PC e PM deveriam comunicar suas ações ao comandante do Ex II que repassaria com a máxima velocidade possível os informes à Central de Informações.

A estrutura em constante reavaliação do DOI é uma das peças fundamentais para esse modelo de combate às organizações de esquerda, visto que a capacidade de adequação a realidades mutáveis da luta armada exigia também que o DOI fosse um órgão mais fluido, tanto na organização de suas atividades quanto nos métodos.

Seu número variava de acordo com a necessidade e as especificidades do momento e do lugar. Um dos trechos mais intrigantes da monografia se dá por essa característica dos DOI, a sua capacidade de ler métodos de atuação dos grupos de esquerda, mas também da política local, a dinâmica de funcionamento da vida daquela área, como se articulava o combate ao crime comum e como tudo isso poderia ser utilizado para assim fazer atingir a eficiência no combate ao “terrorismo”:

“Cada Estado tem suas peculiaridades e as organizações terroristas, também, agem de modo diferente em cada cidade, não sendo portanto, lógico, dar a mesma constituição a todos os DOI existentes no Brasil. Esta composição mista tem apresentado muitas vantagens pois reuniu-se a disciplina, o método, o planejamento e a mentalidade existentes nas Forças Armadas, à experiência da Polícia Militar no combate ao marginal comum e à técnica da Polícia Civil e Polícia Federal na investigação e no interrogatório.” (PERDIGÃO, 1978: 22)

A estrutura do DOI¹⁷ da ZDI/B (São Paulo e Mato Grosso) era constituída por um comando Geral, responsável pelo setor de Operações e informações, cargo privativo de oficial

¹⁷ Para os fins de nossa análise, não há dúvida que a pesquisa mais complexa e completa, que nos últimos anos ofereceu respostas muito coerentes sobre o *Modus Operandi* do DOI foi aquela realizada por Mariana Joffily. A sua conclusão da peculiaridade e importância das operações de investigação, análise, busca e apreensão também, mas sobretudo, do DOI, o colocando como o Centro da Engrenagem da máquina repressiva, a partir de sua ampla capacidade de produzir relatórios e conclusões, e principalmente a transcrição de Interrogatórios preliminares, orientam nossa pesquisa, no sentido de que o DOI precisa ser elencado como um modelo de gestão da violência muito peculiar e que se mantivera sempre oculto e ativo, formal e informal, autônomo e dependente, hierarquizado e indisciplinado, com receitas do governo e particulares, ou seja, dentro de uma margem de legalidade e ilegalidade

do Exército ligado à 2ª seção. A Seção de investigação, era responsável por identificar os elementos da esquerda que poderiam estar ligados à luta armada, mas muitas vezes perseguiram pessoas que apenas encampassem discursos políticos que oferecessem risco a ideia de Segurança Nacional da repressão ou até mesmo nem isso.

Essa seção era composta por uma Turma Complementar e uma Turma de investigação. Cada uma possuía dois agentes com carro não identificável, equipado com rádio. A Turma complementar dessa seção era composta por duas policiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e auxiliavam a Turma de investigação quando se fizesse necessário a presença feminina.

Essa participação de mulheres na estrutura repressiva dos DOI é importante e merece maior atenção. O elevado número de mulheres ligadas aos movimentos contestatórios evidencia a preocupação em manter um aparato mínimo que respondesse aos anseios de respeito às mulheres, ao menos aparentemente. As violências relatadas por mulheres no DOI não deixam dúvida que a desumanização do outro não respeitava as fronteiras do gênero, ao contrário, deixam transparecer que as piores torturas praticadas foram contra mulheres. O uso extensivo de torturas sexuais, contra homens e mulheres, reflete bastante o comportamento masculinista das atividades dos DOI, mas o caso de Hilda Gomes da Silva (torturada na OBAN), esposa de Virgílio Gomes da Silva, reflete o grau de atrocidade que a repressão instalara contra as mulheres:

“Preso em uma casa em São Sebastião, no litoral paulista, pelo capitão de infantaria Maurício Lopes Lima, no dia seguinte foi a vez de Hilda Gomes da Silva [...] conhecer a sala onde seu marido fora assassinado [...] sem acreditar que ela não conhecia os segredos do marido e sabendo, depois de interrogar outros prisioneiros, da importância de “Jonas” na ALN – resolveram utilizar outro meio para fazê-la falar. Hilda foi retirada do ‘pau-de-arara’ e amarrada à ‘cadeira-do-dragão’. Os mesmos homens que mataram seu marido [...] levaram para a câmara de torturas uma mesa, onde foi colocada Isabel Gomes da Silva, filha de Virgílio e Hilda e, quando ela dizia não saber as respostas, davam choques elétricos na criança” (FON, 1979: 39)

Além das sevícias perpetradas contra Hilda, o terror psicológico sofrido naquela seção de interrogatório mostra qual preço mulheres pagavam ao serem associadas a atividades “subversivas”. Então, mesmo que as Turmas Complementares Femininas fizessem parte do aparato repressivo, as mulheres não tinham tratamento aquém daqueles dispensados aos

muito conflitantes e de difícil precisão. Muitas das afirmações que Joffily faz acerca do DOI, com base em outras distintas documentações são também observadas na monografia de Perdigão de forma muito mais clara. É muito gratificante saber que a fonte que aqui utilizamos poderá dar ainda mais segurança para as afirmações da autora sobre o DOI. É nesse sentido que caminhamos na expectativa de construir conhecimento ainda mais conciso.

homens. Outro fato importante sobre a presença das mulheres na repressão, é que ainda que com a presença em tais turmas complementares, a repressão brasileira não associa o ofício da tortura às mulheres, nem há consistentes denúncias de mulheres na condição de perpetradoras de sevícias, o que torna a profissão, eminentemente, masculina. Podemos afirmar, sem margem de erro, que a tortura no Brasil tem sua estrutura assentada no protagonismo masculino¹⁸.

Os DOI contavam também com a seção de informações e análise. Ali, seus peritos deveriam “estar em condições de fornecer ao Cmt do DOI e às demais seções do Destacamento: informes, informações, estudos e conclusões sobre as organizações” (PERDIGÃO, 1978: 24). A subseção de Análise era responsável por:

“analisar os informes internos e externos recebidos; Analisar depoimentos prestados no DOI ou recebidos de outros órgãos; analisar o material apreendido em “aparelhos” e em poder de presos; pesquisar dados para complementar ou elucidar fatos constantes dos depoimentos de presos e demais documentos recebidos; fornecer subsídios ao setor de operações e à subseção de interrogatório; manter para cada organização subversivo – terrorista uma pasta com o “Histórico da organização”, relação de nomes e codinomes, relação de ações e um álbum com as fichas de qualificação, fotografia, autuação e situação de cada elemento; elaborar as informações encaminhadas ao II Exército; fichar os elementos presos ou encaminhados ao DOI, bem como todos os demais que foram envolvidos ou enquadrados na LSN, pelos demais órgãos de segurança do país; organizar atualizar e manter o Arquivo Geral, contendo o fichário e o dossiê de cada elemento fichado; confeccionar, atualizar e manter os álbuns fotográficos dos elementos presos e dos procurados; realizar a identificação datiloscópica e fotográfica dos presos; [...] confeccionar e controlar os documentos de identidade do pessoal do destacamento.” (PERDIGÃO, 1978: 25)

Essas suas exaustivas tarefas auxiliavam o trabalho da Subseção de interrogatório, responsável pelo interrogatório dos presos:

“Essa Sub Seção tem três turmas de Interrogatório Preliminar, cada uma chefiada por um oficial do Exército, Nível Capitão, de preferência com o curso B da EsNI. Estas turmas são compostas de 6 elementos cada. Subordinada ao Chefe de cada turma de interrogatório preliminar, existe uma turma Auxiliar, encarregada do Centro de Comunicações, da carceragem e de datilografar os documentos.” (PERDIGÃO, 1978: 24)

¹⁸ Para Huggins “à luz do fato de que, em sistemas de poder e repressão de estrutura masculina, as mulheres podem agir tão violentamente quanto homens” (HUGGINS, 2006: 168), logo, a capacidade de perpetrar sevícias não está ligada, tão somente, à condição de ser homem e por isso “faz sentido examinar o pressuposto de que apenas um tipo de masculinidade acarreta invariavelmente violência, até mesmo tortura e assassinato” (HUGGINS, 2006: 168). Essa afirmação da brasilianista tem por base o fato de que “grande parte da teorização sobre a relação entre masculinidade e violência supõe que a socialização do papel do gênero masculino favorece intrinsecamente a agressão e a violência” (HUGGINS, 2006: 175) na cultura masculinista ocidental.

O tamanho e as funções dessa subseção deixam explícita a centralidade do interrogatório preliminar enquanto método de execução da repressão. As três turmas que ali constantemente se alternavam não deixavam a máquina repressiva parada nenhum dia do ano. Esse trecho, novamente, evoca a formação profissional de Perdigão como condição de eficiência alcançado pelos DOI, já que o Curso B da Escola Nacional (EsNI) de Informações, tinha provavelmente, as mesmas características do curso B do CEP que ele tinha participado em 1968.

A seção de busca e apreensão era o grupo de “quebra”, informalmente esse grupo de quebra se consolidou como um temível grupo de extermínio que se dedicava sobretudo à execução das lideranças da esquerda mais ativas, perigosas e danosas ao regime, não necessariamente se dedicava a matar apenas membros da esquerda armada. Formalmente, tinha a responsabilidade de:

“Efetuar as prisões, cobertura de pontos, neutralização de ‘aparelhos’, apreensão de material subversivo, coleta de dados que possibilitavam o levantamento de elementos subversivos, condução de presos para o DOPS, Auditorias, Hospitais, etc.” (PERDIGÃO, 1978: 25).

Era também na seção de busca e apreensão que ocorria a “coleta de dados”, ou seja, a prática da infiltração em supostos pontos de atuação “subversiva”, mas também, a busca por materiais coletados por outros órgãos responsáveis pela segurança interna.

Por fim, a Seção Administrativa, que era responsável por fornecer o apoio logístico a todas as outras seções do destacamento, era um cargo dentro do DOI privativo de delegado de polícia e visava assegurar a participação das polícias civis e militares dos estados na atuação contrarrevolucionária, além de promover um grande intercâmbio de informações entre a prática policial e as técnicas de interrogatório e investigação das Forças Armadas. Esse intercâmbio foi muito importante para assegurar a militarização das ações policiais e de fornecer conhecimento da atividade policial ostensiva ao aparato de repressão que pouco antes estava aquartelado.

Essa compartimentalização das atividades do DOI foi muito bem descrita por Mariana Joffily, não só pelos seus aspectos formais, mas sobretudo, pelos efeitos que gerou para a comunidade de informações: “Assim, esse destacamento ‘formava uma unidade policial autárquica, concebida de forma a preencher todas as necessidades da ação repressiva sem depender de outros serviços’” (JOFFILY, 2008: 50).¹⁹

¹⁹ A descrição que Joffily faz sobre as atividades do DOI, suas seções e subseções é muito próxima daquelas sugeridas por Perdigão: “O cerne das operações era executado pelos seguintes compartimentos: a) Setor de investigações, incumbido de seguir suspeitos e observar aparelhos, no intuito de identificar e localizar indivíduos procurados; b) seção de busca e apreensão, responsável pela captura de suspeitos, pelo desmonte dos “aparelhos”,

Essa organização das atividades e a compartimentalização da atividade repressiva buscavam um fim único: a eficiência da contrainformação. Tanto sua organização quanto seu treinamento foram responsáveis por atestar, na visão de Perdigão, um modelo de inteligência que fosse competitivo suficientemente contra as ações da esquerda armada. A seguir veremos dentro do corolário alcançado que o responsável por essa vitória, se assim podemos chamar, não foi o controle e a gestão da informação, os resultados apresentados por Perdigão são bem modestos frente ao tamanho e dinamismo da comunidade de informações.

2.5.3 RESULTADOS: A LETALIDADE DO SISTEMA

Como último eixo de análise destacaremos os resultados desse modelo de organização dentro da própria monografia. A estrutura centralizada da comunidade de informações, possibilitou a aplicação generalizada de torturas, assassinatos e desaparecimentos, mas uma observação importante é que Perdigão em nenhum momento deixa transparecer que tais métodos eram utilizados. Não os nega, nem os comenta, apenas se silencia. Certamente, a participação dos DOI nesse processo foi imprescindível, a amplitude nacional da comunidade de informações e o modelo de aplicação e gestão da violência tiveram ampla aceitação entre os mais variados grupos aplicadores do sistema repressivo em nome da Defesa Interna, bem como seus beneficiários.

A ditadura militar com duração de vinte e um anos contou com amplo sistema de repressão desde sua instauração, nos anos mais duros dessa atividade, o trabalho sujo era exercido por uma ampla rede militar e civil que promoveu tais barbaridades em nome de uma guerra anticomunista. As tensões entre os órgãos responsáveis pela repressão demonstram que tal atividade, apesar de toda sua suposta centralização, era um instrumento de poder, tanto de instituições, quanto de pessoas.

O resultado mais infeliz dessa disputa foi, precisamente, a proliferação de pequenos grupos que exerciam a violência fora dos radares formais da cadeia de comando. Nos anos finais da ditadura militar, sobretudo na gestão Geisel, houve a tentativa de reagrupar sob a tutela do Estado o controle sobre a violência. Ao final do governo Médici, os órgãos de segurança

cobertura de “pontos”, pela apreensão de documentos e condução dos presos ao DOPS, auditorias, hospitais e etc.; c) Subseção de interrogatório – a qual cabia realizar os interrogatórios preliminares –, ajudada pela Turma Auxiliar encarregada da carceragem e da datilografia dos interrogatórios; e d) Subseção de Análise, que mantinha um arquivo sobre os prisioneiros e as organizações de esquerda, analisava os documentos apreendidos, estudava os depoimentos dos presos, fazia pesquisas para elucidar dúvidas, fornecia subsídios ao trabalho dos interrogadores e elaborava as informações encaminhadas à 2ª seção do Exército.” (JOFFILY, 2008: 49)

alcançaram tamanho protagonismo em suas atividades, em que várias pequenas milícias passaram a ostentar um poder que em alguns momentos se comportavam como parte do sistema, e tantos outros fora dele.

É observável que essa característica foi acentuada no Brasil pelo estímulo que a instituição repressiva – centralizada no Ministério do Exército e com ampla conivência presidencial – recebeu do alto escalão das Forças Armadas, mas a degeneração desse sistema foi percebida, sobretudo, pela autonomia excessiva que deu capacidade para que esses pequenos grupos pudessem particularizar e comercializar os serviços de segurança. Isso passa a ser uma ameaça desde os “anos de chumbo”, e foi combatida pelo quarto general ditador, mas sem obter o resultado esperado, afinal, “um Estado que sigilosamente estimula e apoia a violência privada, muitas vezes, de ‘vigilantes’, corre o risco de não mais poder reivindicar o monopólio do uso da força” (HUGGINS, 1998: 234), no caso brasileiro, a ditadura garantiu a certeza de que o Estado era insuficiente (quando não conivente) com a degenerescência policial.

Podemos afirmar que Geisel não apenas aceitava a tortura, como fez parte da engrenagem que protegeu tal método por longos anos e se beneficiou de seu uso em seu governo, ainda assim, a campanha contra os radicais – seu primeiro passo se concentrou em conter o poder da comunidade de informações – incomodou parte dos militares da Segunda Linha Dura. Foi nesse momento, de tímido desmonte da comunidade de informações que Perdigão escreveu sua monografia.

Um de seus objetivos é prestar clareza sobre a importância das atividades do DOI e como essa organização – parte daquele sistema de segurança e de informações que adquiriu *status* quase de uma arma – só chegou àquele grau de autonomia por que havia necessidade histórica de um aparato repressivo daquela magnitude. Para tanto, demonstrou em números (muitas vezes controversos) o avanço que os DOI, em especial do II Exército, conseguiram obter contra a “subversão” e o “terrorismo”. Elenca para isso uma série de resultados maquiados para sustentar sua linha de raciocínio e demonstrar a superioridade organizacional, metodológica e logística do DOI/CODI/Ex.II.

2.5.3.1 A CARTA DE UM MILITANTE

Entre os resultados comprobatórios de sua tese, está uma suposta carta encontrada no “aparelho” de Yuri Xavier Pereira estourado pelo grupo de quebra do DOI/CODI/Ex II, em julho de 1972 “A parte desse documento que transcreve-se [...] bem demonstra o acerto das medidas tomadas pelo governo no combate ao terrorismo e à subversão” (PERDIGÃO, 1978:

20). A carta transcrita expõe uma avaliação das forças de segurança feitas por Yuri, em que o centro da argumentação gira em torno da especialização das forças de segurança e a centralização de suas atividades na OBAN, oriundas do enrijecimento do regime a partir do AI-05. A comprovação da existência desse documento não cabe a essa dissertação, entretanto, podemos afirmar que ele representa, dentro da monografia de Perdigão, um resumo de tudo aquilo que ele afirmava desde a primeira página.

Nessa carta, é a única vez que a palavra “tortura” é mencionada ao longo de todo o texto. As circunstâncias em que foi estourado o “aparelho” de Yuri não são relatadas e Perdigão não fala absolutamente nada de como chegaram a empreender essa ação. As circunstâncias da morte (não descrita por Perdigão) de Yuri Xavier Pereira também não são relatadas. Em versão oficial, atribuiu-se junto à dele, também a morte de outros dois membros da ALN, Ana Maria e Marcos Nonato, além deles, foi ferido, mas conseguiu fugir o procurado Antônio Carlos Bicalho Lana. Esse último, sugerido como o autor dos disparos que acertou Perdigão em 1970.

A morte de Yuri foi divulgada no dia 14 de junho de 1972, no evento da suposta troca de tiros no restaurante Varella, no bairro da Mooca, em São Paulo. Através de depoimentos prestados e laudos periciais, a CNV chega à conclusão de que Yuri foi morto no DOI-CODI do II Exército e que a troca de tiros não pode ser confirmada. Algo fica evidente nos laudos periciais: Yuri foi, claramente, executado pelas forças da repressão. É interessante Perdigão ter colocado essa transcrição em sua monografia, pois, esse caso evidencia a presença do DOI trabalhando para um fim pessoal de Perdigão. Se foi morto após ser barbaramente torturado, é possível que o interrogatório tenha girado em torno da busca pessoal de Perdigão por vingança contra Antônio Carlos Bicalho Lana.²⁰

²⁰ “No caso de Iuri Xavier, constatou-se que havia sido atingido por pelo menos seis projéteis de arma de fogo, o que difere do laudo original, que indicara apenas três. Por outro lado, a análise das fotografias disponíveis permitiu comprovar que o corpo de Iuri apresentava lesões múltiplas, evidência de que havia sido agredido quando ainda estava vivo. O laudo elaborado pelo doutor Massini indica ainda a existência de duas perfurações de entrada de arma de fogo no coração, as quais são características de disparos efetuados contra alvo imóvel e típicas de tiros de misericórdia ou de execução. Essas perfurações não foram descritas no documento de 1972. O laudo de exame necroscópico, de 20 de junho de 1972, assinado pelos legistas Issac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, corrobora a falsa versão e indica que Iuri vestia “cueca azul e meias cinzas”, vestimenta pouco usual para alguém que estaria almoçando num restaurante. A ausência de informações no laudo de exame necroscópico sobre os ferimentos observados no corpo e de descrição da trajetória dos projéteis de arma de fogo impediu que importantes circunstâncias da morte de Iuri fossem esclarecidas à época dos exames. Em 24 de fevereiro de 2014, o núcleo pericial da CNV produziu laudo sobre a morte de Iuri Xavier Pereira com base nas peças técnicas produzidas em 1972, 1996 e 1997. Os peritos concluíram que, dos projéteis que atingiram Iuri, um no tórax e dois no crânio, pelo menos um foi disparado de cima para baixo, quando ele se encontrava no chão. Por outro lado, os ferimentos na crista ilíaca e no perônio, ambos do lado esquerdo do corpo de Iuri, podem caracterizar técnica de captura. As marcas em seu braço e antebraço esquerdos indicam que Iuri pode ter esboçado gesto de defesa.” (CNV, 2014, V.III, p. 962)

A carta de Yuri é um dos muitos documentos apreendidos pelo DOI que relatavam os perigos oferecidos pela repressão, então por que Perdigão usou, exatamente, um que o expunha pessoalmente? Ora, no mínimo, podemos afirmar que a busca por Antônio Carlos Bicalho Lana acompanhou as atividades de Perdigão ao longo de sua passagem pelo DOI/CODI/Ex II. Ele foi alvejado em 1970, continuou seu trabalho no CIE em 1971, foi transferido para o DOI em 1972 e houve o assassinato de Lana em novembro de 1973, justamente, quando Perdigão era chefe da seção de informações do DOI de São Paulo²¹.

O que fica evidente é que o sistema repressivo cooperou para alcançar as intenções particulares de alguns membros do aparato de violência da ditadura, essa transcrição é um dos pontos em que Perdigão expos sua experiência pessoal (na guerra que travava) como critério de eficiência, elencando a si mesmo como protagonista de uma história vitoriosa dentro de uma narrativa que camufla suas reais motivações (ódio e vingança), ao contrário, o alcance desse resultado, especificamente, apenas se tornou possível por que a burocracia estatal possibilitou a formação de quadros competentes para esse fim, nesse caso a excelência era o próprio Capitão.

2.5.3.2 O DOI EM NÚMEROS

A “discriminação” dos resultados obtidos pelo DOI/CODI/Ex.II, entre sua fundação em 1970 e o ano de 1977, estão listados em uma planilha da monografia de Perdigão e apesar de muito questionáveis, podemos ter uma dimensão da atuação daquele órgão, mas sobretudo, de como tais números funcionam dentro da articulação da exposição do Coronel. São três as tabelas, em que, na primeira delas, nos oferece um resumo das atividades do DOI/CODI/Ex.II até maio de 1977. Essa é dividida em três partes: “Presos pelo DOI”, “Presos recebidos de outros órgãos” e Logística neutralizada.

²¹ O assassinato de Antonio Carlos Bicalho Lana e de Sônia Maria Moraes Angel Jones estão entre os eventos de maior atrocidade das ações da comunidade de informações, de acordo com Marival Chaves, ex-membro da seção de análises do DOI de SP, em depoimentos à CNV, ambos foram torturados e seus corpos usados como alvo para tiros, os laudos periciais da CNV confirmaram que a quantidade de tiros e os locais de ferimentos desferidos por arma de fogo corroboram a tese de corpos usados para a prática de tiro ao alvo : “Posteriormente, em entrevista à revista Veja, em 1992, o sargento Marival Chaves, do DOI-CODI/SP, afirmou que Antônio Carlos e Sônia teriam sido presos e levados para um centro clandestino, onde foram mortos com tiros no tórax, cabeça e ouvido, na mesma cidade. Em depoimento na audiência pública organizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 10 de maio de 2013, Marival Chaves confirmou que Antônio Carlos foi levado para um sítio, que funcionou como centro clandestino, onde foi torturado e morto. Posteriormente, informou que seu corpo, assim como dos demais militantes mortos, foi apresentado como um “troféu” aos agentes do DOI-CODI.” (CNV, 2014, V.III, p.1424)

De acordo com a tabela 1 foram presos naquele órgão 2541 pessoas, entre elas 1001 foram encaminhadas para processo no DOPS, 201 encaminhadas a outros órgãos, foram liberados 1289 e 51 morreram. Pode-se notar que por erro de cálculo, a redução dos termos ao número geral de “presos pelo DOI” evidencia que uma pessoa não foi computada no primeiro dado, que seria então de 2542 pessoas, ou que o número de mortos seja de 50. Logo abaixo, ele faz um comparativo do processo inverso “Presos recebidos de outros órgãos”, em que constam 914 enviados ao DOI, em que 347 foram encaminhados ao DOPS para processo, 341 encaminhados a outros órgãos, 221 liberados e 3 mortos. Nesse comparativo duas pessoas não foram contabilizadas.

Apenas em São Paulo, um total de 3455 presos estiveram sob os cuidados do DOI presos por, ou encaminhados a esse órgão em sua contagem, mas quando fazemos as devidas subtrações, constatamos que 1 pessoa está fora dessa contabilidade total. A disposição desses números pode representar erros grosseiros ou imperícia matemática, mas também nos oferece a possibilidade de pensar na redução de vidas a números e como a verdade e os fatos importam muito menos que suas intenções discursivas. Um assassinato a mais na primeira conta ou 2 a menos na segunda, para ele não representou um erro substancial, já que não teve o cuidado necessário ao revisar suas tabelas.

Na terceira parte da primeira tabela estão descritos os números de apreensões do aparato logístico das organizações de esquerda: “274 - aparelhos estourados, Armamentos (armas diversas) - 750, munição - 37830, bombas - 845, automóveis - 376, oficina mecânica - 7, gráficas completas - 6, Cr\$ 915.325,60 e US\$ 78.585,00” (PERDIGÃO, 1978: 28). E por fim, 3442 elementos que prestaram depoimento e foram liberados. As fontes dessas informações não são descritas, nem a que arquivos estão vinculadas, mas podemos discutir a eficiência dessa estrutura a partir dos números.

A descrição feita também sobre os itens apreendidos pelo DOI vem na intenção de oferecer dados concretos para sustentar a argumentação de Perdigão. São números bem expressivos em comparação ao tamanho descrito do DOI. A monografia sugere uma reduzida estrutura e deixa implícito que frente aos seus resultados, seu número de agentes era bem aquém de sua necessidade, isso explica duas questões importantes para Perdigão, o uso de servidores de outros órgãos e o trabalho incessante:

“Convém esclarecer, que o trabalho de um DOI deve ser contínuo, durante as 24 horas do dia. Pra conseguir este objetivo, o DOI/CODI/ExII estabeleceu dois regimes de trabalho: um diário (expediente normal, das 0800 às 1800 horas) e outro alternado (24 horas de trabalho por 48 horas de folga).

Essa ideia de que os agentes dos DOI eram poucos, não necessariamente quer dizer falta de investimentos, mas sim que a inteligência precisava de homens bem treinados para a atividade de informações e que em função do despreparo dos outros órgãos, suas atribuições enquanto polícia política deveriam ser auxiliares e complementares ao DOI. Dessa forma, sendo o destacamento operacional preponderante no combate à “subversão e ao terrorismo” as outras forças de segurança deveriam estar sempre prontas a emprestar seu pessoal quando preciso fosse. Isso explica a larga utilização de Polícias estaduais, oficiais da Marinha e Aeronáutica, além de agentes da Polícia Federal nas incursões do DOI.

Ainda que a cadeia de comando fosse centralizada e as operações tivessem uma orientação vinda direto do CANSI, o DOI é apresentado como o aparato central da repressão. Essa característica cria uma impressão de autonomia operacional e que esse destacamento tinha a capacidade de apresentar-se como poder paralelo. Na verdade, a tese de Perdigão é bem dúbia nesse sentido, pois define duas dimensões que dificilmente parecem agir em separado, de um lado, na cadeia superior de comando estaria o papel de planejamento e coordenação, do outro estaria a parte de Operações, ou seja, a execução do planejamento.

Demarcar uma fronteira (algo que ele tenta fazer) entre o planejamento e a operação não é uma tarefa tão simples, até porque nas ações militares desempenhadas na Central de Informações, Perdigão tenta evidenciar que essa linha divisória não existe. A organização militar descrita deixa nítido que ainda que o Alto Comando não tivesse clareza das operações em todos os seus detalhes, tudo que viera em nome da Segurança Interna tinha sua real participação. A tortura enquanto método de obtenção de informações só foi possibilitada dentro dessa estrutura que fornecia planejamento e dava liberdade quase irrestrita de atuação para sua dimensão operacional, resguardada a imagem do regime, tudo podiam. Em função da natureza de seus trabalhos a Central de Informações precisava de sigilo e acesso direto ao Alto Comando, o que aparentou a quebra de hierarquia denunciada.

Por esse suposto grau de controle da braçadeira final da engrenagem, os DOI ficaram em evidência, a possibilidade de contar com agentes de outros órgãos de segurança e o comando das atividades repressivas concentrado direto na Central de Informações colocou seus comandantes em uma condição até então desconhecida e rechaçada na vida militar, pois, a possibilidade de um Capitão se reportar diretamente ao comandante de uma Área ou até mesmo diretamente com o chefe do CIE eram mínimas.

Além dessa relação direta entre altas patentes e oficiais subalternos, outras medidas de segurança foram interpretadas como descaso com a atividade militar, nas palavras do próprio autor:

“para o trabalho diário é obrigatório o uso de traje civil (esporte ou social) de acordo com a missão a desempenhar. Mesmo os oficiais e comandantes de seção devem, de preferência, usar trajes esporte para se confundirem com a maioria dos integrantes do DOI. O uso de codinomes é obrigatório. O cabelo deve ter o tamanho, normalmente, usado pela maioria da população, sendo proibido usar o cabelo com o corte ‘tipo militar’. Estas medidas de segurança, às vezes não são bem compreendidas por elementos que não possuindo uma mentalidade de informações, veem no uso da barba ou de cabelo grande um ato de indisciplina [isso] dá a entender que os elementos do serviço de informações são indisciplinados, desenquadrados e sem espírito militar”

Mas mesmo sendo acusados de tais atos de indisciplina, o resultado obtido deixava claro que o caminho optado pela comunidade de informações estava correto. Ainda que não detalhado o poder de fogo das armas e munições, a localização dos aparelhos, os modelos dos veículos ou sequer a condição da apreensão do dinheiro das organizações de esquerda, as atividades do DOI/CODI/ExII foram bem superiores aos outros órgãos de segurança de SP e de qualquer outro órgão da repressão brasileira.

A segunda tabela mostra os resultados das atividades de Segurança Interna no período de 23 de janeiro de 1969 até 30 de junho de 1972. Esse período corresponde ao tempo em que Freddie Perdigão Pereira estava lotado no Ministério do Exército enquanto adjunto do CIE ou Oficial da Cavalaria do R Rec Mec prestando serviços ao gabinete como se efetivo fosse daquele ministério.

O gráfico demonstra dados A,B,C,D e E. A amostra “A” representa a quantidade de pessoas envolvidas com a luta armada no território brasileiro naqueles anos, “4400 subversivo-terroristas levantados no Brasil”. “B” se refere a “Quedas” impostas pelos órgãos de segurança em território nacional: 2800. “C” expõe “quedas” impostas pelos órgãos de segurança do II Exército, ali estão somadas as ações da OBAN e dos DOI, além de estar referindo a qualquer outra ação desempenhada pela 2º seção ou qualquer outro órgão como a PE de São Paulo, 1600 pessoas presas. Desse total dos presos pelo II Exército, 1400 foram quedas impostas, especificamente, pelo DOI/CODI/Ex II (comparativo “D”), e finalmente “E”, cerca de 200 “quedas” impostas por outros órgãos de segurança da Área do II Exército.

A terceira tabela procura evidenciar especificamente um comparativo entre o DOI/CODI/Ex II e outros órgãos de segurança pública de São Paulo. O item “A” mostra que

1600 pessoas foram presas entre o período de 23 de janeiro de 1969 e 30 de junho de 1972. A primeira comparação da eficiência dos DOI em números, se concentrou em mostrar as atividades entre 23 de janeiro de 1969 até 29 de setembro de 1970, em que 800 “quedas” foram impostas pelo DOI/CODI/Ex II (“B”), ao passo que apenas 100 foram efetuadas pelos outros órgãos de segurança do estado de SP (“C”). A segunda data para estabelecer o comparativo foi de 30 de setembro de 1970 a 30 de junho de 1972. Nesse segundo recorte temporal o DOI/CODI/Ex II efetuou 600 quedas (“D”), enquanto os outros órgãos de segurança mantiveram o número, 100 quedas (“E”).

Tais números nos apresentam simultaneamente duas conclusões do autor: em primeiro lugar que a eficiência do DOI demonstrada nas “quedas” é bem superior ao conjunto de todos os outros órgãos de segurança que fizeram o papel de polícia política. Em segundo lugar, que a centralização das atividades repressivas realmente atingiu o seu fim, pois, acabou por concentrar na OBAN/DOI o grosso da atividade repressiva contra as organizações de esquerda, ainda que muitas dessas “quedas” fossem possibilitadas pela cooperação dos outros órgãos, isso não invalida o argumento, já que a função desse sistema era precisamente proporcionar essa eficiência operacional comandada pelo DOI com apoio das polícias e outros órgãos, a partir de um planejamento centralizado pelo CODI e orientado pelas diretrizes de segurança interna elaboradas pelo CANSI.

3 O SISTEMA DOI-CODI: DA EXPERIÊNCIA AO DESPRESTÍGIO

3.1 IDEOLOGIAS DIVERSAS E PODERES MARGINAIS

É notável o protagonismo do Exército na repressão brasileira. Em um regime ditatorial em que se predomina o poder das Forças Armadas faz-se necessário entender a composição do poder. Ao contrário do que comumente tendemos a aceitar, as Forças Armadas não eram um corpo coeso ideologicamente e tinham interesses muitas vezes conflitantes. Maud Chirio em seu livro *A política nos quartéis* de 2012 faz excelente crítica às investigações que em geral colocam o conjunto da caserna a serviço da política dos generais.

O esforço constante do alto oficialato das Forças Armadas em reafirmar os dois componentes estruturantes da força militar (disciplina e hierarquia) criou uma sensação de que o importante era aprofundar os estudos sobre quem fez política, a grande política de gabinetes, ministérios, secretarias e demais órgãos centrais da administração pública no Brasil ditatorial, destinando ao generalato grande protagonismo e fazendo crer que o conjunto de coronéis, majores, capitães e tenentes compunham a força e apoio que mantiveram a ditadura por 21 anos em uma relação harmoniosa pautada pelo respeito às patentes superiores e o cumprimento das ordens de maneira técnica, profissional e idônea, comandando suas tropas a fim de disseminar as diretrizes políticas para o Brasil propostas pelos generais.

A ideia de que militares não faziam política – e se assim o fizessem estava relegado aos generais – não pode mais direcionar as investigações sobre a ditadura militar, afinal “cientistas sociais apropriaram-se parcialmente dessa concepção das relações entre militares e política e, em geral, só vieram a se interessar pela ação política dos mais graduados” (CHIRIO, 2012: 8) deixando às margens do enredo a participação de outros grupos que não generais presidentes e seus ministros.

Chirio nos indica a problemática constante no que tange aos estudos sobre o período. Não apenas a reafirmação da hierarquia e disciplina foram ferramentas para elencar os protagonistas do momento, mas também a criação de mecanismos que visavam delimitar investigações futuras:

“O desinteresse pelas lógicas políticas internas do corpo de oficiais não resulta apenas de uma apropriação dos imaginários da elite militar. É igualmente consequência de uma coerção das fontes – no interior dessa grande incógnita arquivística que é a instituição armada, mais ainda sob um regime autoritário e repressivo, os militares subordinados são os personagens mais inacessíveis aos pesquisadores. Com efeito, os generais, sobre os quais a proibição disciplinar

de intervir no espaço público pesava menos do que sobre os tenentes e capitães, deixaram muito mais rastros na história.” (CHIRIO, 2012: 8)

A importância de outros grupos e patentes fica evidente quando se estuda a comunidade de informações. Da Operação Bandeirantes (OBAN) ao desprestígio dos DOI-CODI podemos observar a fluidez hierárquica e a disputa ideológica que muitas vezes causaram distúrbios e instabilidades na política dos gabinetes. Esse período que se inscreveu entre meados de 1968 até o início do questionável processo de descompressão autoritária no Brasil no governo Geisel (a distensão lenta, gradual e segura) não pode ser compreendido sem levar em consideração as dissidências ideológicas, essas que se manifestaram pelo menos duas dezenas de vezes de maneira terrorista, violenta e em alguma instância descentralizada²².

Os efeitos mais visíveis dessas dissidências, certamente, podem ser observados na comunidade de informações. Por isso, faz-se necessário para essa pesquisa discorrer algumas palavras sobre o aperfeiçoamento dos órgãos de inteligência, seu auge e seu lento declínio. Freddie Perdigão e sua monografia se inserem nesse contexto, já que sua pesquisa atravessa quase todo esse espectro temporal e com dois objetivos específicos (justificar a criação dos DOI e salientar sua complementariedade no sistema repressivo negando assim seu isolamento) em um momento de crise interna nas Forças Armadas resultante também das ações da comunidade de informações.

A comunidade de informações era reduto de uma perspectiva ideológica mais radical e a partir dela o aparato repressivo dispunha dos recursos para perpetrar as violências que julgavam necessárias, mesmo que para isso precisasse invadir a linha limítrofe da disciplina e hierarquia. Esse poder às margens da estrutura sofreu tensões ao longo dos anos, em um primeiro instante dispunham de liberdade quase total até posteriormente assistir a perda de seu protagonismo, sofreu ataques da presidência da República e ao final seus membros foram pouco a pouco saindo das linhas de comando e excluídos de promoções. O dismantelamento dessa rede marginal de poder não foi violento nem judicial, foi interno, em procedimentos cautelosos, mas eficientes para eliminar o poder paralelo da comunidade de informações, que se não acabou, ao menos, aparentemente, se aquartelou.

²² Hoje podemos afirmar com certa precisão a autoria de alguns atentados terroristas no Brasil e através dos indícios e entrevistas identificar aqueles que foram perpetrados por militares descontentes com a política do governo. No livro *A Direita Explosiva no Brasil* há relatos consistentes sobre 32 ações terroristas praticadas por militares reformados e da ativa no período que vai de 1968 até 1980, entre as incursões constam 24 bombas, 2 pichações, 1 coquetel molotov, 1 sequestro, 1 incêndio e 4 cartas-bomba (ARGOLO, RIBEIRO e FORTUNATO, 1996: 278-279).

Um exemplo claro dessa forma de desarticular os insatisfeitos com a distensão é a declaração de Adyr Fiuza de Castro em entrevista a Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon. Na ocasião da demissão do Ministro Sílvio Frota o general Fiúza foi um dos últimos que manifestou apoio e solidariedade a Frota. Fiúza acredita que sua promoção a General de Divisão não se deu devido a essa relação com Frota. Oficialmente, não houve nenhuma menção direta a essa relação com Frota, mas com procedimentos internos alijaram a capacidade de comando de Fiúza afastando a possibilidade de sua promoção “Eu ia ser nomeado para a Diretoria de Inativos e Pensionistas, que é o último canil do Exército. O sujeito que vai para lá, geralmente, já está amortalhado. Falta só sepultar”.

Maud Chirio considera que esse tipo de atitude tomada em alguns momentos para resguardar a imagem das Forças Armadas na opinião pública, sobretudo, internacional, já era interpretada como ato de traição da revolução desde o governo Médici pelos mais radicais, ainda que apenas João Paulo Moreira Burnier e alguns de seus companheiros da primeira linha dura fizessem essa afirmação sobre Médici (CHIRIO, 2012). O fato é: desde o surgimento da comunidade de informações e a acentuação da perseguição contra os supostos subversivos existia um desconforto dos governistas motivado pela má fama que as ações violentas dos instrumentos diretos de violência (DOI-CODI, OBAN e DOPS por exemplo) davam aos governos militares.

Ao longo do tempo a composição do poder da comunidade de informações se modificou, novas personagens ingressaram e a própria atuação alterou. Foi um grupo que se diversificou bastante, mas manteve como características principais a brutalidade e a crença na manutenção de um sistema autoritário que visasse a aniquilação do inimigo interno (comunismo) forjado nos manuais das escolas militares. No ano de 1976 era evidente o desagrado da presidência da República para com as ações mais violentas dos órgãos operacionais da repressão, menos por questões éticas, mais por problemas com a publicidade do regime. É nesse momento que Perdigão escreve sua monografia a fim de justificar as ações e oferecer uma visão instigadora da permanência do sistema DOI-CODI.

Há de se considerar que a rede de informações ganhou novas dimensões a partir da centralização de suas atividades que teve como embrião a OBAN. Anteriormente, as forças policiais comandadas pelos militares, evidentemente, faziam seus procedimentos dentro da própria arma: CISA, CIE e CENIMAR, além das polícias civil e militar, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), Polícia Federal (PF) e o Sistema Nacional de Informações (SNI). Desde muito cedo esses órgãos exerciam ou facilitavam procedimentos violentos, mas nem as competências, nem a

hierarquia estavam muito claras, o que por vezes gerava conflitos entre as diferentes agências²³. O momento em que se define a estrutura de centralização da luta contra a Guerra Revolucionária é precisamente a criação da OBAN.

3.2 1968: ANO DECISIVO PARA A REPRESSÃO BRASILEIRA

Se 1º de abril de 1964 é um marco para datar o início da ditadura no Brasil, 13 de dezembro de 1968 deve ser compreendido como o ato de radicalização das atividades repressivas (GASPARI, 2003). É um segundo momento de implementação de experiências autoritárias, porém, ressalva necessária: não podemos considerar que as perseguições políticas, torturas e assassinatos se inscreveram tão somente a partir dessa data. A intensificação de tais atividades está diretamente ligada à implementação do Ato Institucional número cinco (AI-5). Esse aparato legal que subsidiou a ação repressiva e aprofundou o terrorismo de Estado nasceu do grupo de militares insatisfeitos com a alegada frouxidão dos Castelistas. O grupo mais exaltado, ao ocupar a presidência na figura do General Artur da Costa e Silva reagiu ainda mais violentamente contra os eventos que se sucederam ao golpe de 1964 – diversas manifestações que já na data exigiam o fim da ditadura.

O documento analisado sugere que o sucesso da caça aos contestadores civis e militares que não aceitavam o governo militar foi resultado do enrijecimento do regime em 1968, isso se solidifica enquanto consenso entre os militares. A partir de 1969, em razão das medidas governistas de radicalização do regime iniciadas no final do ano anterior, os insatisfeitos com o modelo de repressão de Castelo Branco se viram contemplados e com maior liberdade de atuação:

“Com a decretação do AI-5 e de vários decretos-lei, bem como com as alterações introduzidas na Lei de Segurança nacional, surgiram novas perspectivas, quanto ao aspecto legal e jurídico para o combate à subversão e ao terrorismo” (PERDIGÃO, 1978: 4).

²³ Ana Lagôa nos indica que as relações dentro da comunidade de informações não eram harmoniosas, ao contrário, dentro dessa nova força que se instalara na política brasileira, o setor de inteligência, havia diversas disputas, que em alguns momentos evocavam a preponderância do SNI, em outros, denotavam importância do CIE, mas em todos os casos, ambos, enquanto membros da comunidade de informações, nunca estiveram fora do jogo político em torno das informações “Essa estrutura em forma de malha com ramificações verticais e horizontais, porém, nem sempre funcionou em bloco monolítico. Interesses políticos de grupos instalados no poder e, até mesmo, as disputas incentivadas pela vaidade provocaram em alguns momentos conflitos entre as diferentes agências, e em outros, vazamentos de documentos que deveriam seguir por um único canal: aquele que levava aos arquivos do SNI.” (LAGÔA, 1983: 48)

A transição presidencial de Castelo Branco a Costa e Silva demonstra um dos momentos de disputa política entre grupos mais exaltados e aqueles que entendiam que a continuidade das políticas castelistas eram suficientes para conter o quadro de agitações que passava o país. Venceram aqueles que queriam a radicalização do sistema. Ainda que não fosse coeso, esse amorfo e heterogêneo grupo de radicais detinha uma insatisfação clara contra a política de Castelo Branco, isso é um dos elementos que levam a identificar – erroneamente – todo o conjunto de militares radicais como linha dura²⁴, mais por essa insatisfação que propriamente um conjunto de ideias e modelos de gestão do Estado (CHIRIO, 2012).

Mas nem entre os mais exaltados se pode negar a importância das medidas do primeiro ditador desse período para a repressão. O discurso não poderia enquadrar as medidas repressivas de Castelo Branco como insignificantes, mas sim insuficientes. Sequer para radicais como Freddie Perdigão era possível não reconhecer o grau de autoritarismo que se seguiu a partir do golpe, mas desejando um processo de higienização ideológica completa, ele considerava que um passo a mais deveria ser dado.

“Após a Revolução de Março de 1964 os comunistas, no país, foram tomados de um profundo marasmo” (PERDIGÃO, 1978: 1) alega Perdigão. Dentro do funcionamento de seu argumento – que mais à frente tentará elucubrar a necessidade histórica da criação dos DOI-CODI – a grande contribuição do governo de Castelo Branco foi precisamente causar um certo estarrecimento nos grupos de esquerda. A pressão inicial imposta pela repressão, em sua visão, abalou significativamente toda a escalada subversiva que se acentuava, pois partidos, sindicatos, organizações estudantis, parlamentares e tantos outros representantes da esquerda brasileira “Ficaram, verdadeiramente, atônitos sem entender bem o que havia acontecido” (PERDIGÃO, 1978: 1).

²⁴ Para Maud Chirio a divisão binária entre “Linha Branda” e “Linha Dura” apenas esvazia a discussão em torno da política dos quartéis. Não desejamos aqui incorrer no mesmo erro. Não podemos afirmar que uma única Linha Dura realmente existiu e que foi a única beneficiária da sucessão que empossou Costa e Silva como presidente. Entretanto, a disputa entre os radicais, seja no seio do generalato ou dos Coronéis – duas das dimensões do que convencionou-se chamar Linha Dura – fica menos acirrada diante à sucessão e “a lógica estritamente militar do processo de sucessão termina por importar para o jogo político as regras e os preceitos típicos da instituição armada: hierarquia, disciplina, ordem de precedência” (CHIRIO, 2012: 94), assim “o confronto binário entre, de um lado, um poder de cores fortemente civilistas por seu respeito a certas regras constitucionais e, de outro, uma “nebulosa contestadora”, historicamente conspiradora, centrada nos escalões intermediários e protegida das punições por seu rótulo de “revolucionária”, chega ao fim” (CHIRIO, 2012: 94). Por essa afirmação podemos deduzir que Costa e Silva representou uma vitória dos mais radicais e, mesmo com suas diferenças, podemos enxergar o segundo general como elemento de coesão entre dois grupos diferentes, igualmente radicais, porém, com objetivos diversos, mas que tiveram suas pretensões, parcialmente, atendidas com a radicalização do sistema a partir do final de 1968.

Em geral, a ideologia antissubversiva criou uma estrutura de combate ao comunismo considerando toda atividade contestatória como elemento de proliferação da Guerra Revolucionária (GR). Nessa perspectiva, a distância entre as manifestações estudantis ou organizações sindicais da atividade revolucionária armada era uma questão de fase (etapa)²⁵. A esquerda nessa perspectiva é a totalidade dos manifestantes que empenhavam grandes campanhas contra a ditadura em passeatas, produções artísticas, musicais e tantos outros espaços contestatórios, não apenas grupo de ativistas muito convictos de sua ideologia de orientação comunista e que empreenderam todos os esforços para uma mudança estrutural na condução do Estado Brasileiro de forma organizada, sobretudo em partidos políticos e associações que algumas vezes, posteriormente, acabaram investindo e sendo aniquilados na luta armada.

A estratégia de considerar as atividades contestatórias como uma coisa só (Guerra Revolucionária) não foi ao acaso, mas sim uma tática de higienização política. Dessa forma, sempre que houvesse críticas à condução do Estado pelos militares seria possível invocar maior rigidez contrarrevolucionária, afinal, a semente da luta armada seria, inicialmente, a propaganda e a partir dela os revolucionários poderiam fortalecer suas fileiras ao criar instabilidades políticas manipulando a opinião pública. A tese de Perdigão está profundamente enraizada nessa afirmação.

²⁵ Nos manuais que versam sobre a guerra revolucionária podemos perceber como os militares que formularam a ideologia que subsidiou o combate à subversão entendiam o desenrolar dessa modalidade de combate. As etapas da GR estão dispostas em um manual chamado *Introdução Ao Estudo da Guerra Revolucionária* e assinado pelo Coronel Augusto Fragoso. Esse manual “sigiloso”, foi produzido para compor o acervo do Departamento de Estudos da ESG, o acesso a ele foi possível a partir do Arquivo (Digital) Ana Lagôa do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Em um fluxograma desse manual estão descritas as fases da GR. Para criar as condições específicas da GR seria preciso que uma minoria agitadora se aproveitasse das insatisfações populares e promovessem grande campanha propagandista contra o governo. Essas campanhas eram divididas em Construtivas e Destrutivas, essas atacando a ordem estabelecida e seus guardiões (no caso em questão a elite militar autointitulada revolucionária) e aquelas proporcionando o espírito combativo, motivando a ebulição de agitações sociais, além de promoverem os métodos possíveis de combate e preparando a sociedade para um novo modelo político e econômico. Nesses manuais a manipulação psicológica era uma arma poderosa da esquerda revolucionária e se impunha a necessidade de estabelecer uma guerra psicossocial para conter o avanço comunista. A GR ia muito além do que se conhecia como Guerra Regular ou convencional. Ela deixa de ser a continuação da política por outros meios e passa a ter a política e a economia como parte essencial do combate. São cinco as fases do desenrolar revolucionário, da guerra psicossocial, à luta armada, até finalmente a tomada do poder: Primeira fase: Início da organização da infraestrutura clandestina, o momento de propagandas e agitações. Segunda fase: Ampliação da organização: conquista de insatisfeitos mais radicais que estejam dispostos a ingressar na luta armada. Terceira fase: o início da ação, enfrentamentos diretos e o começo dos combates armados. Quarta fase: a instauração de Rebelião Plena e a criação de zonas liberadas. Quinta fase: imersão total da população na luta armada. É interessante notar que na segunda fase, ainda no momento pré-revolucionário a GR conta com greves e motins, na terceira sabotagens e violência sistemática, na quarta conta com os métodos da terceira adicionando o terrorismo e a guerrilha e finalmente na quinta fase operações militares clássicas, mas da primeira à quinta fase da GR a ação psicológica faz parte da estratégia revolucionária. Essa dimensão da ação psicológica dava suporte para que militares mantivessem uma repressão agressiva permanentemente. (FRAGOSO, 1959: 20-21)

3.2.1 O CASTELISMO: A INSUFICIÊNCIA CONTRARREVOLUCIONÁRIA, UMA BARREIRA SUPERADA

A invocação de um poder arrefecedor de agitações sociais à movimentação militar de 1964 tinha dois objetivos: 1- resguardar a contribuição castelista para com a suposta revolução e 2- intensificar a ideia de que apenas o poder das armas e seu embrutecimento seria capaz de controlar o meio social para eliminar o espectro comunista que rondava a sociedade brasileira. Entretanto, para ele, o aparelho repressivo no período anterior ao AI-5 não foi capaz de manter um ritmo de trabalho adequado para que a infiltração comunista fosse aniquilada.

Essa é a base da argumentação de Perdigão: a insuficiência da comunidade de informações (concentrada sobretudo no SNI) permitiu uma reorganização das esquerdas. Não podemos aceitar que essa alegação seja suficiente para explicar o nascimento dos DOI-CODI, afinal ano após ano integrantes de diversos sindicatos, movimentos estudantis e representantes democraticamente eleitos tombavam frente às investidas da ditadura²⁶. O Estado brasileiro foi capaz de – em pouco tempo de ascensão dos militares – impor rígida perseguição ao conjunto de movimentos sociais considerados subversivo-comunistas. A ideia difundida entre os militares era de que ainda que separadamente, com todas as suas dissidências, a esquerda brasileira se encaminhava para a luta armada, um dos estágios esperados da Guerra Revolucionária.

Apesar da repressão que exercia o governo de Castelo Branco, para Gorender, os grupos que orbitaram e instigaram o golpe de 1964 não estavam em acordo sobre o tempo de duração da ditadura, Maud Chirio nos indica algo semelhante e se da totalidade do pensamento militar não podemos ter certeza de suas dissidências, essa é clara: em quanto tempo o poder deveria ser devolvido aos civis?

O grupo castelista acreditava que tão logo reprimido o avanço comunista a democracia seria estabelecida, do outro lado, naquilo que convencionou-se chamar Linha dura, difundia-se a ideia de que as atividades subversivas ganharam novos contornos e o conjunto de ações herdadas por Costa e Silva não poderiam se perpetuar por serem consideradas muito moderadas

²⁶ “os vencedores não perderam tempo no desmantelamento da rede de organizações em que se apoiava a FMP - Frente de Mobilização Popular. Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE (União Nacional dos Estudantes) (...) Cassações de direitos políticos iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do Serviço público civil mais de dez mil pessoas” (GORENDER, 1987: 70).

pelos radicais. Aarão Reis enxerga ainda que o enrijecimento do regime não atendia às demandas de repressão aos movimentos de rua, mas sim para sufocar a presença de personagens insatisfeitas com o desenrolar dos acontecimentos, em alguns casos que inclusive deram apoio ao golpe em 1964, a exemplo de Carlos Lacerda (REIS, 2005).

Fica claro que a mudança da estrutura repressiva teve como passo fundamental a instauração do AI-05, mas o ano de 1968 se torna preponderante (para Perdigão) não apenas pela defendida resposta governista, mas também pelo quadro de agitações sociais supostamente afiliado ao comunismo internacional. Se como acreditava Perdigão em um momento inicial a repressão conseguiu promover um “profundo marasmo” na esquerda, posteriormente, pelas dificuldades em sincronizar e organizar as informações, no ano de 1968 ela se fortaleceu e demonstrou capacidade suficiente de causar abalos sérios ao governo e prejudicar o andamento dos ideais da “revolução de 64”.

Perdigão considerou aquele ano marcante, sobretudo, em função da aproximação das esquerdas brasileiras ao comunismo internacional. Atribuiu a Cuba papel central nesse processo e elencou o evento no segundo semestre de 1967 como responsável por esse “novo quadro de agitação” (PERDIGÃO, 1978: 1). A participação brasileira na Organização Latino Americana de Solidariedade delimitou para ele um ponto de mudança nas atividades revolucionárias brasileiras, saindo das atividades convencionais “padronizadas, utilizando as escolas e sindicatos na subversão da ordem” (PERDIGÃO, 1978: 1) que a esquerda até então se propunha e passaram a ingressar na luta armada.

Ignora o fato de que a revisão dos métodos de ação não eram consenso em toda a esquerda, sequer a opção pela luta armada poderia ser considerada como prioridade de todas as tendências, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era, veementemente, contra, enquanto outros grupos dialogavam sobre a viabilidade do modelo trotskista, maoísta ou foquista (GORENDER, 1987), não podemos, disso, inferir que o desconhecimento sobre as organizações de esquerda (suas ideologias e dissidências) era responsável por essa análise de Perdigão, um profundo conhecedor do que considerava propaganda subversiva e seus métodos de atuação, o que está em jogo é uma argumentação centrada na necessidade de um inimigo constante, que dá sustentação a sua tese de que a vigilância permanente era necessária para combater o aspecto central que amalgamava a esquerda: o intento revolucionário visando a implementação do comunismo como sistema de governo no Brasil.

O pacifismo do PCB, na estrutura interna de sua monografia, não configura divergência ideológica entre as esquerdas e sim etapa da Guerra Revolucionária, para isso, Perdigão ignorou o recrudescimento das atividades contestatórias dando uma dimensão jamais existente no

interior da luta armada, sua grande manobra é considerar todo o movimento antitadura como entidade subversiva afiliada ao comunismo internacional, preparando o terreno para a entrada da luta armada propriamente dita²⁷. O governo brasileiro não poderia permanecer inapto (não aptidão específica para o combate subversivo), inepto (não dispor de uma inteligência especificamente contrarrevolucionária) e nem paralisado (imobilidade favorável à iniciativa revolucionária). A insuficiência do modelo castelista de repressão foi superada e somente por essa via foi possível combater o “avanço comunista”.

O AI-5 foi o golpe dentro do golpe (REIS, 2005). A partir dele os mecanismos de combate visando o abrandamento da ditadura foram impensáveis. Além das restrições às liberdades e toda a discricionariedade do Estado, Costa e Silva foi o responsável por criar as condições que deram suporte à operacionalização da cruel e impiedosa Operação Bandeirante (OBAN), o laboratório que redefiniu as concepções de informação, inteligência e repressão. A partir da experiência da OBAN reproduziram em vários estados um modelo parecido, os famosos e temidos DOI-CODI.

3.3 OPERAÇÃO BANDEIRANTES:

Não conseguiremos falar sobre a proliferação da repressão brasileira nos chamados anos de chumbo sem analisar a consolidação do sistema DOI-CODI. Podemos de fato chamar de sistema, pois possuía método e teoria agindo conjuntamente, pautados por uma racionalidade cruel e pretensamente científica. É precisamente essa racionalidade que tentaremos encontrar na fala de Perdigão, uma tarefa exaustiva e infundável, mesmo que às vezes produzidos para oferecer muita clareza, documentos históricos são recheados de lacunas e as limitações da análise não são exclusivas da documentação, mas também do próprio historiador, por isso, não podemos exigir inteligibilidade absoluta e qualquer pretensão de esgotamento da fonte em busca dessa racionalidade não será possível (SKINNER, 2002).

Certamente, não podemos entender a dimensão do sistema DOI-CODI sem analisar seu modelo inicial. A experiência em São Paulo deu resultados positivos nas avaliações militares e em pouco tempo ganhou prestígio e poder perante a temida comunidade de informações. O

²⁷ Daniel Aarão Reis considera que o segundo semestre de 1968 já demonstrava sinais de recuo no movimento estudantil e que apenas uma minoria mais radical estava disposta a colocar sua vida em risco visto a perseguição violenta a que o movimento estava submetido (REIS, 2005). Sobre a permeabilidade das esquerdas no cenário político brasileiro Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis são enfáticos nesse sentido: havia um claro distanciamento entre a esquerda revolucionária e a sociedade brasileira. A esquerda organizada não se desmobilizou, mas nunca teve o tamanho e a permeabilidade que sugere a monografia de Perdigão.

laboratório: São Paulo. A experiência: centralização das forças de inteligência. O modelo: OBAN. A justificativa: instantaneidade e poder de fogo. Assim se aprofundou o enrijecimento do regime e o terrorismo de Estado no Brasil, e se criou também o modelo de combate à subversão imitado por praticamente todo o país. Para Mariana Joffily o nascimento da OBAN está profundamente ligado ao estabelecimento de um esforço conjunto dentro da cidade de São Paulo que somou os órgãos de segurança pública tradicionais e a dimensão policial que as atividades militares tomaram a partir do golpe de 1964.²⁸

O poder de autoproteção das instituições militares foi colocado à prova diante da opinião pública e derrotado. Ao contrário do caso do carro bomba que vitimou Mario Kozel Filho em 26 de junho de 1968, Perdigão considerou vitoriosa (tática e estrategicamente) a ação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Apesar da morte do soldado na ocasião e o ferimento grave de outros seis, em sua avaliação o real objetivo dessa ação não foi alcançado, diferentemente do caso Lamarca. Para além dessa comparação, no caso do carro bomba o Exército não tinha nenhum indício para prever tal investida, o roubo das armas de Quitaúna torna-se ainda mais ofensivo, precisamente, por naquele momento a Polícia do Exército (PE) ter condições (caso possuísse o aparato de inteligência necessário) de conter a ação. Essa desonra profunda é relatada na apreciação de Perdigão:

Convém citar, para esclarecer, o episódio Lamarca. No dia 23 de janeiro de 1969, através de uma denúncia, soube-se que nos arredores de S. Paulo, elementos desconhecidos estavam pintando um caminhão com as cores do Exército.

Os elementos que participavam desta operação foram presos e encaminhados para a Polícia do Exército. Mas a falta de experiência, informações e de operações de informações, não levou a nenhum resultado prático.

Carlos Lamarca, em combinação com os elementos presos pela PE, tencionava, no dia 25 de janeiro, domingo, roubar o maior número possível de armas e munições do então 4º RI, o regimento onde ele comandava uma Companhia. Para tanto, contaria com o apoio do Sgt Darcy Rodrigues, que já pertencia a uma organização terrorista, e que neste dia se encontrava de Cmt da guarda.

²⁸ A documentação profundamente analisada por Joffily permitiu concluir que antes de uma sistematização vinda direta dos gabinetes ministeriais e presidenciais uma outra experiência foi preponderante para o sucesso da consolidação do sistema DOI-CODI. A centralização das informações passou a se concretizar na Segunda Seção (informações) do II Exército em São Paulo, antes da criação da OBAN, a partir da ousada investida do então Capitão Carlos Lamarca contra o Exército no evento do roubo das armas em sua Kombi, ainda que na data alguns de seus companheiros tenham sido presos e dali a inteligência militar não tenha extraído informação suficiente para evitar a ação: “A necessidade de poder contar com um órgão que agisse de maneira dinâmica e coordenada para combater os inimigos do regime militar, particularmente as organizações de guerrilha urbana, foi sentida de forma aguda num episódio que representou uma profunda desonra para o Exército: a deserção do Capitão Carlos Lamarca do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna; e o roubo concomitante de armas e munições da Companhia, em 25 de janeiro de 1969”(JOFFILY, 2008: 27).

Para a ação utilizariam o caminhão que estavam pintando. No interior do paiol do 4º RI, o soldado Zanirato e o cabo Mariane, também, adeptos de Lamarca, já se encontravam preparando o armamento e munição que seriam roubados.

Com a prisão dos elementos pela PE, Lamarca antecipou sua ação para o dia 24 de janeiro, sábado, utilizando uma Kombi de sua propriedade e roubando os FAL e a munição existentes na sua companhia. Mesmo com a prisão antecipada de vários elementos que participavam da operação, não foram obtidas as informações necessárias para neutralizar esse ato criminoso. Todos foram surpreendidos com o êxito da operação empreendida pelo então Capitão Lamarca” (PERDIGÃO, 1978: 5).

Como as Forças Armadas poderiam apresentar à população brasileira um plano de contenção e eliminação das organizações de esquerda, sobretudo aquelas envolvidas com a luta armada, ao passo que não conseguiam proteger seus próprios quartéis? O caso do roubo das armas em Quitaúna foi talvez o mais intragável ato da guerrilha, precisamente por colocar em evidência as fragilidades do sistema de defesa e da política de segurança interna proposta pelos generais. Perdigão expõe essa fragilidade e reafirma a necessidade da centralização das informações para que as FA tivessem condições de organizar a repressão, reagir energicamente contra a VPR bem como outros grupos revolucionários armados (até por revanchismo) e providenciar o combate contra a atividade psicossocial, que nesse caso, demonstrava que já havia atingido as instituições militares.

Para sustentar sua tese, Perdigão desconsidera por completo o treinamento militar a que foram submetidos os companheiros de Lamarca, dois jovens subalternos na hierarquia militar, mas que serviam em um regimento de infantaria. Como nos evidencia Martha Huggins em seu livro *Operários da Violência: Policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras* de 2006 o treinamento militar no Brasil era rígido e em muitos pontos desumano, contava com torturas e situações de pressão que exigiam que fosse forjado um soldado capaz de suportar intensos suplícios para cumprir as tarefas e atividades de segurança.²⁹

Outra questão interessante é que Perdigão não aprofunda, nem investiga que tipo de técnicas foram usadas nos interrogatórios dos presos na PE, apenas afirma que não foi suficiente pela falta de racionalidade nas operações de investigação, um problema administrativo (baixa capacidade dos órgãos de inteligência e segurança para usarem as possibilidades de maneira

²⁹ É necessário frisar que a pesquisa de Huggins se concentrou na formação de Polícias e como se transformaram em esquadrões da morte, mas o treinamento dessas polícias tem origem nos treinamentos de soldados das FA. “Embora o objetivo operacional do treinamento da academia fosse ensinar futuros policiais militares a como funcionar em “condições de combate” como na guerra, o que dava a esse treinamento sua qualidade militar distintiva era o objetivo operacional subjacente – modelar a obediência. Isso se criava mediante o “trote” físico e psicológico, processo que proclamava e reforçava a posição do treinando como subalterno na organização da Polícia Militar” (HUGGINS, 2006: 278)

institucional) e outro de ordem técnica (não possuíam instrução e preparo para lidar com investigações e interrogatórios que exigissem clareza nas informações no menor espaço de tempo possível). Houve tortura? Por quem os interrogatórios foram conduzidos? Quais condições de confinamento aqueles prisioneiros foram submetidos? Nenhuma dessas perguntas terá respostas a partir da monografia, afinal, a preocupação central é a reafirmação da insuficiência das técnicas e órgãos de informação.

Há ainda um terceiro componente importante: a alta oficialidade viu-se ameaçada pelo poder de articulação de oficiais inferiores e patentes subalternas que contestavam e infligiram grande e vitoriosa campanha bélica contra a instituição, esta que pregava tão rigidamente os princípios da hierarquia e da disciplina. O enraizamento desses componentes na vida militar fora intensamente difundido no período da era Vargas, pois, na história das transformações políticas brasileiras até então, fica evidente a participação ativa de jovens oficiais em processos de renovação política como a instauração da república, as agitações nos anos de 1920, o tenentismo e a própria revolução de 1930, o generalato e a alta hierarquia militar era formada precisamente por personagens que participaram ativamente de algumas dessas insubordinações ou delas foram contemporâneos, por isso a atividade política nos quartéis precisava findar (CHIRIO, 2012).

Associado aos três fatores acima citados, a ação de Lamarca criou um sentimento de revanchismo ainda mais acirrado no interior das Forças Armadas. A honra militar foi ferida, o orgulho da corporação estava em levar à vida civil a capacidade de organização e defesa da ordem que apenas as instituições militares julgavam-se capazes de oferecer. A partir dessa insubordinação, outro perigo iminente se apresentara de maneira clara: a guerra psicossocial se instalara nos quartéis. Era preciso combater as dissidências políticas no interior das FA e fazia-se, radicalmente necessário, expurgar, eliminar, trucidar a infiltração comunista dentro da caserna. Na esteira do acontecimento o perigo vermelho mostrou-se capaz de empreender ação revolucionária direta, e naquele momento já apresentando possibilidade de adentrar à terceira fase da GR difundida nos manuais esguianos (LAGÔA, 1983).

Na sequência do roubo das armas e munições grande campanha de inteligência e operações foi instaurada em São Paulo. De acordo com Joffily, nos meses seguintes muitos quadros da VPR, Ação Libertadora Nacional (ALN) e Ação Popular (AP) foram capturados. O sucesso dessa operação se deu pela rede de cooperação criada entre os órgãos de segurança pública (agora também militares), que no contexto da cidade de São Paulo centralizaram as informações, agindo de maneira rápida e violenta contra a esquerda (não somente, mas sobretudo) armada. Isso foi possível, pois a reação do II Exército se concentrou em fortalecer a

segunda seção (Informações ou E2) e colocar sob seus auspícios o combate às guerrilhas urbanas da SubÁrea de defesa interna (SADI) que abrangia a cidade de São Paulo (JOFFILY, 2008).

Após muitas quedas de membros das organizações clandestinas, a bem-sucedida experiência paulista (aos olhos dos militares) chegou a Brasília, houve o Seminário de Segurança Interna que reuniu um conjunto de órgãos do governo federal e governos estaduais (FON, 1979)³⁰. Estavam ali postas as bases de criação da OBAN (JOFFILY, 2008). O momento conhecido como “anos de chumbo” é marcado pela repressão violenta, organizada, sistematizada e compartimentada, esse período assistiu à consolidação de um aparelho repressivo de amplitude nacional, mas que trabalhava e funcionava levando em conta as particularidades regionais e locais, os DOI-CODI.

Devemos observar que (diferente do que nos indica Perdigão) é que esse sistema se consolidou na experiência da OBAN, mas a intenção de universalizar a caçada aos comunistas não era nova, o Estado brasileiro já sinalizava tal tentativa, as disputas internas, interesses políticos e diversidade de pensamentos foram responsáveis pela não instauração – até então – de uma política de segurança interna totalmente centralizada. A título de exemplo podemos citar a criação do SNI:

“O Sistema nacional de Informações não é meramente um aparelho repressivo sofisticado, no sentido policial da palavra. Ele faz parte de toda uma estratégia global, que nasce nos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional, que, pelo menos teoricamente, inspira os rumos políticos do país desde março de 1964” (LAGÔA, 1983: 11)³¹

O que precisamos que fique claro é que os DOI-CODI não advém de uma necessidade real, mas sim de um projeto político de poder através da sujeição de corpos e mentes. O domínio total era a finalidade última dos radicais. Podemos perceber que a divergência entre aqueles que

³⁰ “Todos os secretários de segurança pública, comandantes das Polícias Militares e os superintendentes regionais da Polícia Federal, sob orientação do então Ministro da justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva, e do General Carlos Meira Mattos chefe da inspetoria geral das polícias militares” (JOFFILY, 2008: 30)

³¹ A Doutrina de Segurança Nacional citada por Ana Lagôa fundamentou a gestão do Estado pelos militares. É a partir dela que nascem as perspectivas de tomada, ocupação e manutenção do poder. Destacamos dois desdobramentos importantíssimos que atuaram diretamente na repressão brasileira em conjunto ao AI-5: Lei de Segurança Nacional (LSN) e Conceito Estratégico Nacional (CEN). Podemos afirmar que esse conjunto proporcionou as ferramentas necessárias para a implementação do poder discricionário concedido, por exemplo, à comunidade de informações. O aparato jurídico para as perseguições estava prescrito exatamente lá, existiam além disso outros atos institucionais, alterações em leis vigentes e ferramentas administrativas, mas esses orbitavam a LSN e o AI-5. Sua orientação ideológica era o CEN de 1969 (concepção de Estado, perspectivas para o futuro, ideia de desenvolvimento, papel do governo militar e etc). Esse tripé ideológico/normativo da repressão (AI-5, LSN e CEN) tem seu gérmen na DSN gestada ao longo de pelo menos uma década nos bancos da (ESG) Escola Superior de Guerra (LAGÔA, 1982).

acreditavam que apenas em um quadro de insurreição aberta deveria o Estado brasileiro utilizar seu poder coercitivo militar abertamente (geralmente interpretados como castelistas) e aqueles que pensavam que o aparelho repressivo deveria se dispor totalmente imerso também no combate ao modelo de guerra que se apresentara como novidade e anterior ao combate regular propriamente dito (linha dura) perdurou por todo o período em que a política de segurança interna tinha como ferramenta principal a comunidade de informações. Essa, por conseguinte, agia retroalimentando constantemente a necessidade de sua presença e de suas ações.

A (OBAN), foi apresentada em 1 de junho de 1969 ao público, concentrando diversas forças e interesses. Aglutinou empresários, militares e políticos alinhados com a ditadura, criando um ambiente de cooperação conjunta para a execução do aparato repressivo, contando, especialmente, com contribuições de empresários interessados em manter o melhor ambiente possível para os negócios (JOFFILY, 2008). Com o orçamento complementado com contribuições de grandes empresários, a participação civil no combate à subversão foi além da cooptação e propaganda, mas sim a articulação de interesses múltiplos que iam além dos princípios ideológicos castrenses (JOFFILY, 2008).

Projetando seu estabelecimento mesmo na condição imprecisa de institucionalização, a OBAN passou a ocupar parte da 36ª delegacia de polícia na Rua Tutóia, em São Paulo, ali naquelas dependências foram registradas algumas das mais dramáticas denúncias contra os direitos humanos. As violências perpetradas por agentes não eram casos isolados e muitas vezes deixaram nome, patente e cadeia de comando.

Apesar de toda a formalidade burocrática a OBAN viveria sempre na fronteira entre legalidade e ilegalidade. Entre orientações presidenciais, diretrizes de conselhos, portarias e definições de comando a OBAN viu-se em uma posição que raramente constatamos na organização do Estado, sobretudo, dentro das FA: um excessivo grau de autonomia administrativa e financeira. Esse lugar pouco definido institucionalmente dava margem para atuação que ignorava direitos e dessa forma protegia os membros da comunidade de informações contra denúncias e processos na justiça comum e militar.

A própria adoção de nomes fictícios (codinomes) era uma orientação para despersonalizar o terror a que eram submetidos militantes de esquerda, dificultando assim a identificação das personagens envolvidas em casos de tortura. Assim se firmaram as atividades da comunidade de informações, repousando no controverso espaço de legalidade que utilizava de meios ilegais muitas vezes para alcançar seus objetivos:

“O funcionamento da Operação Bandeirante repousaria permanentemente sobre essa dicotomia Legalidade/Illegalidade, o que lhe conferia dinamismo e flexibilidade em suas atividades repressivas. Em outras palavras, no que diz respeito aos seus fundamentos, o órgão estava ancorado na sólida estrutura do Exército, contando com todo suporte das mais altas patentes. Os métodos empregados – tortura, invasão de domicílio, assassinatos – eram ilegais mesmo dentro da lógica da legislação autoritária erigida pelo regime militar, entretanto, utilizados com aquiescência dos superiores hierárquicos, embora não assumidos publicamente, pelo desgaste que tal opção acarretaria à imagem das Forças Armadas e do Governo” (JOFFILY, 2008: 34).

Quando confrontados apelavam para o rigor da lei. Profundamente genérica era a Lei de Segurança Nacional e em conjunto ao AI-5 (que por exemplo permitia a incomunicabilidade do detido por meses e a suspensão do *Habeas Corpus*) acabavam por criar um ambiente profícuo para a execução de violências, visando a produção de informações que levassem a operações de desmonte das atividades “subversivas” no menor espaço de tempo.

Sendo assim, dois componentes tiveram especial destaque na Política de Segurança Interna daquele momento: velocidade e centralização. A OBAN difundiu a ideia de ser possível alcançar ambos desde que abruptamente limitadas as liberdades individuais. Em nome de maior velocidade na obtenção de informações, um conjunto de procedimentos jurídicos permitiam arbitrariedades como a detenção por suspeição ao longo de dias. O critério de eficiência adotado pela comunidade de informações, seguindo os princípios das diretrizes de segurança interna, foi precisamente a capacidade de coleta de informações de maneira rápida (JOFFILY, 2008). A instantaneidade era o pilar da repressão e o uso coordenado da informação entre as forças de segurança seu método de combate e assim:

“o êxito do aparelho de segurança interna do Brasil passou a basear-se na obtenção das informações de um prisioneiro da maneira mais rápida possível, de modo que as forças de segurança pudessem caçar ‘terroristas criminosos’ potenciais antes que mudassem de local” (HUGGINS, 1998: 192-193).

3.4 O BINÔMIO DOI-CODI

As flexibilizações na legislação (já autoritária) em 1968 e a aquiescência dos gabinetes do Planalto foram os responsáveis pela execução da máquina repressiva que implantou o período conhecido por “Anos de Chumbo” e o sistema de defesa interno ganhou na inauguração da OBAN um formato final. O laboratório de pesquisa da repressão brasileira foi as ruas. Os manuais esguianos instigados e influenciados pelas teorias de guerra contra insurrecionais francesas (CHIRIO, 2012) e a injeção de recursos e treinamento dos sistema repressivo através

da formação de polícias financiado pelos Estados Unidos da América (HUGGINS, 1998), associados à prática da violência sistemática da política brasileira que dispensava treinamento no que concerne a técnicas e aplicação de torturas (GORENDER, 1987) foram, paulatinamente, ano após ano desde 1964 sendo testadas, refinadas e redimensionadas.

A instauração do sistema DOI-CODI não aconteceu em função da necessidade de aprimorar o combate, podemos perceber que a sedimentação da comunidade de informações constatada na proliferação dos DOI-CODI está diretamente ligada à organização política que a caserna conseguiu concentrar a partir de 1968 ao enrijecer o sistema e aliviar as tensões entre as diversas dissidências, sobretudo, aquela entre castelistas e a primeira Linha Dura, precisamente, por dispor mais recursos que fomentaram a aplicação de violência sistêmica contra os inimigos da “Revolução”.

3.4.1 DO NOME À FAMA

A sigla DOI-CODI ganhou interpretações ao longo do tempo bem diferentes daquela que Perdigão projetava. A negação institucional das violências cometidas em nome do combate ao avanço comunista não foi suficiente para evitar que a popularização dos DOI-CODI se desse de forma negativa no imaginário brasileiro: é quase imediata a identificação do órgão com violência e tortura.

É interessante também notar que a sigla se popularizou absorvendo duas repartições em uma só, e mesmo quando consideradas em separado, o subordinado acabou por levar o prestígio do prefixo: o DOI era uma repartição filiada ao CODI e não o que a sigla indica. Antônio Carlos Fon como Mariana Joffily e Martha Huggins fazem igualmente essa observação, a preponderância da sigla DOI sobre o CODI não nos revela seu modelo organizacional, mas sim sua verdadeira essência. Institucionalmente, a cadeia de comando nos é apresentada por Perdigão de forma rígida e dá a entender que existia uma atuação pautada pelo princípio da disciplina hierárquica, no entanto, até mesmo a difusão da fama dessas instituições sugere o contrário.

Ainda que pareça superficial, essa análise sobre a composição da sigla DOI-CODI pode se mostrar reveladora, aqui trabalharemos com a hipótese de que essa composição da nomenclatura pode não ter sido intencional, mas veio muito a favorecer o discurso auto histórico sobre a ditadura militar, na medida em que sendo um órgão subordinado, as ações da repressão denunciadas desde o início da ditadura se vincularam quase exclusivamente a esses órgãos ao longo do tempo, sobretudo aos DOI e acaba por afastar a alta oficialidade (em especial

ministros e generais presidentes) das violências cometidas pelo Estado além de reduzir a verdadeira amplitude da comunidade de informações.

Sendo assim, as acusações de violências, torturas e assassinatos puderam ser consideradas – dentro de um determinado discurso – como distorções na cadeia de comando, fruto daquele poder informal, paralelo e supostamente marginal que a comunidade de informações obtivera ao longo de sua história, ocorre algo semelhante com o SNI quando Golbery em avaliações posteriores denomina sua obra prima como um “monstro” (LAGÔA, 1983), no entanto, apenas se manifesta assim quanto ao SNI quando as degenerescências e a hipertrofia ficaram evidentes, e em uma tentativa malograda ele tenta desvincular sua figura à da agência.

Antônio Carlos Fon – talvez intencionalmente – ao longo de sua pesquisa (de inegável e profunda contribuição) recusa-se a utilizar a sigla como fora difundida, prefere escrever CODI-DOI. Podemos supor que buscava evidenciar essa característica: a repressão funcionava em uma via de mão dupla, dos gabinetes de Brasília ao centro da engrenagem e vice-versa. Ao superestimarmos as funções do DOI, o elo entre o centro da engrenagem e a presidência da República é ofuscado, o CODI é o primeiro degrau superior ao DOI nessa hierarquia e para além do papel de canal de comunicação era também a burocracia de planejamento e análise das ações repressivas, antes da fase de operações havia o planejamento e ali conciliavam diversos interesses, autoridades, patentes e representantes dos poderes econômicos.

A imprecisão das ações do CODI facilitou essa absorção da preponderância do centro de operações em detrimento do centro de planejamento. O fato é: apesar de ilustrar bem o DOI enquanto “centro da engrenagem” (JOFFILY, 2008) essa composição da nomenclatura falha por desviar das investigações as ligações entre a repressão ilegal (torturas e assassinatos) da repressão legal (o controle burocrático do aparato repressivo), dividindo as funções e elencando o primeiro como distorções e o segundo como mecanismo da burocracia para através da racionalidade prestar um serviço em favor do fortalecimento dos ideais e projeto de Brasil propostos pela “Revolução de 1964”.

Inegavelmente o “centro nevrálgico das operações” – coordenação de execução – (JOFFILY, 2008: 35) se concentrava nos DOI, no entanto, é no CODI que o planejamento vai ser delineado, as diligências e operações vão ser ali definidas, até mesmo por que é o comandante do CODI que se reportava diretamente ao comandante do Exército da Área. A política de segurança interna era repassada nessa escala.

Finalmente, o que sugere o DOI como detentor do monopólio da violência é exatamente a não exclusividade de perpetração de violências por agentes de segurança ligados ao DOI, mas

que estavam sob seu comando: muitas vezes, membros do CODI, CISA, CIE, CENIMAR, DOPS, Polícia Civil e Militar e até mesmo civis participavam ativamente das seções de tortura, assassinatos e ocultação de cadáveres³².

O que desejamos é, assim como Fon, reafirmar a presença de uma cadeia de comando, que permitiu o desenrolar das atividades dos DOI-CODI; o suposto poder paralelo atribuído à central de operações da comunidade de informações só foi possível, precisamente, por que a cadeia de comando assim o permitiu, além de beneficiários do terror promovido pelos radicais dos órgãos de inteligência, foram colaboradores, quando não produtores das condições de aplicação dessa modalidade de repressão. Aqui faremos um exercício complexo, talvez, impossível: investigar o CODI e o DOI em separado, à medida que a documentação analisada nos permita.

3.4.2 CODI - CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA

O Centro de Operações de Defesa Interna era seção das Forças Armadas implantado de acordo com a alegada necessidade dos comandantes em nome da proteção de cada território militar – Área de defesa interna (ADI), Zona de defesa interna (ZDI) ou Subárea de defesa interna (SADI) – cada uma dessas divisões – “espaço terrestre sob a jurisdição de um exército ou comando militar de área, para efeito de segurança interna” (PERDIGÃO, 1978: 8) – Visava repartir a atuação repressiva das Forças Armadas de acordo com o método de atuação dos movimentos “subversivos”, sua abrangência e suas especificidades.

A institucionalização dos CODI é mais um dos casos em que a repressão se beneficiou de procedimentos endógenos às FA para se fixar. Existia um poder discricionário que não apenas agia fora da lei (com torturas e assassinatos), mas que também se manifestava como autonomia administrativa e extralegal, nesse caso a institucionalização de um órgão de atuação direta na vida política e social brasileira que não fora instaurado por força de lei. Demonstrando mais uma fragilidade do sistema político brasileiro e evidenciando seu caráter autoritário.

³² Sobre a participação de civis nas sessões de tortura ver o caso de Henning Albert Boilensen. Para Antônio Carlos Fon, a introdução de uma máquina de tortura entre os métodos utilizados pela ditadura foi feita pelo industrial dinamarquês radicado no Brasil, chefe do grupo Ultra e presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Esse aparelho ficou conhecido como “Pianola Boilensen”, nas palavras de Fon: “A ‘Pianola’ tem um teclado, como os instrumentos musicais, que, ao serem premidos, fornecem uma descarga elétrica em escala crescente.” (FON, 1979: 79). Além disso no documentário *O Cidadão Boilensen* Fon afirma que ele (o empresário) pagava para além de financiar, assistir sessões de tortura.

Suas competências eram: realizar o planejamento da defesa interna, controlar a aplicação do planejamento, operar as informações, coordenar o uso dos recursos e fazer a ligação entre comandantes e comandados (PERDIGÃO, 1978: 10). Tais competências eram compatíveis com a sua condição de Estado Maior, ou seja, o assessoramento e coordenação conjunta das três armas. O que elenca o Exército como a arma responsável pelo CODI é o seu comando, já que é organizado no escalão terrestre considerado (ZDI, ADI e SADI).

O CODI foi dividido em três seções: Central de informações, Central de Operações e Central de Assuntos Cíveis³³. A constituição de cada central estava diretamente ligada à especialização em determinado assunto. A central de informações concentrava agentes especializados na área de inteligência, mais especificamente a segunda seção “2” de cada arma, o mesmo para a central de operações, em que se concentravam especialistas da terceira seção “3” (operações) e na central de assuntos civis a quinta seção “5” de planejamento.

Uma peculiaridade da Central de informações é que dentro dela estava o Destacamento de Operações e Informações – DOI. Dentre as três, era a única central que contaria com o apoio especializado de um destacamento que visava maior autonomia, velocidade e poder de execução das operações. É precisamente essa substancial particularidade que dá ao DOI bastante mobilidade e flexibilidade operacional.

Característica importante dos CODI é sua conexão direta e ativa com elementos da sociedade civil e sua organização hierárquica diretamente subordinada aos escalões superiores. Se tratando de civis, um artifício utilizado por todos os conselhos militares citados por Perdigão para dar espaço de participação de outras entidades interessadas nas atividades repressivas foi abrir a prerrogativa institucional do “quando convocados”, ou seja, dentro dessa estrutura, existia a possibilidade de participação e assessoramento de diversas entidades que pudessem fortalecer o sistema prescrito para a defesa interna ainda que não fossem órgãos estritamente de segurança pública ou militares.³⁴

A ponte que ligava o terrorismo de Estado à presidência da República era longa e essa distância entre os gabinetes e os centros de tortura acaba por sugerir aquela diluição da cadeia de comando, que em última instância, supostamente criara o poder marginal e a quebra de

³³ Essa é uma das diferenças e aprimoramento entre a OBAN e os CODI. De acordo com Mariana Joffily, a Central de Difusão passa a se chamar Central de Assuntos Cíveis, apesar de parecer menos acionada ou até mesmo menos importante, era a partir dessa central que o financiamento, bem como a imagem pretendida dos DOI-CODI seria construída. Vale lembrar que a propaganda de guerra era uma das partes identificadas como pressupostos da GR, logo, era de substancial importância que também na atividade psicossocial fosse empreendido esforços pelas FA.

³⁴ Essa questão acaba por fortalecer a tese de que a participação civil na repressão não fora tangencial, ao contrário, conciliava interesses diversos, inclusive aqueles demonstrados por René Armand Dreyfuss, em que a burocracia estatal ditatorial era financiada e apoiada por determinados setores econômicos beneficiários diretos do autoritarismo.

hierarquia nos aparelhos diretos da repressão. Quando analisamos as atividades dos DOI como um círculo fechado de violências somos instigados a trilhar esse caminho, precisamente, por essa cadeia de comando não ser tão facilmente percebida. Entretanto, essa narrativa se desfaz ao analisar diversos documentos, entre eles, esse que nos interessa, a monografia.

Perdigão expõe como a prescrição repressiva deveria atuar e contra quem. Sobre a comunidade de informações acabou por se difundir a ideia de uma hipertrofia evidente dos DOI-CODI e quando muito do SNI. Na verdade, essa hipótese acaba por mascarar toda uma rede que vai além dos centros diretos de tortura (em especial casas da morte, DOI-CODI, DOPS, CISA, CIE e CENIMAR).

A comunidade de informações, enquanto instituição, eminentemente militar, sem sombra de dúvida ganhou “ainda sob a ditadura, no espírito dos militares, status simbólico de arma” (CHIRIO, 2012: 176), e enquanto instituição governamental, em uma gestão rigorosamente militar, em que poucos setores estratégicos do Estado não estavam à frente representados por oficiais das três armas, a comunidade de informações se assemelha a uma secretaria subordinada ao Presidente, na prática, ganha *status* ministerial e ao longo de sua argumentação, Perdigão deixa explícito que o DOI era um componente dessa organização maior, esse Ministério da Informação, que trabalhava árdua e fielmente seguindo as orientações desse central/informal órgão irradiador da Doutrina de Segurança Nacional.

3.4.3 DOI – DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES

O DOI era a entidade operacional da repressão do CODI. Sua atuação ficou conhecida pelo grau de atrocidade que esse aparato repressivo era capaz de proporcionar. Em especial, o DOI de São Paulo ficou famoso tanto pelo seu elevado uso de técnicas de tortura, quanto pela eficiência exposta no combate à guerrilha urbana. O DOI de São Paulo também entrou em evidência, pois, a guerrilha urbana se instalou naquela cidade estrategicamente e os principais eventos relacionados a ela tiveram São Paulo como palco.

Como acima comentamos, essa fama dos DOI, em certa medida não corresponde à realidade, em primeiro lugar por executar uma política de segurança nacional que era interesse de diversos grupos, depois por essa autonomia aparente ter conferido a ele fama quase exclusiva no que concerne ao uso de violências e maus tratos, sem levar em consideração que a repressão era toda uma máquina construída ao longo de experiências, tentativas, erros e acertos, além de contar com diversos outros órgãos (que compunham a comunidade de informações) e

finalmente por que os efeitos visíveis da degenerescência de agentes e instituições estatais terem se enraizado profundamente naquela região, como os esquadrões da morte e os atentados que visavam causar terror para justificar a permanência da estrutura repressiva, atribuindo tais ataques à esquerda brasileira.³⁵

A organização do DOI pouco se diferenciou da OBAN, o critério que os diferenciava é a institucionalização do segundo, frente à temporalização específica da primeira. Até o nome de ambos direciona essa interpretação, já que a OBAN era uma operação para um fim, pressupondo um tempo específico de ação ou, pelo menos, uma atividade já determinada (extrapolou sua razão de ser inicial, mas sua criação veio em resposta ao assalto do quartel de Quitaúna).

Já os DOI, enquanto destacamento, mostraram que o Exército dispunha de uma força pronta e institucionalizada para enfrentar diversos problemas dentro de um quadro geral, podendo retalhar a repressão em diversas operações e precisamente essa diferença intrínseca à natureza de cada órgão que justifica sua institucionalização, afinal, a permanência, constância e perpetuação das atividades repressivas era a intenção final de Perdigão em sua pesquisa. Na prática, podemos tratar a OBAN como também um órgão (apesar de sua não institucionalização formal), pois, acabou por transitar de uma operação a um destacamento. Devemos perceber que a experiência gerou um modelo de gestão da violência e da informação bastante eficiente e, principalmente, reprodutível, nesse caso também mutável, de OBAN para DOI-CODI ExII.

Em termos operacionais, o DOI se beneficiou muito em relação a OBAN, pois, ganhou em número de agentes, receita, permeabilidade nacional na política de segurança interna, instalações físicas mais preparadas, armamento, comunicação e mobilidade. Ou seja, houve um redimensionamento de sua estrutura, mas em essência, a organização mantinha a lógica operacional da OBAN.

³⁵ É bem verdade que com a instauração dos DOI-CODI, o centro da engrenagem da máquina repressiva acontecia, especialmente, ali. O interrogatório preliminar não era apenas uma etapa da repressão, mas talvez sua principal base de operação, era através dele que boa parte da investigação e do indiciamento era possível, sendo assim, haviam duas operações centrais ligadas à produção de material oriundo do interrogatório preliminar “angariar informações para chegar a novas prisões e assim sucessivamente [...] e transmitir ao DOPS material suficiente para que o declarante fosse indiciado” (JOFFILY, 2008: 119). A centralidade do interrogatório preliminar para as ações repressivas foi exaustivamente investigada por Mariana Joffily, seu trabalho ímpar nesse sentido, nos dá uma visão mais refinada sobre o método de atuação da comunidade de informações não só pelas sessões de interrogatório, mas em como as informações eram armazenadas, depuradas, utilizadas e repassadas a outros órgãos de inteligência e investigação.

3.4.4 EFEITOS DAS DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS PARA A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES

Aos oficiais da comunidade de informações, em sua maioria, restou ao final da ditadura o ostracismo silencioso imposto pela caserna³⁶. As declarações oficiais buscaram ofuscar a presença dos DOI-CODI e quando alguma voz manifestava defesa pública, geralmente, era feita por militares diretamente envolvidos na repressão ou que davam suporte para as ações da temida comunidade de informações como o caso de Carlos Alberto Brilhante Ustra, Ednardo D'Ávila e Silvio Frota.

Perdigão nos dá pistas para entender como os DOI chegaram a tal protagonismo, nos mostra também até que ponto esse modelo de militarização das atividades policiais foi o responsável por criar instabilidades que levaram o sistema DOI-CODI à exaustão e seu posterior colapso. Esse modelo de ação policial em nome da segurança interna provocou em sua fase final aquilo que Martha Huggins definiu como degenerescência das polícias e até mesmo mercantilização de suas atividades para fins particulares.

3.4.4.1 DESCOMPRESSÃO AUTORITÁRIA: A DEFESA DA AUTOIMAGEM

Essa façanha em poucos anos (institucionalização, ascensão, apogeu e queda) do sistema DOI-CODI é algo ainda muito instigante nos estudos sobre a atuação repressiva da organização militar. Aparentemente, em sua implementação a OBAN e os DOI-CODI corresponderam satisfatoriamente para aquilo que foram criados – a aniquilação dos movimentos armados de esquerda – por esse motivo ganharam grande prestígio tanto entre a comunidade de informações quanto com o ditador mais repressivo da ditadura militar, Emílio Médici, mas nem mesmo Médici toleraria o desgaste da imagem das FA e do governo brasileiro que tanto empenhara em construir, é em seu governo que “as campanhas da agência de propaganda governamental, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), estão no auge” (CHIRIO, 2012: 168).

³⁶ Nenhum membro da comunidade de informações foi sequer julgado por seus crimes. A anistia brasileira proporcionou talvez o maior festival de impunidade conjunto da história brasileira. Ainda que o governo brasileiro tenha dado o benefício da impunidade a todos os colaboradores, torturadores e assassinos, os membros da comunidade de informações acabaram por acumular sentimentos de traição e abandono. A ampla maioria não galgou os degraus mais elevados da oficialidade e passaram para a reserva com sentimento de incompletude da carreira. Esse ressentimento pode ser observado nas entrevistas tanto do livro *A volta aos quartéis* quanto no livro *A direita explosiva no Brasil*. Ambas produções tiveram acesso a membros da comunidade de informações e suas impressões sobre o passado. Mas principalmente, sobre a abertura deixam claro o descontentamento frente ao esquecimento que foram submetidos. Ao não verem seu esforço e sua dedicação ao trabalho lembrados com a heroificação que julgavam merecedores.

Podemos destacar quatro eventos que se encontram numa trama de fundamental importância para a construção do entendimento de como a comunidade de informações agia, a repercussão dos eventos e a atenção dispensada a cada caso. São eles: Para-Sar (1968), Stuart Angel Jones/Zuzu Angel (1971-1976), Vladimir Herzog (1975) e Manuel Fiel Filho (1976). Tentaremos a partir desses casos definir uma linha temporal específica, que vai da consolidação do poder da operacionalidade da comunidade de informações até a gradual perda de sua centralidade nos governos militares.

Como vimos anteriormente, o governo do General Castelo Branco, no período de 1964 a 1967, apesar de indiscriminada violência do Estado, tentou reproduzir a ideia de que o uso da tortura que era acusado o governo não passava de atos isolados em regiões diferentes, como constataria Geisel em sua auditoria, esse posicionamento perseguia o objetivo de camuflar a discricionariedade do Estado e assim afastar a responsabilização da caserna – enquanto instituição – dos efeitos colaterais produzidos por um sistema ditatorial dirigido pelos militares.

Os “anos de chumbo” tem ao final do ano de 1968 seu marco inicial, não coincidentemente, é o período de larga ascensão e atuação da comunidade de informações, a violência vira regra e apesar de frágil, o discurso da defesa da segurança interna e a luta contra o espectro comunista que acreditavam assolar o Brasil se sobrepõem àquele dos efeitos colaterais constatados por Geisel. A violência (publicamente admitida dentro de um pretense grau de razoabilidade, ou seja, as campanhas contra a GR) tornou-se política governamental.

Lutar contra a esquerda armada parecia justificar a caça implacável às organizações consideradas subversivo-terroristas, entretanto, mesmo nesse contexto de ampla repressão, alguns cuidados eram necessários. Os principais deles era elevar o discurso da aniquilação das esquerdas como prática necessária para a consolidação da democracia brasileira através do aprimoramento do espírito democrático de seu povo e não manchar a imagem do Brasil no exterior de maneira que a diplomacia não recebesse repreensões ou cobranças intensas da comunidade internacional.

Quando a violência ofereceu risco a imagem do governo brasileiro os militares mostraram, pontualmente, que tinham a comunidade de informações sob controle. Não foram poucos os casos em que os generais se viram diante questionamentos internacionais sobre sua política interna, na maior parte deles a documentação produzida também para esse fim acabava dando as justificativas necessárias ou pelo menos apaziguava a repercussão do caso. Muito dessa capacidade de administrar institucionalmente os holofotes sobre a violência foi possível também pelo engajamento profundo dos maiores meios de comunicação brasileiros como o

grupo O Globo e Folha de São Paulo (SCHNEIDER, 2013), uma outra dimensão de beneficiários, facilitadores e apoiadores do regime.

O caminho trilhado pelo Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier evidencia como o descuido na execução da repressão poderia ser fatal para o regime e não seria tolerado nem mesmo pela Linha Dura no governo. Do caso Para-Sar³⁷ ao caso Zuzu Angel fica evidente que desde a consolidação da comunidade de informações suas atividades foram acompanhadas de perto pela presidência da República e quando tais ações resultavam em má publicidade do regime a repreensão aos radicais ocorreria. No entanto, é notável que as penalidades sofridas por agentes da inteligência seriam muito aquém daquelas sofridas por civis, oficiais inferiores e subordinados das FA.

No caso Para-Sar, Burnier passara incólume, ou pelo menos assim acreditava. Ao não entender a fragilidade de sua situação, alguns anos depois ele protagonizaria novamente um dos grandes eventos que colocaria em xeque a atuação da temida comunidade de informações: a morte e desaparecimento de Stuart Angel Jones e a repercussão internacional promovida por sua mãe Zuzu Angel.

Em 1971, a estilista de moda Zuzu Angel, mãe do militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Stuart Angel Jones, promoveu o famoso desfile protesto na embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Em uma atitude simbólica e inspiradora, subiu à passarela vestida em trajes negros, representando o luto pelo silenciamento sobre o caso do desaparecimento de seu filho. Lembremos que o corpo de Stuart ainda hoje não foi encontrado e a sua morte bem como as condições de ocultamento de seu cadáver não foram, satisfatoriamente, esclarecidos.

Devido suas conexões internacionais, o prestígio que gozava como estilista e a capacidade de movimentação para o exterior Zuzu Angel promoveu intensa campanha de denúncias que manchava a reputação do governo brasileiro (ou ao menos possuía potencial para tanto). Essa campanha atraiu a atenção dos militares, já que poderia provocar uma grave crise

³⁷ Os capitães Sérgio Miranda de Carvalho e Rubens Marques dos Santos denunciaram as instruções do Brigadeiro Burnier a seus superiores, a ordem era clara: matar civis. Com a intensificação das movimentações de rua em protesto ao assassinato do estudante Edson Luís, alguns radicais acreditavam e temiam uma adesão em massa a essas manifestações, essa constatação veio depois de observarem moradores dos prédios ao redor das ruas em que aconteciam as manifestações deixando cair diversos itens nos policiais que ali estavam no dever formal de garantir a ordem. Nessas circunstâncias Burnier reuniu-se com quatro dezenas de Para-Sar, um grupo tático de elite da Aeronáutica treinado para nas mais adversas circunstâncias executar suas missões de busca e salvamento seja qual fosse o contexto de perigo ou de necessidade de uso de força letal. Entretanto, as instruções repassadas por Burnier ordenavam que os Para-Sar assassinassem premeditadamente civis. Burnier deixara claro que em tempos de guerra era dever do Para-Sar atirar para matar, em caso de guerra civil também, mas adicionou a ideia de que em período de agitações populares deveria também o Para-Sar matar. Essas instruções chegaram aos jornais e ganharam uma dimensão fora do controle de Burnier, em que o governo e o Estado Maior das Forças armadas se viram imersos em um desnecessário desconforto midiático (FON, 1979: 37).

institucional já no governo Médici. O projeto de construção da imagem do país moderno, em desenvolvimento, a popularidade do Presidente e o “Pra frente Brasil” dos anos de chumbo estava ameaçado. Em 1976, em um acidente muito suspeito, Zuzu Angel capotou seu Puma e morreu tragicamente na saída do túnel Dois Irmãos, hoje chamado túnel Zuzu Angel em sua homenagem.

Os efeitos dos dois atos são distintos, mas se complementam: o primeiro exerceu uma forte cisão no seio das Forças Armadas entre Exército e Aeronáutica, o desdobramento dessa querela consolidou de vez a preponderância do Exército na condução do Estado (CHIRIO, 2012: 131), protegido por suas conexões com o alto escalão, a Burnier foi destinado o comando da 3ª Zona Aérea, em contraste aos denunciadores do caso Para-Sar, rigorosamente perseguidos em suas carreiras. O segundo desencadeou a queda de Burnier e sua passagem para a reserva, um caso semelhante ao de Adyr Fiuza de Castro.

Ainda não é clara a circunstância da morte de Zuzu Angel, tampouco de seu filho, mas os indícios e relatos nos deixam a possibilidade de atribuir a operação que desencadeara a morte de Stuart ao CISA³⁸, nas dependências da 3ª Zona Aérea (Rio de Janeiro), comandada à época pelo Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Essas atividades, pensando na autodefesa da ditadura, foram interpretadas também como distorções e apesar de nunca admitidas publicamente pelas Forças Armadas, as repreensões sofridas por Burnier demonstram que a ele foi dispensada a culpa por esse desgaste desnecessário da imagem do regime, novamente.

Ainda no governo Médici o Brigadeiro Burnier perdeu sua capacidade de comando e passara à reserva. Talvez esse tenha sido o principal mecanismo encontrado pelos governos militares para conter as ações dos insatisfeitos e radicais. A forma encontrada por Médici para repreender Burnier seria a partir de então, vastamente utilizada por Geisel ao longo de sua gestão em vários momentos em que a comunidade de informações sugeriu colocar-se contra a presidência e criar situações em que seu governo ficasse em suspeição.

A questão sucessória nos anos de 1970 ganhou grande visibilidade midiática, tanto que “a Censura voltou a proibir a imprensa de tratar da sucessão” (GASPARI, 2003: 25), o mesmo não pode ser dito sobre os quartéis. Uma ala menos radical acreditava que o perigo da Guerra

³⁸ Stuart Angel Jones foi morto sob os cuidados do CISA. De acordo com Álvaro Moreira de Oliveira Filho, capitão reformado da Aeronáutica, ele foi enterrado na Base de Santa Cruz, na cabeceira da pista, local em que poucos costumam frequentar. Na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ), quando confrontado sobre o caso de Zuzu e Stuart Angel, Paulo Malhães, como em boa parte de sua entrevista, divaga de maneira inconclusiva, mas suas palavras nos indicam o envolvimento do CISA:

“CEV-RJ - Lá no túnel Zuzu Angel, um Puma que ela dirigia, que caiu de cima do viaduto na saída do túnel Dois Irmãos ali, em frente a Rocinha.

Malhães – (silêncio) Ao meu conhecimento não chegou (caso de Zuzu Angel), nem o dele(Stuart). O próprio CISA que fez, só pode ter sido o próprio CISA. Cada um arcar as consequências com as suas rebarbas...”

Revolucionária já não era tão evidente, grupo em que se identificava o General Ernesto Geisel escolhido para ocupar o posto central do Planalto. O que ainda é um tanto incompreensível é: por que Médici, considerado um radical, indicara um general identificado com os princípios castelistas, sobretudo, alguém tão próximo do pensamento golberyano?

Podemos dar uma pista, mas não a resposta final. Orlando Geisel, irmão de Ernesto, foi Ministro do Exército em toda a gestão de Médici, o que lhe conferia bastante capacidade de articulação junto ao presidente e a elite militar. Apesar dessa estreita relação familiar Elio Gaspari tenta afirmar recorrentemente a indisposição de Geisel em aceitar indicações que sugerissem que essa ligação parental tenha sido responsável por sua indicação, ao contrário, toda sua ascensão profissional é exclusivamente trilhada por sua excelência. As relações de Geisel com Gaspari ainda precisam de maior investigação, mas podemos sugerir aqui que a formulação da imagem de Geisel por seu jornalista particular faz parte do procedimento discursivo de tornar-se historiador de si mesmo que identificamos através do conceito de auto história.

A despeito das declarações muitas vezes redentoras de Gaspari, não podemos ignorar a excelência militar da formação de Geisel, certamente sua trajetória acalentou radicalismos que outrora não eram suportados, mas o que promove o sepulcro silêncio da caserna frente à sua indicação ainda não é claro. É bem possível que essa aceitação da figura de Geisel tenha sido fruto tanto do momento político favorável em função do “milagre econômico” do governo Médici, o que concedeu ao terceiro general enorme popularidade e o reconhecimento da imagem de Geisel como ilustre profissional da carreira militar:

“Pertencer a determinada facção não constitui o único quesito determinante na atribuição de cargos, nem resume a maneira pela qual os militares concebem a distribuição da legitimidade política em sua corporação: o prestígio profissional, a personalidade do oficial e sua reputação, bem como seu passado político e, naturalmente, sua posição hierárquica, são elementos essenciais.” (CHIRIO, 2012: 171)

A partir da monografia de Perdigão podemos levantar uma terceira hipótese que não esgota, mas sugere algo novo: é bem possível que a indicação de Geisel não tenha provocado fortes repercussões negativas também pelo fato do poder da comunidade de informações estar, de certo modo, tão profundamente amalgamado ao aparato repressivo governamental, ao ponto que poucos poderiam crer que logo nos meses subsequentes à ascensão de Geisel à frente do Planalto as atividades policiais e repressivas efetuadas pelas FA seriam tão dramaticamente afetadas.

Perdigão, identificado com os pressupostos de um segundo momento da Linha Dura apresenta sua monografia em um contexto muito pouco claro na gestão Geisel. Apesar do discurso do general ditador em 1975 indicar sua disposição para fazer a transição rumo à democracia, a campanha da distensão somente fora alavancada a partir de 1978 (CHIRIO, 2012). O aparato repressivo foi largamente utilizado por Geisel até 1977, naquele momento a incerteza quanto a inclinação ideológica de Geisel ainda pairava tanto sobre os movimentos em favor da abertura política quanto entre os radicais da segunda linha dura.

Entretanto, a “traição” contra a comunidade de informações já havia sido declarada antes de sua investida rumo à abertura política. Sua luta contra o poder paralelo dos radicais – que se manifestava muito abruptamente no ente operacional da comunidade de informações – se fez sentir já em 1976. Na sequência dos eventos a seguir, Geisel impôs rígida disciplina a dissidentes mais adeptos ao radicalismo da linha dura: os assassinatos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho.

Geisel era um profundo conhecedor das atividades da comunidade de informações. Em 1957 “foi transferido para a seção de informações do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, onde acumulou a função de representante do Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo” (GASPARI, 2003: 58), para além de sua experiência nas décadas anteriores, devemos lembrar que seu irmão, Orlando Geisel foi o homem da inteligência dos anos Médici e na condição de Ministro do Exército enfrentou o desafio de consolidar uma política eficiente de Segurança Nacional.

A estreita ligação de Ernesto Geisel e Golbery ainda não era evidente aos olhos da Linha Dura no momento da sucessão, muito em função da articulação política de seu irmão Orlando. Essa disputa particular entre os adeptos de Golbery e os de Orlando foi apaziguada pela acentuação do modelo repressivo acima citado: maior liberdade de atuação da comunidade de informações, o que muito agradava a Linha Dura. O SNI de Golbery não perdeu prestígio, ao contrário, ganhou grande presença ao longo da gestão Médici, ao passo que no mesmo momento, a consolidação do sistema DOI-CODI efetivou o poder policesco das Forças Armadas e pôde disputar seu prestígio com a agência de Golbery. A mágica de Médici foi precisamente esta: ainda que com acentuada disputa política entre facções militares foi capaz de colocar tais disputas a serviço da repressão e não contra ela.

Surpreendentemente, Geisel ao assumir a presidência, não indicara seu irmão Orlando a se manter no cargo de Ministro do Exército, indicou o General Vicente Dale Coutinho que não chegou a assumir a pasta em função de sua morte. A indicação técnica mais óbvia para o cargo era então o chefe do Estado-Maior do Exército General Sílvio Frota. Este, era um oficial

forjado sob a égide da disciplina e deixara a crença – ao longo de sua passagem pela política militar – que era amplamente contra o abuso da violência e “forja para si, sob o governo Médici uma reputação bastante duvidosa: a de oficial suficientemente arraigado aos regulamentos e costumes militares para se opor à tortura” (CHIRIO, 2012: 198). Essa inclinação moral de Frota deixou Geisel aliviado, até que o ministro começou a demonstrar elevada simpatia pela comunidade de informações e a defende-la abertamente contra algumas repreensões presidenciais:

“O Incômodo político que Frota representa para Geisel logo se revela. Muitas vezes ele defende publicamente a ação dos órgãos de repressão, principalmente contra as calúnias da mídia, volta e meia comunica suas divergências ao presidente, no que se refere à política externa, às decisões econômicas e às relações entre o Palácio e o MDB. Suas tomadas de posição estão sistematicamente em sintonia com a linha da “direita radical”, mas, até o fim de 1975, ele ostenta uma fidelidade de fachada para o presidente” (CHIRIO, 2012: 199)

O auge desse conflito se manifesta efetivamente na demissão de Frota do cargo. A sequência de oposições do ministro frente ao projeto político definido fica evidente ao longo de sua passagem no governo, mas em especial, sua discordância se dá com a exoneração do comandante do II Exército General Ednardo D’Avila e o chefe do CIE Coronel Confúcio Danton de Paula Avelino em função de mortes dentro das dependências do DOI-CODI II Ex que repercutiram profunda e negativamente sob o governo Geisel.

As atividades políticas de Silvio Frota já eram intensas mesmo antes disso. Sua articulação entre o generalato foi sua marca principal, no entanto, isso não foi suficiente para alijar o poder de Geisel frente ao Alto Comando do Exército (ACE). Aliás o ACE fora acionado por Frota muitas vezes mais que Orlando outrora fizera, “este último só convoca o conselho de generais três vezes por ano, enquanto seu sucessor toma essa decisão dezenove vezes apenas nos anos de 1974 e 1975” (CHIRIO, 2012: 199). Além disso, na ocasião da demissão dos oficiais, Frota convocara novamente o ACE em tom de insubordinação, claramente expressada em sua atitude de não comunicar a reunião ao presidente, quebrando assim a cadeia hierárquica, justamente quando Geisel “faz da luta contra os excessos e indisciplinas dos órgãos de repressão um dos elementos principais da descompressão autoritária” (CHIRIO, 2012: 176).

A repreensão fulminante de Geisel contra a segunda Linha Dura se manifestou nas mortes de Vladimir Herzog³⁹ e Manoel Fiel Filho. No imaginário militar radical a legitimidade nos anos de 1970 não se dava mais pela participação no processo (entendido pelos militares como) revolucionário de 1964 e outras contestações anteriores, mas sim pela atuação no combate direto contra o inimigo, assim entendia essa “direita radical” (CHIRIO, 2012: 204).

Precisamente por esse entendimento, Geisel foi considerado o grande traidor dos ideais revolucionários por essa parcela radical que se instalou, principalmente, na comunidade de informações, o coração do combate ao comunismo (posteriormente, João Batista Figueiredo também teria sobre seu governo esse tipo de avaliação). A distensão de Geisel perpassava pela limitação das atividades da direita radical responsável pela repressão mais acentuada que se manifestava em torturas, assassinatos e desaparecimentos.

Sobre o primeiro caso, o então governador de São Paulo, entre março de 1975 e março de 1979, Paulo Egydio, afirmou ao jornalista Geneton Moraes Neto em 2012, que as autoridades competentes estavam cientes de que não era possível concluir o envolvimento de “Vlado” (como era chamado por seus colegas e parentes) com ações que oferecessem risco à segurança nacional. No entanto, foi convocado a depor no DOI-CODI II Ex. na rua Tutóia.

Sabemos que a última grande resistência armada brasileira foi a Guerrilha do Araguaia e que essa havia sido desmontada no primeiro semestre de 1974, ainda que “62 dos 127 militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que perdem a vida durante a ofensiva foram mortos em 1974” (CHIRIO, 2012: 182), podemos afirmar que a esquerda armada estava tão desarticulada que apenas resquícios finais motivaram a caça a esse grupo restante do Araguaia. Jacob Gorender afirma que as principais lideranças revolucionárias do PC do B haviam sido neutralizadas entre o período de 1972 a 1974 (GORENDER, 1987: 212)⁴⁰. Médici dera sua contribuição no extermínio final da esquerda armada já em fins de seu mandato.

³⁹ A revista *Veja* em 31 de dezembro de 1975, dois meses após a morte de Herzog, registrou o discurso de fim de ano do Ministro do Exército Sílvio Frota. Ali, Frota declarava o irrevogável apoio das FA ao conjunto ideológico de Geisel, afinal o presidente era “o intérprete maior e fiel executor” dos “propósitos renovadores da Revolução de 64”. No entanto, suas ressalvas deixaram escapar a dissidência explícita na corporação. Suas frases finais têm tom de apelo para que, mesmo os insatisfeitos, dessem apoio ao governo. Essa declaração de Frota evidenciou ao público as incongruências entre o Ministro e o Presidente na contramão de suas palavras: “Por isso mesmo, não existirão intrigas nem pessimismos que possam dividir-nos ou abalar nossa lealdade ao chefe de governo”. Ao negar, Frota deixou claro que a dissidência existia.

⁴⁰ Uma das afirmações feitas por Jacob Gorender em sua análise sobre o massacre do Araguaia corrobora a tese de Lucas Figueiredo de que ainda existam arquivos militares secretos sobre a Guerrilha do Araguaia: “Enquanto infiltravam agentes de inteligência na zona conflagrada, treinaram, em absoluto segredo, profissionais especializados em contra-guerrilha na selva” (GORENDER, 1987: 210). O Brasil desenvolveu ao longo das décadas sua especialidade militar, a guerra na Selva. Não é forçoso afirmar que um dos motivos para alcançarem a excelência dessa modalidade de combate tenha sido a experiência revolucionária brasileira e além disso, como indicou Perdigão, era o Comando Militar da Amazônia (CMA) um dos responsáveis por fornecer planejamento e operação contrarrevolucionária, precisamente o comando militar de maior conhecimento e preparo para guerra na selva.

Sendo então a aniquilação completa da luta armada alcançada, qual seria o objetivo de se manter um aparato de inteligência comandado por militares atuando, diretamente, na vida civil brasileira tão intensamente, com a dimensão informalmente ministerial como era o caso da comunidade de informações? Era necessário que um novo perigo se apresentasse.

Na incumbência de garantir a existência de um inimigo a ser combatido, os radicais de direita entenderam que na figura do PCB a Guerra Revolucionária se reorganizaria. O que aparentemente não se sustenta, já que, desde a década anterior, o PCB manifestara sua insatisfação com a adesão à luta armada pelas esquerdas brasileiras. A única racionalidade que justificaria tal investida é a ideia de Guerra Psicossocial enquanto mecanismo preparatório da GR. O PCB, na leitura militar, ainda não se dispunha à luta armada por entender que as condições não eram favoráveis, a propaganda ainda não obtivera o resultado esperado, por isso estava em seu estágio embrionário.

Sua incansável busca pelo inimigo do dia levou o Exército a constatar atividades subversivas dentro da Polícia Militar de São Paulo, muitos policiais foram presos e interrogados, entre eles, dois mortos:

“Essas ofensivas policiais são operações midiáticas e políticas, visando oferecer à opinião pública e ao governo a prova concreta da persistência de uma ameaça comunista, até mesmo de uma infiltração crescente em setores estratégicos, como a PM, ou tradicionalmente desprezados pela direita militar, como os jornalistas, universitários e intelectuais em geral.” (CHIRIO, 2012: 185)

Em 24 de outubro de 1975 o jornalista da TV Cultura e militante do PCB adentra ao DOI-CODI Ex II. Dali não retornaria mais com vida. Assassinado naquelas dependências sob tortura, teve sua morte, ridiculamente, anunciada como suicídio no dia 25 de outubro de 1975, causa *mortis* que permaneceu até 2013 em seu obituário.

A dimensão que ganhou a morte de Herzog suscita muitas dúvidas, a primeira delas é: por que tão rapidamente e tão abertamente divulgaram a informação de sua morte? A segunda é: a cena do suicídio tão mal forjada era pela necessidade de instantaneidade ou de fato criada para disseminar questionamentos sobre a gestão Geisel? E terceiro: até que ponto Geisel estaria disposto a contrariar as vontades da comunidade de informações?

A morte de Herzog tinha objetivos para além das disputas internas das Forças Armadas, mas dentro desse contexto, podemos afirmar que toda a trágica, desprezível, brutal e irreal cena do suicídio foi contextualizada dentro de uma trama que visava limitar o recrudescimento do poder de atuação da comunidade de informações que começara a ser esboçado pelo então Presidente da República. Se uma morte na Rua Tutóia pode ser atribuída como quebra de

hierarquia, insubordinação ou indisciplina contra a cadeia de comando, é a de Vladimir Herzog. No entanto, a reação de Geisel não passa de uma advertência verbal aos radicais, o que dá a eles o sentimento de vitória:

“A comunidade de segurança e seus incensadores saem vitoriosos do caso Herzog. Mas a repetição de uma história idêntica, menos de três meses depois, faz com que o presidente declare guerra aos agentes da repressão mais fanáticos [...] O assassinato é igualmente dissimulado em enforcamento e até o mesmo médico-legista, Harry Shibata, atesta isso durante autópsia” (CHIRIO, 2012: 186)

É bem verdade que Geisel encomenda um IPM (Inquérito Policial Militar) para apurar as circunstâncias da morte de Herzog. A tese do suicídio prevaleceu e só veio a mudar por imposição judicial no ano de 2013. A atitude do presidente é bem aquém do que se espera em casos de violência cometidos pelo Estado, até mesmo no contexto da década de 1970, em que diversas entidades já denunciavam delitos dessa natureza e lutavam pela preservação de condições mínimas de dignidade perante os direitos humanos. A atitude do General muito se assemelha àquela tomada por seu antecessor no caso Para-Sar, ainda que a gravidade tenha sido muito maior no caso Herzog, o efeito final era o mesmo: má publicidade do regime e a imagem de perda de controle da cadeia de comando pelo presidente.

Manoel Fiel Filho, em condições semelhantes, também foi levado às mesmas dependências e morto no dia 17 de janeiro de 1976. Este segundo caso posicionou de maneira enérgica o presidente da república, que não aceitaria um segundo caso Herzog entre aquelas paredes. O Comandante do 2º Exército naquela ocasião era o general de quatro estrelas Ednardo D'Ávila Mello, claramente posicionado contra a distensão de Geisel e Golbery. Em menos de três meses depois do caso do jornalista, o incidente de Manoel Fiel Filho acontecia.

Geisel decidiu em dois dias a situação e exonerou Ednardo D'Ávila do posto de comandante do II Exército e o chefe do CIE Coronel Confúcio Danton de Paula Avelino. A decisão foi tomada em um fim de semana e o Ministro do Exército Sílvio Frota não foi comunicado. Esse imbróglio desgastou ainda mais as relações entre Geisel e Frota, além disso a mensagem foi clara “a partir daquela data, os assassinatos políticos cometidos pelo estafe repressivo não serão mais considerados deslizes imputáveis a subalternos indisciplinados” (CHIRIO, 2012: 186), difundia-se assim a ideia de que o alto escalão seria responsabilizado por eventuais crises geradas pela quebra da hierarquia.

O ex governador de São Paulo afirma ainda que a morte de Fiel Filho foi deliberada, premeditada para manchar a imagem de Geisel frente à população, entre os meios de

comunicação e na política externa. O que torna o caso ainda mais cruel é precisamente a arquitetura da morte ter sido definida claramente para obter prestígio ou exercer pressão política. Geisel não foi indiferente aos dois casos, mas se manifestou menos pelo apelo à vida ou por melhores condições de tratamento dos presos políticos e mais pelo desgaste que seu projeto político sofria por essas mortes. A morte de Fiel Filho aconteceu em função da impunidade que preservaram intactos os perpetradores de violências do DOI.

Esse foi o auge do desrespeito à vida dentro da ditadura militar. A comunidade de informações chegara ao limite de tolerância aceito pela presidência da República. Ainda que a bestialidade dos radicais tenha ganhado forma em torturas, casas da morte, execuções sumárias e assassinatos, em nenhum momento da ditadura militar o uso do aparelho do Estado para fazer política dentro dos quartéis foi tão escancarado quanto esses dois eventos. A partir de então que a comunidade de informações, paulatinamente, foi perdendo seu poder de atuação em função da repreensão vinda dos escalões superiores. Vale ressaltar que essa querela não foi suficiente para sepultar os DOI-CODI ou outras instituições de inteligência da ditadura, mas as sevícias ficaram bem menos evidente e “nenhum preso político morre mais sob tortura nas prisões brasileiras depois de Manoel Fiel Filho” (CHIRIO, 2012: 186).

A questão aqui exposta mostra a emergência das forças armadas em manter a legitimidade de suas ações e promover a aceitação de suas diretrizes políticas, sobretudo, dentro da caserna, ainda que insatisfações e radicalismos fossem inimigos reais. A inclinação a certa abertura política no governo Geisel e o praticamente extinto movimento das esquerdas armadas revigorou o sentimento de luta pelo fim do regime e a volta da democracia em meio à população, as associações políticas e partidos. No entanto, para comunidade de informações a luta ainda não havia acabado.

A ala radical que se instalou na comunidade de informações reforça o uso de técnicas terroristas para reafirmar seus ideais políticos e um segundo momento de atuação do grupo secreto esse método passa a ser cada vez mais ativo. As ações informais dos momentos finais da comunidade de informações já não partem mais, abertamente, do ministério da repressão. De fato, ao final da década de 1970 e os eventos que se seguem no início da década de 1980, culminando na desastrosa ação do RIOCENTRO, tem como grande característica a autonomia da reduzida, porém, ainda perigosa comunidade de informações.

A virada que o governo Geisel sugere rumo a abertura política coloca como alvo as ações repressivas abertas e violentas da comunidade de informações. Precisamente por não ter sido rigoroso nas repreensões aos insubordinados, Geisel criou as condições para a degenerescência das forças policiais brasileiras. Ganharam muitas páginas as chacinas

perpetradas por esquadrões da morte na década de 1980. Tamanha crueldade era o ponto de partida das operações desses grupos, entretanto, um fator ainda ficou recoberto por algum tempo: a particularização dos serviços policiais é um produto da política de segurança interna da ditadura militar.

À medida que o sistema repressivo brasileiro se estabelecia, suas contradições eram exacerbadas, não foi demorado para que o uso das técnicas de tortura e o treinamento de executores resultasse no uso de tais procedimentos para obter vantagens econômicas pessoais, “a degenerescência que o fez [o sistema] descambar para a violência e o terror generalizados, competitivos, descoordenados e mutuamente destrutivos encontrava claramente parte de suas raízes no objetivo dos militares de difundir, a qualquer custo, a doutrina de segurança nacional por todo o sistema de segurança interna do Brasil” (HUGGINS. 1998: 207).

As medidas de todos os governos militares para conter a ação dos radicais jamais indicaram que esses governos lutassem para evitar a desburocratização da violência e assim manter sob seu controle as forças policiais. Ao contrário, boa parte do poder repressivo do Estado brasileiro era alcançado precisamente por essa característica. A herança dessa terrorista Doutrina de Segurança Nacional e seu beneficiamento expressivo da ilegalidade nas ações violentas da comunidade de informações ficou evidente ao final da ditadura militar e mesmo ao aquartelar os radicais deixou sua marca na gestão da violência pelas forças policiais brasileiras.

O desmonte da comunidade de informações não é um processo traumático, nem sequer judicial. Os procedimentos já tinham sido experienciados ao longo das gestões Médici e Geisel. A reconciliação com a abertura política aconteceu no governo posterior, mas a limitação da atuação da comunidade de informações foi de extrema importância para esse processo. Até os momentos finais, os radicais não aceitavam o fim da ditadura e sobretudo do sistema repressivo. Vários procedimentos internos foram tomados e os membros da comunidade de informações realocados em posições de menor destaque. O afastamento de Freddie Perdigão demonstra bem como aconteceu a desarticulação da comunidade de informações.

4 CONCLUSÕES

4.1 UM POUCO DO PERCURSO

Essa dissertação, além de uma narrativa, representa um desafio empreendido ao longo de muito tempo. Esse desafio constante no decorrer da pesquisa foi a opção por concentrar sua análise a partir de um só documento. Essa possibilidade de análise, com todos os seus percalços, demonstrou que entender a lógica interna do argumento de um fragmento pode ser importante para o entendimento de uma trama mais ampla e assim contribuir para alcançar resultados que se somam a outros empreendimentos de naturezas metodológicas ora mais, ora menos próximos. Apesar do apoio de ampla bibliografia sobre o tema geral “ditadura militar” e outras mais específicas, especializadas em temas como “comunidade de informações”, “Violência do Estado”, “Tortura” e “política militar” as dificuldades apresentadas por essa escolha metodológica não desapareceram.

As conclusões, a partir das discussões aqui propostas, têm raízes em questionamentos muito anteriores àqueles que orientaram a análise da Monografia de Freddie Perdigão Pereira. Para resumir, brevemente, o caminho que nos trouxe até aqui é preciso retornar alguns anos, quando ainda na graduação em história pela Universidade de Brasília esse texto passou a ser desenvolvido objetivando a elaboração de um pré-projeto de monografia para a disciplina de Metodologia da História, matéria optativa (à época) para a obtenção do título de bacharel em História.

O contato com o livro de Michel Foucault *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão* exerceu forte impacto que direcionou a pergunta inicial desse processo de pesquisa. Essa obra, para além de suas grandes contribuições, acabou por gerar um incômodo que se tornou um questionamento lapidado posteriormente. As páginas iniciais do livro trazem o relato sobre a condenação à morte de Damiens, em 2 de junho de 1757, acusado de parricídio e como essa pena foi executada pelos seus carrascos, coordenados por Samson (FOUCAULT, 1987). O grau de atrocidade no relato da aplicação desse suplício é capaz de incomodar qualquer leitor que exerça a prática mínima da alteridade.

Entre as torturas e os ensurdecadores gritos clamando pela misericórdia divina, um dos carrascos de nome Samson evidencia ao superior hierárquico naquele ato de aplicação de justiça, que Damiens não seria esquartejado como desejavam seus juízes, pois os cavalos não conseguiam. Impondo-lhe novas tentativas de esquartejamento por cavalos, Samson chega à

conclusão de que seria impossível fazê-lo. É quando então resolve cortar parte das extremidades dos membros de Damiens para assim prosseguir a execução da pena.

Essa atividade de Samson gerou as seguintes perguntas: Quem foi Samson? Quem foi o carrasco Samson? Quem executa as penas? Como se forja um aplicador de sevícias dessa magnitude de atrocidades? É preciso ter afinidade com um ambiente de perpetração de atrocidades? É fruto do sadismo de alguns seres humanos? E outros carrascos? Quais suas motivações? Quem é o responsável pela aplicação da injeção letal em uma condenação à morte do sistema punitivo norte americano? Quem eram os soldados que ligavam as câmaras de gás da Alemanha nazista? Quem prendia no interior e ateava fogo embaixo da barriga de bronze do Touro de Fálaris? Sintetizando todas essas perguntas anteriores: Por que – em situações muitas vezes de normalidade – dentro de uma determinada sociedade alguém se presta a ter como ofício a execução de suplícios, martírios e torturas contra outros seres humanos?

A primeira pergunta apresentada na introdução do livro *Operários da Violência: Policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras* de Martha Huggins, publicado pela editora UnB em 2006 é “Por que homens comuns torturam e assassinam em nome do Estado?” (HUGGINS, 2006: 37); precisamente, a pergunta que o trabalho de conclusão do curso de história gostaria de responder. A essa altura, o orientador dessa pesquisa participava da Comissão da Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília e a indagação inicial foi fortemente influenciada por suas investigações e daí direcionada à história da violência brasileira, mais especificamente nesse período, a Ditadura Militar.

Ali entramos em contato mais profundo com a monografia de Freddie Perdigão Pereira enquanto documento possível para análise das palavras e do relato de um torturador sobre o período em que estivera atuante no sistema repressivo (do final da década de 1960 até os primeiros anos da década de 1980). Ele escreveu a sua monografia sobre o momento mais rígido da repressão brasileira em um ano de mudanças, 1978, particularmente importantes para sua vida, sua carreira, mas sobretudo para a repressão brasileira como um todo. Pareceu muito importante investigar aquele texto, mas as dificuldades que cercavam a pesquisa eram inúmeras, sobretudo, o desconhecimento sobre o tema e a dificuldade de lidar com toda a bibliografia. Essas limitações puderam ser diminuídas pelo constante apoio e singular orientação do professor Daniel Barbosa Andrade de Faria.

Atualmente, em uma fase mais madura, chegamos à conclusão de que a inalcançável e elevada pretensão inicial não se concretizaria e optamos por escolher um caminho mais modesto, entretanto, que pode ser visto como mais contributivo. Ao invés de tentar criar uma história geral dos DOI-CODI (empreendimento já efetuado por muitos outros historiadores,

alguns com capacidade e conhecimento suficiente para essa empreitada, diga-se) utilizando um documento, resolvemos fazer uma descrição mais detalhada de como os argumentos centrais da Monografia de Perdigão se articulam e qual a racionalidade que podemos extrair desse documento.

O resultado dessa investida será apresentado abaixo nos quatro eixos que sintetizam as análises e descrições realizadas ao longo dessa dissertação. O primeiro deles evidencia a consolidação do sistema DOI enquanto uma necessidade histórica brasileira, como se inevitavelmente apenas a violência institucionalizada pudesse reverter o quadro de agitações que existia. O segundo coloca o DOI como parte endógena à comunidade de informações, mesmo com todas as críticas pelo exacerbado uso de violências diversas, nunca se ausentou de seu compromisso em nome da segurança interna nacional. O terceiro evidencia que a participação do DOI não foi marginal ou coadjuvante, mas sim que sua fama se deu pela centralidade de suas ações para a consolidação de um projeto através de sua eficiência no combate à “subversão”, isso que possibilitou a consecução dos objetivos da ditadura militar. E, finalmente, o quarto ponto procurou demonstrar que a experiência repressiva era uma necessidade histórica, mas não somente para aquele momento e sua permanência deveria ser constante.

Diante todas as possibilidades, escolhemos através da ferramenta emprestada da pesquisa de Marcelo Moreschi entender a construção do seu discurso como uma empreitada auto-histórica, mas dentro de um ambiente de disputa pelo monopólio da verdade que seria projetada ao futuro. É possível constatar que Freddie Perdigão demonstra uma pretensa objetividade, construída dentro de um ambiente de produção do pensamento da elite militar, acompanhada de uma racionalidade que costumamos tomar como certa, quase axiomática, mas que poucas vezes se demonstraram tão claras em uma documentação de um agente da tortura do Estado ditatorial brasileiro, objetivando a construção de uma narrativa que elenca a si própria como detentora da possibilidade de estabelecer seu lugar na história da repressão brasileira.

É de fundamental importância evidenciar essa racionalidade do discurso autoritário, sobretudo no atual momento, em que o senso comum e até mesmo políticos eleitos e outros pré-candidatos à presidência da República demonstram que a essência de seus planos de governo está arregimentada na construção de uma narrativa que fomenta, instiga e institucionaliza a violência e a perseguição política. Entre intervenções militares pontuais para conter a violência urbana e o apelo a medidas mais duras contra a criminalidade, a ideia de uso sistemático da violência pelo Estado nunca esteve tão em voga, desde a abertura política de 1988, como hoje. Até mesmo o atual Presidente da República Michel Temer declarou em seu discurso na

FecomércioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que em 1964 “não houve golpe de Estado, houve desejo de centralização”⁴¹.

É na esperança de que o mundo acadêmico possa contribuir para a superação da proliferação dessa narrativa – que tem na violência a centralidade da organização da sociedade – que encerramos a última parte. O papel redentor agora enxergado por parte da população brasileira sobre a ditadura militar não é uma fatalidade, mas sim uma prática discursiva. Através da coerção das fontes (muitas vezes produzidas pela ditadura para enganar e dificultar pesquisas futuras e em outros casos a destruição de acervos e ocultamentos com o mesmo objetivo), da limitação da influência das produções que contestam a versão oficial e, não somente, mas sobretudo, da criação de uma narrativa para sustentar sua legitimidade moral que a ditadura sobrevive e dissemina suas verdades através de uma estratégia auto-histórica.

A transição democrática no Brasil é a assinatura oficial dos militares de que a GR foi, até então, vencida. No entanto, após alguns anos de abertura, com a intensa produção acadêmica sobre o assunto de parte de integrantes da esquerda (armada inclusive: Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis, Fernando Gabeira, Cid Benjamin, Franklin Martins e tantos outros) os militares passaram a investir no que João Roberto Martins Filho chamou de “Guerra da Memória” em seu artigo *A guerra da memória A ditadura militar nos depoimentos militantes e militares* de 2002. Acreditamos que nesse contexto a ferramenta que utilizamos para apreciar a monografia de Perdigão pode dar contribuições também para entender o desenrolar dessa trama. Não foi possível trazer essa questão como foco da pesquisa, mas podemos sim pensar a guerra da memória a partir da produção auto-histórica da ditadura militar, existem questões que ultrapassam muito o âmbito mais delimitado dessa dissertação e merecem estudos mais aprofundados.

Alguns conceitos fundamentais para justificar a ação violenta do Estado estão constantemente em um espaço de disputa discursiva e é através dessa prática que as permanências são mascaradas, mas podem ser observadas. Martha Huggins expõe abertamente uma dessas permanências quando aprofunda sua pesquisa em relação a formação dos

⁴¹ Esse discurso além de manifestar a permanência da narrativa que tira a condição de golpe militar da trama política ocorrido em 1964, também se torna muito interessante pelos seus interlocutores, principalmente a FIESP, entidade que na década de 1960 esteve diretamente atrelada à repressão e era uma das principais financiadoras da violência promovida pelo Estado autoritário brasileiro, o caso de Henning Boilensen demonstra que a FIESP desde que alcançou sua centralidade nas relações econômicas do país teve seus interesses atendidos por negociações, muitas vezes escusas com o governo ditatorial. Portal Último Segundo “Não houve golpe de Estado, houve desejo de centralização”, diz Temer sobre 64, 26/03/2018. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-03-26/michel-temer-ditadura.html>> Acesso em: 01/04/2018.

esquadrões da morte no Brasil e demonstra como o modelo de Segurança Interna aplicado à política autoritária brasileira permitiu a deflagração dessa degenerescência policial que nos atinge mesmo depois de três décadas de abertura democrática (HUGGINS, 1998). O que sugerimos é que a permanência desses discursos, dentro de uma perspectiva auto-histórica é um campo fértil para pesquisas que podem contribuir para entendermos como é produzida essa narrativa, mas principalmente como ela se propaga e permanece.

4.2 FUNDAMENTOS DA NECESSIDADE HISTÓRICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Fica evidente ao longo da análise, que para nosso autor, o mundo caminhava, fatalmente, para a guerra revolucionária. A experiência cubana e todo seu mito revolucionário em torno dos 12 homens e 7 fuzis apresentou à elite latino americana o perigo vermelho à sua porta. Não mais uma distante ameaça apresentada pela investida russa ao leste europeu, o comunismo atravessou o atlântico. Perdigão a partir de sua formação na AMAN, mas sobretudo na sua experiência com informações no R Rec Mec e mais especificamente depois do seu curso de observador aéreo, foi profundamente tomado por esse espírito contrarrevolucionário que lutava contra aquela ideologia que ameaçava os princípios ordenadores do povo brasileiro (democracia, família e cristianismo).

Freddie Perdigão acreditava que caso o Estado não fosse organizado para combater o avanço comunista, o Brasil não teria outro destino que não a consolidação de um grande projeto socialista aos moldes de Cuba e, por conseguinte, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse perigo constante não foi, prontamente, combatido. As Forças Armadas perceberam seu potencial, contudo, fizeram menos do que se precisava para evitar o avanço comunista entre a sociedade brasileira.

A identificação dessa escalada “subversiva” foi observada no conjunto de movimentos sociais que se manifestavam abertamente contra a permanência do regime ditatorial, entre eles estudantes, operários, intelectuais e políticos que não estavam de acordo também com a instauração e permanência de um Estado de exceção (deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores dos mais variados espectros políticos: trabalhistas, desenvolvimentistas, socialistas, comunistas e democratas).

Não por coincidência esses setores foram os mais atingidos pela repressão brasileira. Era ali que se concentravam os pré-requisitos e ingredientes para a guerra revolucionária, na visão de militares como Perdigão. Ainda que não estivessem sob uma liderança armada, nem

concentrada estrategicamente em torno de uma organização com um fim que se amalgamasse e transformasse um grande número de associações em um só exército revolucionário, o papel desses grupos era criar a instabilidade para a conflagração da insatisfação generalizada motivada pela vulnerabilidade sócio econômica de uma boa parcela da população brasileira.

Como um militar formado no calor dos acontecimentos que levou os militares à tomada do poder, Perdigão não ofereceu uma solução diferente daquilo que foi treinado para fazer: apenas o poder das armas, a violência e o combate sistemático ao “perigo vermelho” poderia surtir o efeito esperado, qual seja, a aniquilação. Uma questão central da argumentação de Perdigão é a alusão a uma fatalidade histórica, mas ela não se concentra tão somente na escalada dos movimentos de esquerda até a tomada do poder. Isso poderia ser evitado. Na verdade, a fatalidade a que se refere é a da inevitabilidade do uso da violência como processo de contenção dessa escalada, visando a preservação dos costumes e tradições, em que, a única instituição que poderia exercer o controle e a gestão dessa violência seriam as Forças Armadas – principalmente, o Exército –, que pelo seu auto proclamado desinteresse político possuíam a legitimidade moral para executar a tarefa da repressão, tendo como inimigo esse conluio internacionalista chamado comunismo.

É a partir dessa sua suposição que a legitimidade para a criação dos DOI é explicada. Apesar do uso sistemático da violência – racional e controlada por uma burocracia que sabia como exerce-la – o sistema DOI-CODI era o fiel executor do conjunto de propostas que visavam a segurança interna a partir da Doutrina de Segurança Nacional. Era o DOI o coração da defesa interna e como tal, não podia se preocupar com formalidades hierárquicas e rígidas disciplinas militares inúteis ao combate aos “subversivos”. Não uma quebra na cadeia hierárquica, mas as informações tinham para ele uma condição de existência especial, uma espécie de arma orbitante, que pela natureza de suas atividades não poderia se reportar a todo e qualquer superior hierárquico definido pela rígida cadeia formal de promoção do Exército, sobretudo, em um momento em que as FA, sofria alguma contaminação pela ação da propaganda comunista.

A insuficiência das medidas do governo de Castelo Branco, nesse sentido, acabava por limitar a missão predestinada dos militares, a salvaguarda da “sobrevivência do país dentro dos postulados democráticos” (PERDIGÃO, 1978: 6), no período imediatamente posterior, o segundo governo militar, as medidas impostas pelo General Costa e Silva acabaram por oferecer condições para a execução desse combate, as reivindicações dos grupos mais radicais da oficialidade militar (tanto subalternos, quanto o generalato) foram atendidas. O centro dessa reivindicação atendida acabou por acalantar a radicalidade da política intra-militar e sua

consequência direta foi o aumento da atividade repressiva. Não por acaso, no mês seguinte à instauração do AI-05 surge a OBAN, o protótipo considerado por Perdigão como mais adequando método de combate e que dera à comunidade de informações a capacidade operacional responsável por liquidar a esquerda armada.

Sendo assim, a estrutura das acusações contra os DOI não se sustentava, já que o seu prestígio, acentuado no governo do terceiro General Ernesto Geisel, era marcado por acusações de indisciplina frente aos costumes militares, desrespeito à hierarquia das Forças Armadas e a autonomia operacional que as centrais operacionais adquiriram ao longo de sua vigência. Sua monografia faz uma exaustiva e frágil análise tentando provar que o DOI (especificamente esse destacamento operacional) era parte de um sistema mais amplo, a chamada comunidade de informações e que suas atividades obedeciam uma rígida cadeia de comando que emanava desde a presidência da república, orientada pelos seus conselheiros militares, até as agências estaduais e regionais, dando a logística necessária para que o CODI coordenasse as ações planejadas que eram operacionalizadas pelo DOI.

A fragilidade de suas afirmações é marcada pela sua tentativa de empreender um exercício, que em sua própria visão, não é possível: desvincular o DOI do Alto Comando. O nome de sua dissertação deixa claro que seu objeto de estudo é o DOI e o caso particular que toma como exemplo de organização e resultados é aquele que esteve envolvido por pelo menos 23 meses, o DOI/CODI/Ex.II. Perdigão mostra que as únicas desvinculações possíveis do DOI da comunidade de informações são de suas funções (o DOI enquanto parte operacional de um todo) e sua estrutura (a organização formal das atividades), mas nunca da natureza de suas ações.

O que justifica a existência e método dos DOI é a própria estratégia de combate à subversão adotada pelo Estado brasileiro a partir da instauração da DSN, que deu suporte para a criação de uma secretaria especial de Informações da presidência da república, atrelada diretamente ao gabinete do Ministério do Exército que conciliava as aspirações do Alto Comando e a execução de sua tarefa. Essa dimensão informal da inteligência e o seu (não) lugar na institucionalidade garantiu a possibilidade da atuação daquilo que convencionou-se chamar de comunidade de informações, mas quando as denúncias manchavam a imagem do regime, os DOI eram tratados como a parte podre do sistema, uma distorção, a guerra suja do combate nas trevas. Irreal conclusão, já que era através da ação dessa ponta de lança final da comunidade de informações que o sistema como um todo se sustentava.

Exatamente por essa capacidade de agir, formal e informalmente, que o DOI desempenhou importante “papel no combate à subversão”, pois, sua capacidade operacional, não só de torturar e assassinar, mas também de criar centros de extermínio secretos, ocultar

cadáveres e construir cenas falsas de tiroteios ou de suicídios se mostrou parte central da execução do projeto de Estado que desejavam os militares. Ou seja, em última análise, foi através da violência do DOI que todo o projeto nacional mais amplo foi desenvolvido e se por um lado algumas denúncias acabaram por gerar problemas à imagem do regime, por outro, as vantagens de se ter a presença do DOI eram muito maiores que seus danos.

Esse é o primeiro dos motivos que leva Perdigão a advogar a defesa da permanência do Sistema DOI-CODI, pois, sem a presença constante do aparelho operacional da política militar seria impossível a manutenção do regime. Seus números demonstram que, em boa medida, suas suspeitas estavam corretas; ao passo que a violência do Estado passou a ser menos explícita, precisamente, pelo dismantelamento dessa vigorosa comunidade de informações, o ímpeto do radicalismo militar se diluiu, o que abriu o caminho para o possível retorno de um sistema representativo mais democrático e menos restritivo no Brasil.

Mas o sistema DOI-CODI, bem como uma incrível rede de informações, articulada com a sociedade civil, em constante aperfeiçoamento e diretamente ligada ao sistema militar brasileiro era uma necessidade real e constante, não apenas pela consecução dos objetivos da ditadura militar, pois, ainda que a legitimidade moral dessa instituição parecesse inquestionável, denúncias, propagandas, a política e a arte denunciavam toda a barbárie ao longo dos anos, logo, sua legitimidade, em função do uso sistemático da violência, poderia sim ser questionada.

No entanto, a existência de um perigo real e constante, nunca irremediavelmente aniquilado é que de fato justificava todo esse aparato repressivo dentro da articulação interna dos argumentos de Freddie Perdigão. Enquanto o povo brasileiro (na infância de seu espírito democrático) não amadurecesse, o perigo da Guerra Revolucionária estaria presente. Para conter o avanço revolucionário, sempre que a atividade psicossocial começasse a se manifestar para disseminar as raízes da luta armada seria necessária a presença (semiperpétua) de órgãos (institucionalizados ou não, formais ou não, legais ou não) ligados à inteligência e a informação capazes de executar a tarefa que outros não conseguiam (a exemplo de Castelo Branco) por medo ou moralismo.

Essa era a tarefa do DOI para além dos questionamentos que sofrera em seus últimos anos: estar disposto a levar a má fama pública por uma atividade que ninguém gostaria de ser associado a ela, mas que deveria existir – a permanente violência para fins contrarrevolucionários.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

BENJAMIN, Cid. *Gracias a La Vida: Memórias de um militante*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BRASIL: NUNCA MAIS. Prefácio de Dom Evaristo Arns. 3º edição. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 1985.

CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. *Enredos de Clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CASTRO, Celso; ARAUJO, Maria Celina Soares d'. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 256

CASTRO, Celso; ARAUJO, Maria Celina Soares d'. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 256 p

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 384 p.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro Zahar 2012

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório preliminar de pesquisa caso Riocentro: terrorismo de estado contra a população brasileira*. Abril, 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sites/default/files/relatorio_preliminar.pdf> Acesso in: 16/06/2015

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: Volume I*. 2014. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf> Acesso in: 16/06/2015

DINES, Alberto (Org.), FERNANDES JR, Florestan (Org.), SALOMÃO, Nelma (Org.). *Histórias do poder, 100 anos de política no Brasil vol. 03 Visões do Executivo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 12. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1995. 170 p.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 183 p.

FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Coord). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 4 v.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269 p

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum – Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho – Os livros secretos da ditadura*. São Paulo Editora Record, 2009

FON, Antonio Carlos. *Tortura: A história da repressão política no brasil*. São Paulo, SP: Global distribuidora de Livros e Revistas G.B DE Oliveira & Cia Ltda, 1979. 79 p

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado 29ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel,. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* . 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 262p

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. 447 p.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003. 538 p.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 525 p.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, c2002. 417 p.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, c2002 507 p.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: Das ilusões à luta armada*. 3º edição. São Paulo: editora Ática, 1987.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/ América Latina*. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

HUGGINS, Martha K.; HARITO-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

JUPIARA, Aloy. OTAVIO, Chico. *Os Porões da Contravenção: jogo do bicho e ditadura militar - a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 366 p.

LAGÔA, Ana. *SNI como nasceu como funciona*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Boitempo editorial, 1999.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2º Edição. São paulo: Geração Editorial, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990. 200 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 84 p.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro Zahar 2014 1 recurso online

SCHNEIDER, Nina. *Brazilian Propaganda Legitimizing an Authoritarian Regime*. (Book Proof). University Press of Florida, USA, 2014.

SKINER, Quentin. *Visões da Política: Sobre os métodos históricos*. Algrés-Portugal, Editora DIFEL Difusão Editorial S&A, 2002.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008. 284 p.

VEYNE, Paul . *Como se escreve história e Foucault revoluciona a história*. Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4ª Edição, reimpressão – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1998, 2008. 285p.

Artigos e teses:

JASMIN, Marcelo Gantus. HISTÓRIA DOS CONCEITOS E TEORIA POLÍTICA E SOCIAL: referências preliminares. RBCS Vol. 20 nº. 57 fevereiro/2005 Acesso in: 12/09/2015, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057.pdf>>

JOFFILY, Mariana. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975)*. 2008. Tese de Doutorado. Orientadora: Maria Aparecida de Aquino. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008, 349f.

JOFFILY, Mariana. “O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI Marcelo, MOTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *A ditadura que mudou o Brasil 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. *Vária História*. Belo Horizonte, nº 28, dez. 2002, p. 178-201.

MORESCHI, Marcelo. *A façanha auto-histórica do modernismo brasileiro*. 2010. 373f. Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in Hispanic Languages and Literatures, UNIVERSITY OF CALIFORNIA, Santa Barbara. 2010 PDF

MORESCHI, Marcelo. Autodocumentação, arquivo e experiência: o fundo Flávio de Carvalho/cedae. *revista interfaces | número 17 | vol. 2 | julho–dezembro 2012*. Acesso in: 12/09/2015, Disponível em: <https://www.academia.edu/4003908/Autodocumenta%C3%A7%C3%A3o_arquivo_e_experi%C3%Aancia_o_Fundo_Fl%C3%A1vio_de_Carvalho_CEDAE>

SCHNEIDER, Nina. ‘Too little too late’ or ‘Premature’? *The Brazilian Truth Commission and the Question of ‘Best Timing’*. *Journal of Iberian and Latin American Research*, 2013 Vol. 19, No. 1, 149–162.

SCHNEIDER, Nina. Breaking the ‘Silence’ of the Military Regime: New Politics of Memory in Brazil. *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 30, No. 2, pp. 198–212, 2011.